



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO – JULGAMENTO TÉCNICA E PREÇO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **SEAG**, com sede na Rua Raimundo Nonato, nº 116, Forte São João, Vitória/ES, CEP 29.051-015, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS, CONVÊNIO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL (SIR)**, conforme processo E-Docs nº 2025-KZW2T, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023 e do Decreto Estadual 5.545-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

UASG: 925734

Código de Identificação CidadeES: 2025.500E0600012.01.0063

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS, CONVÊNIO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL (SIR)**, conforme especificações contidas no Termo de Referência que acompanha este Edital.

1.2 - O local onde os serviços serão executados, bem como as informações pertinentes, encontram-se detalhados no Termo de Referência que é parte integrante deste Edital.

1.3 - Os serviços de engenharia previstos neste edital de concorrência e seus anexos, dele sendo partes integrantes, serão executados de acordo com as especificações e quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, independente de suas transcrições totais ou parciais, e deverão ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas:

a) Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

b) Anexo II - Condições de Habilitação;

c) Anexo III - Modelos do Edital;

d) Anexo IV - Minuta do Contrato.

1.4 - A licitação será realizada em único item.

1.5 - Data de abertura das propostas: **23 de julho de 2026; às 10:00 h.**

1.6 - O modo de disputa será o **fechado**.

1.7 - Esta licitação será julgada sob o critério de **técnica e preço**.

1.8 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da SEAG a cargo da conta da atividade no Programa de Trabalho: 10.31.101.20.782.0062.3362, Fonte: 150000000 – Recursos não vinculados a impostos Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou para os beneficiários congêneres, em razão da vedação prevista no art. 4º, § 1º, II, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

2.6 - Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

2.6.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

3 - DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

3.1 - Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, constituído conforme as regras seguintes, sem prejuízo de outras existentes neste Edital e em seus Anexos, na forma do art. 15 da Lei 14.133/2021:

3.1.1 - O número máximo de integrantes de cada consórcio será de 03 (três) empresas.

3.1.2 - A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

3.1.3 - Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

3.1.4 - As empresas consorciadas não poderão participar da licitação de forma isolada ou através de outro consórcio.

3.1.5 - Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.

3.1.6 - Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão da licitação.

3.1.7 - Na fase de execução contratual, a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de habilitação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3.2 - As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:

3.2.1 - A designação do consórcio, a indicação da finalidade de participação nesta licitação e de execução do contrato dela decorrente como seu objeto, e o endereço em que está estabelecido.

3.2.2 - A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

3.2.3 - A indicação da empresa líder como representante do consórcio.

3.2.4 - Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação.

3.2.5 - O prazo do consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

3.3 - Cada uma das empresas consorciadas deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no Edital.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

3.4 - A comprovação da habilitação técnica consistente nas capacidades técnico-operacional e técnico-profissional exigidas poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

3.4.1 - As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de habilitação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio, na forma do art. 15, III, da Lei 14.133/2021.

3.4.2 - O registro ou inscrição no Conselho profissional deverá ser apresentado por todas as consorciadas.

3.4.3 - As declarações exigidas no Edital deverão ser apresentadas por todas as consorciadas.

3.5 - Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de habilitação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

3.5.1 - Para o consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma do art. 15, III, parte final, da Lei 14.133/2021.

3.5.2 - O acréscimo previsto neste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 15, § 2º, da Lei 14.133/2021.

3.6 - O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes, observando o compromisso assumido, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

3.7 - Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no contrato de consórcio ou outra expressamente acordada pelas empresas.

3.8 - Se exigida garantia de proposta ou garantia de contrato, será permitido que sejam apresentadas integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou por cada uma das empresas consorciadas, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação e julgamento das propostas de técnica e preço.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a Proposta Técnica juntamente com a Proposta de Preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura das propostas – no item 1.5.

4.3 - Não haverá etapa de lances.

4.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

4.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a data estabelecida no item 1.5.

4.7.1 - Após a abertura da sessão pública, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente/Comissão de contratação, sob pena de aplicação das penalidades legais.

4.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelos licitantes, o que ocorrerá somente após atribuição das notas.

4.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes após o prazo estabelecido no item 1.5, através do próprio sistema de licitação.

4.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

4.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.12 - As informações referentes a condução do procedimento licitatório também poderão ser acompanhadas no site oficial da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (seag.es.gov.br), no Menu Licitações/Licitações de Obras e Serviços de Engenharia.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta técnica juntamente com a proposta de preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados e considerando no máximo 02 (duas) casas decimais.

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública, a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

5.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 - A proposta de preço deverá contemplar nas planilhas com indicação dos quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração.

5.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e em todos os Anexos deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **150 (cento e cinquenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.3 - Após abertura das propostas, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema a data prevista para a divulgação de notas às propostas de técnica e de preço.

6.3.1 - Eventual postergação do prazo a que se refere o item anterior deve ser comunicada com antecedência mínima de 24 horas pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.4 - As Propostas Comerciais devem contemplar as planilhas com indicação dos quantitativos e custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, o Cronograma Desembolso, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta.

6.5 - Após a recebimento das propostas, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de análise e julgamento de todas as propostas cadastradas.

7 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Ato contínuo à abertura e recebimento das propostas, o Agente/Comissão de Contratação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - SICAF;

7.1.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

7.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

7.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Agente de Contratação/Comissão reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

7.4 - Será desclassificado o licitante que deixar de incluir no sistema provedor a PROPOSTA TÉCNICA conjuntamente a PROPOSTA DE PREÇOS, na forma e prazo previstos neste Edital.

7.5 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1 - contiver vícios insanáveis;

7.5.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Do Julgamento das Propostas Técnicas

7.6 - A proposta técnica de cada proponente será avaliada e pontuada por Banca designada para este fim e de acordo com os critérios estabelecidos no item 8 do Termo de Referência e terá o valor máximo de 100,00 pontos.

7.6.1 - A banca deverá fundamentar adequadamente as avaliações das propostas técnicas deixando-as consignadas em relatório circunstanciado nos autos do processo, não se limitando a meramente expressar as notas ou os conceitos.

7.7 - A proposta técnica das proponentes será avaliada e pontuada de acordo com os critérios objetivos constantes no Termo de Referência - item 8.6 a 8.13, sendo a Nota da Proposta Técnica de cada proponente obtida por meio da seguinte equação:

$$NPT = NC + NO + NM + NQ$$

Em que:

NPT = Nota da Proposta Técnica

NC = Nota da capacitação e experiência

NO = Nota do conhecimento do objeto

NM = Nota da metodologia e programa de trabalho

NQ = Nota da qualificação das equipes técnicas

7.8 - Os documentos pertencentes às propostas técnicas deverão ser apresentados conforme orientado no item 8.14 do Termo de Referência e enviados pelo portal Compras.gov até a data da abertura da sessão.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

Do Julgamento das Propostas de Preço

7.9 - Os licitantes deverão apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 - A proposta de preço receberá pontuação conforme item 8 do Termo de Referência, em especial do item 8.15 a 8.23, sendo que a licitante que oferecer o menor valor obterá nota 100,00 (cem) e as demais licitantes terão suas notas aferidas a partir do menor preço dentre os participantes, conforme equação abaixo:

$$NPP = \frac{100 \times MPVO}{P}$$

Em que:

NPP = Nota da Proposta de Preço

MPVO = Menor Preço Válido Ofertado

P = Preço em Exame

7.11 - No caso de obras e serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021.

7.12 - O Agente de Contratação ou Comissão de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas que se enquadrem no item anterior ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no art. 59, IV, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

7.12.1 - Caberá ao setor requisitante analisar e julgar os documentos enviados pelas licitantes para demonstração da exequibilidade das propostas de preço potencialmente inexequíveis.

7.12.2 - A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.12.3 - Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte: a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor estimado.

7.13 - A Comissão de Licitação ou Agente de contratação poderá realizar diligências solicitando, desde que não gere acréscimo ao preço global vencedor ou situação de inexequibilidade, a correção de preços, de aspectos tributários, de encargos totais trabalhistas (sociais, complementares e adicionais) e de documentos complementares, considerados aqueles que visam esclarecer ou confirmar informação já constante em documento anteriormente apresentado, para cumprimento pelo licitante no prazo de 2 dias úteis.

7.14 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cujo desconto for superior a



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

15% (quinze por cento) do valor orçado pela Administração.

7.15 - A garantia adicional será equivalente à diferença entre 85% do valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59, § 5º, da Lei 14.133/2021.

7.16 - A não apresentação das garantias contratuais estará sujeita às sanções estabelecidas no Edital.

7.17 - Os documentos apresentados nesta licitação poderão ser compartilhados com outras licitações e entes da Administração Pública.

Da Classificação Final

7.18 - A nota final de cada proponente será aferida conforme descrito no item 8.34 do Termo de Referência, que apresenta a equação abaixo:

$$NF = \frac{(70 \times NPT) + (30 \times NPP)}{100}$$

Em que:

NF = Nota Final;

NPP = Nota da Proposta de Preço;

NPT = Nota da Proposta Técnica

7.19 - A classificação final das licitantes será organizada em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, **passando para a fase de habilitação a licitante que atingir a maior nota final da proposta.**

7.20 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação da licitante melhor classificada serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - O Agente/Comissão de contratação solicitará, à licitante melhor colocada, os documentos previstos no Anexo II deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

8.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema Compras.gov. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no **prazo de até 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da solicitação do Agente ou Comissão de Contratação.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

8.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

8.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6 - A habilitação será verificada por meio do SICAF e do CRC/ES, nos documentos por eles abrangidos.

8.6.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.7 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e no CRC/ES serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

8.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.10 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, da apreciação e análise documental, o licitante classificado será declarado habilitado, caso tenha atendido a todas as exigências do Edital e seus Anexos, e, em seguida, o Agente/Comissão de contratação irá declará-lo licitante vencedor.

8.11 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Agente de Contratação/Comissão examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

8.12 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8.13 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

8.14 - A proponente convocada estará obrigada a apresentar Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo do EDITAL.

8.15 - Se todos os licitantes forem desclassificados e/ou inabilitados, o Agente/Comissão de contratação irá declarar fracassado o item ou grupo de itens correspondente.

8.16 - A declaração do fracasso deverá observar os procedimentos descritos no tópico referente a fase de recurso.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Agente/Comissão de Contratação comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

9.3.1 - a declaração do licitante vencedor ocorrerá na fase de habilitação e o fracasso do item na fase de julgamento ou habilitação, conforme o caso, momento em que o sistema tramitará, automaticamente, para a fase de recurso;

9.3.2 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.3 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.4 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata referente a declaração de vencedor da licitação ou do fracasso do item ou grupo de itens, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4 - Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

9.10.1 - Os interessados deverão realizar o cadastro e solicitar o credenciamento nos autos do processo de acordo com o funcionamento do sistema E-Docs.

9.11 - Na hipótese de nenhum licitante manifestar intenção de recorrer, o sistema encerrará, automaticamente, e o Agente/Comissão de contratação encaminhará para fase de adjudicação e homologação.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Inexistindo recursos ou decididos aqueles apresentados e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

10.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

10.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

10.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

10.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

10.4 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital e itens 4.31 a 4.33 do Termo de Referência, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.5 - Se a proposta não for mais aceitável, ou se o licitante adjudicatário não mais atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Agente/Comissão de contratação observará o disposto no art. 90 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

11.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao valor ofertado após a negociação;

11.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5 - fraudar a licitação;

11.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

11.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

11.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

11.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

11.3.1 - multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado para o objeto licitado/contratado;

11.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

11.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

11.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

12 - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 - As regras sobre subcontratação constam da Minuta de Contrato (Anexo IV) e do Termo de Referência (Anexo I – itens 4.15 a 4.20).

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

13.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 8:00 às 17:00 horas, ou através do e-mail marjorye.silva@seag.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

13.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

13.4 - Caso o Agente de Contratação/Comissão decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Agente de Contratação/Comissão.

13.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

14.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

14.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no site oficial da SEAG (www.seag.es.gov.br).

14.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;
- b) Anexo II - Condições de Habilitação;
- c) Anexo III - Modelos do Edital;
- d) Anexo IV - Minuta do Contrato.

Vitória, 29 de maio de 2026.

MARJORYE BOLDRINI DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria SEAG Nº040-S publicada em 26/05/2026



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. **Objeto:** Contratação de empresa de consultoria para execução dos serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização de contratos de obras, convênio de obras, e serviços de engenharia da Subsecretaria de Infraestrutura Rural (SIR).
- 1.2. **Setor técnico/requisitante:** Gerência de Obras Viárias (GVR), Gerência de Conservação e Manutenção de Estradas Vicinais (GCM) e Gerência de Infraestrutura Hídrica e Rural (GHR).
- 1.3. **Natureza do objeto:** Serviço especial de engenharia, de acordo com justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 1.4. **Modalidade de licitação:** Concorrência, por se tratar de serviço de engenharia, conforme enquadramento do Decreto Estadual 5352-R/2023, art. 59.
- 1.5. **Critério de julgamento:** Técnica e preço, na proporção de 70% de valoração da proposta técnica, conforme justificativa constante do ETP.
- 1.6. **Modo de disputa:** Fechado, em obediência ao Decreto Estadual 5352-R/2023, art. 66.
- 1.7. **Regime de execução:** Empreitada por preço unitário, devido à imprecisão inerente à natureza do objeto no que se refere à estimativa dos quantitativos.
- 1.8. **Natureza do serviço:** Contratado por escopo, não contínuo.
- 1.9. **Prazo de vigência do contrato:** 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.10. **Prazo de execução do objeto:** 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data especificada na Ordem de Início.
- 1.11. **Link de acesso aos anexos:**
<https://drive.google.com/drive/folders/1kUX3wuM40vP2tQWGwi97BNIfBDcKICbY>

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Solução como um todo

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



Disposições gerais sobre o objeto

3.2. Caberá à contratada prestar os serviços especializados de engenharia de supervisão e apoio à fiscalização das obras sob a gestão da Subsecretaria de Infraestrutura Rural (SIR), inclusive propondo soluções para os problemas detectados.

3.3. Também caberá à Supervisora garantir que as obras sejam executadas observando o fiel cumprimento dos projetos, das normas e especificações estabelecidas e das demais condições contratuais, principalmente quanto ao fiel cumprimento do cronograma físico, comunicando imediatamente à gerência responsável quanto a qualquer condição ou evento que possa acarretar atrasos.

3.4. Independentemente da localização da sede da pessoa jurídica contratada, esta deverá estabelecer escritório de apoio na região da Grande Vitória (ES) para facilitar a logística e a comunicação entre contratada e contratante.

3.5. É obrigação da Supervisora dar o necessário apoio à GVR, GCM e GHR com vistas à diminuição dos impactos ambientais das obras, na manutenção da segurança da sua execução e no cumprimento de outras determinações do Órgão.

3.6. A Supervisora será responsável por indicar todas as obras e intervenções que se fizerem necessárias, responsabilizando-se sempre, pelos relatórios, pareceres, medições e outros atos que praticar ou documentos que emitir, relativos à execução dos serviços técnicos especializados de supervisão e fiscalização de projetos e obras objeto da contratação.

3.7. A Supervisora deverá, obrigatoriamente, exigir das empresas executoras das obras a manutenção em campo do diário de obras devidamente preenchido e atualizado, anotando ali todas as ocorrências e recomendações.

3.8. A Supervisora deverá manter as equipes, veículos e equipamentos necessários para o adequado desenvolvimento dos produtos/relatórios previstos, conforme planilhas orçamentárias do Edital.

3.9. O engenheiro deverá inspecionar todos os diários de obra apondo seu ciente. Caso a Supervisora não exija das empresas executoras das obras a manutenção em campo do diário de obras devidamente assinado e com todas as recomendações necessárias, deverá ser penalizada com a aplicação de multa.

3.10. O Coordenador da Supervisora deverá:

- i. Representar a contratada na qualidade de engenheiro preposto e ser responsável técnico pela execução do contrato e dos serviços;
- ii. Coordenar e atestar tecnicamente a execução de todos os serviços/produtos previstos neste TR;
- iii. Coordenar administrativamente todos os trabalhos e serviços a serem executados pela Supervisora;
- iv. Atuar em apoio à fiscalização da GVR/GCM/GHR na representação perante a construtora, concessionárias e outros entes envolvidos direta ou indiretamente na execução das obras e de seu contrato;
- v. Representar a Supervisora perante a SEAG.

3.11. Todos os produtos entregues pela supervisora deverão estar devidamente assinados pelos seus responsáveis técnicos (relatórios, ensaios, memórias de cálculo, etc.) e estarem de acordo com a Instrução de Serviço DG nº 03 de fevereiro de 2016 do DNIT.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

3.12. O não apontamento das inconformidades, irregularidades, recomendações e eventos ocorridos no decorrer das obras no respectivo diário de obras ensejará a sua responsabilização quanto aos atrasos do cronograma decorrentes de sua omissão.

3.13. A proponente deverá apoiar as equipes da GVR, GCM e GHR, fiscalizando técnica e financeiramente os contratos firmados entre SEAG e empresa, relacionados aos programas de infraestrutura rural, incluindo a avaliação da qualidade e desempenho da obra, controle de prazos e custos, visando o cumprimento do cronograma físico-financeiro do contrato.

3.14. A Supervisora deverá ter pleno conhecimento dos projetos de engenharia das obras a serem fiscalizadas e assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas.

3.15. A atuação da Supervisora não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, § 4º, da Lei 14.133/2021.

3.16. Todo relatório deverá conter tabela (check list) em suas páginas iniciais com a indicação das laudas referentes a cada requisito especificado para cada produto.

Acompanhamento técnico da execução das obras

3.17. Na elaboração do Plano de Trabalho, o contratado deverá caracterizar detalhadamente cada um dos produtos constantes deste item, destacando os aspectos metodológicos a serem adotados na produção dos mesmos, descrevendo para os casos dos Relatórios, acompanhamentos e avaliação de desempenhos, as ferramentas de planejamento e controle a serem utilizados, tipo Curva "ABC", Curva "S", Pert, Gantt, etc.

3.18. Considerando que o controle geométrico e tecnológico da Obra é da responsabilidade do construtor, conforme consta nas Especificações de Serviços pertinentes ao contrato de empreitada, a atuação da Supervisora, nesse caso, será a verificação da efetividade desse controle, que será feita por amostragem.

3.19. Durante este acompanhamento técnico, deverá também ser item de avaliação pela Supervisora a efetividade do controle de qualidade exercido pelo Construtor de acordo com as especificações, projetos e outros itens afins.

3.20. Da mesma forma, é de responsabilidade do construtor garantir o avanço físico planejado para os serviços. Daí implica ser de sua competência o preparo/validação das notas de serviços de terraplenagem, camadas do pavimento, drenagem e etc.

3.21. As intervenções a serem objeto dos serviços de supervisão e apoio técnico à Fiscalização são caracterizadas como intervenções de implantação, reabilitação, restauração, pavimentação e conservação de vias, bem como a construção de barragens.

3.22. Encontram-se sob fiscalização da SIR as seguintes obras, que estão sendo supervisionadas pelas empresas contratadas enquanto perdurar a vigência de seus contratos (849/2022 e 195/2021):

Obras em andamento				
1	Obras de Pavimentação			
	Município	Objeto	Extensão	Nº Contrato
1	São Gabriel da Palha	Pavimentação TSBD no trecho Santa Terezinha - Patrimônio de São José	10,00 km	1051/2022



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

2	Lúna	Pavimentação TSBD do trecho BR 262 – Santa Clara	12,44 km	0787/2022
3	Santa Teresa	Pavimentação TSBD do trecho 25 de julho - 15 de agosto	5,70 km	0400/2023
4	Fundão	Pavimentação em Blocos do trecho Sede - Parque Goiapaba-Açu	10,00 km	0748/2023
5	Viana	Pavimentação TSBD do trecho Formate - São Paulo de Cima	9,00 km	2024.000044.31101.01
6	Apiacá / Mimoso do Sul	Pavimentação TSBD do trecho Santa Fé - Bonsucesso - Taquaruçu	13,00 km	2024.000239.31101.01
7	Brejetuba	Pavimentação TSBD do trecho Sede - São Jorge (2ª ETAPA)	12,38 km	2024.000275.31101.01
8	Venda Nova do Imigrante	Pavimentação em Rota dos Lagos	9,34 km	2024.000616.31101.01
9	Santa Teresa	Pavimentação do Circuito Caravaggio	7,60 km	2024.000659.31101.01
10	Santa Leopoldina	Restauração do pavimento do trecho ES-264 – Caramuru	2,55 km	2024.000726.31101.01
11	Ibatiba	Pavimentação do trecho Sede (Ibatiba) – Córrego Rodrigues	4,50 km	2025.000019.31101.01
12	Vargem Alta	Belém – Estação Soturno – Entroncamento ES-164	9,10 km	2025.000686.31101.01



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

13	São Domingos do Norte	Córrego Dumer x Comunidade Santo Antônio (São José do Honorato)	6,39 km	2025.000604.31101.01
14	Santa Maria de Jetibá	IFES Campus Centro-Serrano – ES-368 (Etapa I)	5,82 km	2025.000379.31101.01
15	Aracruz	Jacupemba - Rio Francês	11,68 km	2025.000245.31101.01
16	Muqui	Sede – Comunidade Providência (2ª etapa)	9,46 km	2025.000429.31101.01
17	Colatina	BR-259 – São Pedro Frio (2ª Etapa)	8,46 km	2025.000610.31101.01
18	Laranja da Terra	Entr. ES-261 – Picadão - Joatuba	13,78 km	2026.000027.31101.01
2	Obras de Barragens			
	Município	Objeto	Capacidade de armazenamento	Nº Contrato
1	Cachoeiro de Itapemirim	Conclusão da Barragem Córrego Floresta (Burarama)	25.649,43 m³	2024.000015.31101.01
2	Aracruz	Construção de Barragem de Concreto Armado no Rio Piraqueaçu	1.022.202,58 m³	2024.000484.31101.01
3	Mucurici	Construção de Barragem de Terra em Itabaiana	723.650,99 m³	2024.000703.31101.01



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

4	João Neiva	Construção de Barragem Mista no Córrego Barce	47.652,55 m³	2025.000438.31101.01
5	Mantenópolis	Construção de Barragem de Concreto no Córrego Mantenhina	82.152,75 m³	2025.000439.31101.01
3	Outras obras de Infraestrutura Rural			
	Município	Objeto	Nº Contrato	
1	Afonso Cláudio	Banheiros do Parque de Exposições	2024.000045.31101.01	
2	Domingos Martins	Construção de cozinha e auditório no espaço denominado de Morangão	00905/2023	
3	Domingos Martins	Programa Galpão Rural – Distrito de Panelas	2024.000803.31101.01	
4	Pinheiros	Programa Galpão Rural – Assentamento Nova Vitória e Onze de Agosto	2025.000168.31101.01	

Tabela 1: Obras em fase de execução

3.23. Encontram-se em estoque os seguintes projetos concluídos, que podem se tornar obras a serem supervisionadas pela Contratada:

Projetos concluídos para obras viárias			
1	Projetos de Pavimentação		
Item	Município	Descrição / Trecho	Extensão
1	Cachoeiro de Itapemirim	Alto Cantagalo - Burarama	6,80 km
2	Conceição do Castelo	ES 165 - Alto Monforte	9,40 km
3	Itarana / Santa Teresa	Comunidade de Praça Oito (ES-261) à Comunidade de Várzea Alegre (ES-260) – 1ª Etapa	6,59 km



4	Itarana / Santa Teresa	Comunidade de Praça Oito (ES-261) à Comunidade de Várzea Alegre (ES-260) – 2ª Etapa	4,33 km
2	Projetos de Barragens		
Item	Município	Descrição / Trecho	Contrato
1	Jerônimo Monteiro	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Córrego Panamá	00698/2023

Tabela 2: Projetos de engenharia concluídos

3.24. Encontram-se em andamento os seguintes projetos, que podem se tornar obras objeto de supervisão da vencedora da licitação:

Projetos de engenharia em andamento			
1	Projetos de Pavimentação		
	Município	Objeto	Extensão
1	Ibiraçu	Pendanga - Igreja de Palmeira - Igreja de Piábas	15,50 km
2	Jerônimo Monteiro	Sede - Gironda	13,20 km
3	Marechal Floriano	BR 262 (Posto Ipiranga) - Soído de Baixo (Auxiladora)	8,00 km
4	Rio Novo do Sul	Virgínia Nova (Entr. ES-485) - Princesa (Entr. ES-375)	8,30 km
5	Linhares / Rio Bananal	Entr. Rodovia Antonio Armani, km 16 - Comunidade de São Francisco	10,30 km
6	Domingos Martins	Trecho Magistrado - Entr. ES 368	4,20 km
7	Alfredo Chaves	São Marcos X São João de Crubixá	13,70 km
8	Guarapari	Entr. ES-388 X Comunidade de Alto Rio Calçado	1,40 km



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

9	Guarapari	Entr. ES-060 X Comunidade de Nossa Senhora das Neves	6,60 km
10	Piúma	Entr. ES-060 (Contorno de Piúma) X Comunidade de Taquaral (Contorno de Iconha)	6,20 km
11	Rio Bananal	Entr. ES-356 X Comunidade de Iiritimirim	4,30 km
12	Santa Leopoldina / Domingos Martins	Rota do Gengibre (Rio das Farinhas – Melgaço)	22,00 km
13	Afonso Cláudio / Santa Maria	Mata Fria (Francisco Correa) - Garrafão	6,80 km
14	Aracruz	Picuã x Santa Rosa	3,88 km
15	Atílio Vivacqua/Muqui	Córrego da Fama (Atílio Vivacqua) x Sumidouro (Muqui)	4,50 km
16	Castelo	Rota flor e Café (Sto Antônio - Montevideo - São Manuel - ES 166) - Etapa I	9,10 km
17	Conceição do Castelo	Rota flor e Café (Sto Antônio - Montevideo - São Manuel - ES 166) - Etapa II	6,10 km
18	Cachoeiro / Vargem Alta	São Vicente x Prosperidade	5,33 km
19	Governador Lindenberg	Entr. ES-245 - São João do Coslope	12,00 km
20	Guarapari	São Miguel - Comunidade Rio da Prata - Acesso a São Félix	12,10 km
21	Guarapari	Comunidade de Santana	4,50 km
22	Marilândia	Boniseigna - Patrão Mor	9,00 km
23	Mucurici	Assentamento Córrego Lage - Itabaiana	15,00 km



24	São Mateus	Santa Leocádia (km23), Santo Antônio (km28), Bom Jesus (km35), e Vale da Vitória em Nestor Gomes	10,00 km
2	Projetos de Barragem		
	Município	Objeto	
1	Baixo Guandu	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Córrego Sucupira	
2	Ecoporanga	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Córrego Dois de Setembro	
3	Montanha	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Rio Itaúnas	
4	Governador Lindenberg	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Moacir Avidos	
5	Jaguaré	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Córrego Águas Limpas	
6	Alegre	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Feliz Lembrança	
7	Alegre	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Jerusalém	
8	Rio Novo do Sul	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Mundo Novo	
9	São José do Calçado	Elaboração de Projeto de Barragem na localidade de Córrego Jakar	

Tabela 3: Projetos de engenharia em andamento

3.25. Entende-se como obras e serviços rodoviários o seguinte:

- Obras de reabilitação/restauração ou recuperação funcional de rodovias em pista simples;
- Obras de implantação/pavimentação de rodovias;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- c) Obras de arte especiais (pontes e viadutos), de construção ou recuperação estrutural;
- d) Serviços de conservação de rodovias em contrato com remuneração por desempenho da empresa contratada;
- e) Serviços de conservação de rodovias em contratos convencionais.

3.26. Os serviços objetos da presente contratação visam dar suporte técnico as gerências subordinadas à SIR nas seguintes demandas de Supervisão e Apoio à Fiscalização de obras e serviços de engenharia a fim de:

- a) Acompanhamento da execução das obras e serviços e sob os aspectos técnicos;
- b) Acompanhamento da obra sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
- c) Elaboração das medições das obras;
- d) Elaboração de revisões de projeto na fase de obra;
- e) Elaboração de elementos para celebração de termo de aditamento aos contratos de obras e serviços;
- f) Elaboração de laudos e pareceres técnicos para soluções de problemas;
- g) Serviços eventuais às atividades de supervisão de obras envolvendo serviços topográficos, serviços geotécnicos e elaboração e adequação de projetos;
- h) Elaboração de Relatório "As Built";
- i) Elaboração de Relatório para entrega de obras;
- j) Elaboração de laudos especiais de serviços de engenharia.

3.27. Caberá à empresa Supervisora, observar também as obrigações definidas nas seguintes Normas de Procedimento da SIR:

- a) Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas;
- b) Norma de Procedimento SEAG 005 - Verificação de Relatórios de Execução de Projetos de Engenharia - V2;
- c) Apoiar a Fiscalização quanto à aplicação de normas para a avaliação de desempenho na Execução de Obras e Serviços de Engenharia da SEAG.
- d) Atendimento às demais demandas postas pela GVR/GCM/GHR, relativas à supervisão das obras e serviços a seu encargo.

Descrição dos produtos e seus respectivos critérios de medição e pagamento

3.28. A estruturação do contrato a ser celebrado baseia-se na execução de serviços de supervisão e de apoio na fiscalização de obras rodoviárias, consolidada pela entrega de produtos específicos na tabela a seguir:



1	Inspeções Técnicas Periódicas de Engenharia	FREQUÊNCIA
ITEF	Inspeção Técnica de Engenharia em Serviços de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais de Rodovias em Contratos Convencionais	MENSAL/ CONTRATO
2	Inspeções topográficas e outros procedimentos de quantificação dos serviços	
ITOP	Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais de Rodovias em Contratos Convencionais	MENSAL/ CONTRATO
3	Consolidação de elementos de medição das obras	
CMED	Consolidação de Elementos de Medição de Serviços de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais de Rodovias em Contratos Convencionais	MENSAL/ CONTRATO
4	Inspeções técnicas para avaliação e quantificação de serviços de conservação rodoviária	
ITAC	Inspeções técnicas para avaliações de desempenho e quantificação para fins de medição de serviços de conservação rodoviária	DEMANDA
5	Laudos de especialistas	
LESP	Laudos Técnicos de Especialistas em Obras, Projetos e Serviços de Engenharia Rodoviária	DEMANDA
6	Revisão de projeto em fase de obra	
RPFO	Revisão de Projetos na Fase de Obra	DEMANDA
7	Relatório de Inspeção de Entrega de Obra	
RIEN	Inspeções técnicas para avaliações da obra concluída para fim de recebimento definitivo	DEMANDA
8	Elaboração dos relatórios As Built	
RFIN	Relatório Final do Projeto "As Built"	DEMANDA
9	Relatório de Análise de Estudos e Projeto	
RAEP 01	Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto	DEMANDA
RAEP 02	Relatório de Análise de Anteprojeto	DEMANDA
RAEP 03	Relatório de Análise ou atualização de Estudos e Projetos	DEMANDA
10	Relatório de Diagnóstico do Pavimento	
RDPA	Relatório de Diagnóstico do Pavimento	DEMANDA
11	Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragem	
ITE-B	Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragem	MENSAL/ CONTRATO
12	Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Barragens	
ITOP-B	Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Barragens	MENSAL/ CONTRATO
13	Inspeções técnicas para avaliações de desempenho, quantificação e consolidação de medição de Obras de Barragens	
ITM-B	Inspeções técnicas para avaliações de desempenho, quantificação e consolidação de medição de Obras de Barragens	MENSAL/ CONTRATO
14	Laudos Técnicos de Especialista em Obras, Projetos e Serviços de Barragens	
LESP-B	Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Barragens	DEMANDA



15	Revisão de Projetos na Fase de Obra para Barragens	
RPFO-B	Revisão de Projetos na Fase de Obra para Barragens	DEMANDA
16	Consolidação de Elementos para Celebração de Termos de Aditamento aos Contratos de Obras de Barragens	
RCTA	Consolidação de Elementos para Celebração de Termos de Aditamento aos Contratos de Obras de Barragens	DEMANDA
17	Relatório Final do Projeto “As Built” para Obras de Barragens	
RFIN-B	Relatório Final do Projeto “As Built” para Obras de Barragens	DEMANDA
18	Relatório de Inspeção de entrega de obra de barragem	
RIEN-B	Relatório de Inspeção de entrega de obra de barragem	DEMANDA
19	Relatório de Elaboração de Estudos de Viabilidade - Etapa A	
REV	Relatório de Elaboração de Estudos de Viabilidade - Etapa A	DEMANDA
20	Relatório de Análise da Etapa B - Estudos para Anteprojetos	
RAEP-B	Relatório de Análise da Etapa B - Estudos para Anteprojetos	DEMANDA
21	Relatório de Análise da Etapa C - Anteprojeto	
RAEP-C	Relatório de Análise da Etapa C - Anteprojeto	DEMANDA
22	Relatório de Análise da Etapa D - Estudos para Anteprojetos	
RAEP-D	Relatório de Análise da Etapa D - Estudos para Anteprojetos	DEMANDA
23	Relatório de Acompanhamento de Obras de Infraestrutura Rural	
RAO	Relatório de Acompanhamento de Obras de Infraestrutura Rural	DEMANDA
24	Serviços eventuais de apoio às atividades de supervisão de obras e projetos	
SEVT	Estudos e ensaios	DEMANDA
25	Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica	
EVT 01	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Pavimento	DEMANDA
EVT 02	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Barragem	DEMANDA
EVT 03	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Obra de Arte Especial	DEMANDA
EVT 04	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Contenção	DEMANDA

Tabela 4: Produtos a serem contratados

3.29. Para início de qualquer atividade, a empresa contratada deverá receber Ordem de Serviço (OS), sejam os produtos de frequência “mensal” ou “demanda”.

3.29.1. Para os relatórios de frequência mensal, será emitida Ordem de Serviço única, porém poderá ser solicitada a paralisação quando da não efetividade ou andamento dos serviços da obra, ou a qualquer momento que a gerência julgar necessário.

3.29.2. Todos os produtos cuja frequência seja por demanda deverão ser requeridos através de emissão de Ordens de Serviço específicas emitidas pela GVR, GCM ou GHR.

3.29.3. Nos casos em que não for estabelecido o prazo de entrega do produto por este Termo de Referência ou por comum acordo entre as partes, o prazo de entrega será de 30 dias, prorrogável mediante justificativa.

3.29.4. A não entrega do produto dentro do prazo estabelecido ou a entrega do produto em qualidade inferior à definida no Termo de Referência ou na Ordem de Serviço será considerada inexecução parcial do objeto contratual, salvo por motivos devidamente justificados pela Contratada e aceitos pela Contratante.

3.30. Todos os relatórios deverão ao final emitir parecer conclusivo sobre as atividades inspecionadas no período em questão.

3.31. Ressalta-se que os produtos e atividades descritos neste TR correspondem à demanda prevista de serviços de engenharia relativos às obras em andamento e que vierem a ser efetivamente realizadas, de forma que qualquer redução de atividade (seja por ordem de paralisação, diminuição do ritmo de trabalho por



ordem da administração ou outra razão) resultaria na diminuição da remuneração deste apoio técnico contratado, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos.

3.32. ITEF – Inspeção Técnica de Engenharia em Serviços de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais

3.32.1. Este serviço será elaborado por Engenheiro Sênior Especialista em Obras Rodoviárias, detentor de vasta experiência em supervisão de obras e serviços rodoviários, que trabalhará em tempo fracionado, exercendo as atividades para no máximo 2 (duas) obras concomitantes, com a atribuição de coordenar, concatenar e integrar as diversas atividades que compõem esta Inspeção, de forma a estabelecer elo avançado de informação e apoio à Fiscalização.

3.32.2. Também é o objetivo dessa inspeção manter um experiente Técnico de Nível Médio a cada duas obras, de forma a se constituir num elemento avançado de informação e apoio à fiscalização.

3.32.3. Esse técnico auxiliará a Supervisora diariamente, através de fichas ou formulários sobre as ocorrências, constando as informações sintéticas, porém relevantes, dos fatos ocorridos no dia. Este instrumento deverá ser padronizado e conter todo o elenco das principais informações sobre o andamento dos serviços e demais informações pertinentes como disponibilidade de pessoal e equipamentos, condições do trecho e etc.

3.32.4. Inicialmente prevê-se uma periodicidade mensal para a elaboração do produto. Entretanto, poderá ser solicitada a paralisação quando da não efetividade ou andamento dos serviços da obra.

3.32.5. Deverá a Contratada comprovar a sua frequência das inspeções técnicas através de assinatura em diário de obras, registro fotográfico datado, ou outros mediante comunicação/aceitação prévia da GVR/GCM.

3.32.6. No âmbito dessas inspeções deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Será exigido que se encaminhe à Fiscalização e à Coordenação da Supervisora, via e-mail, o Diário de Obra (Livro de Ordem) constando as informações relevantes dos fatos ocorridos no dia. Essa ficha será padronizada e conterá todo o elenco das principais informações que deverão ser preenchidas e enviadas;
- b) Recolhimento da cópia da documentação referente aos controles de qualidade dos serviços realizados pela construtora e apresentação através de planilhas, em tratamento estatístico e representação gráfica, quando for o caso, e comprovando a efetividade dos mesmos, conforme especificações gerais do DNIT;
- c) Verificação, por amostragem, da obediência às diretrizes gerais do projeto, ou seja, greide de terraplenagem (quando for o caso), greide de pavimentação, espessuras das camadas, abaulamentos, superelevações, alinhamentos horizontais, cotas de controle de drenagem e outros elementos relevantes;
- d) Acompanhamento da execução dos serviços, principalmente nos procedimentos de controles tecnológicos, em consonância ao PCGQ analisado e aprovado. Também, em consonância com as diretrizes do projeto, planilha orçamentária e licenciamento da obra;
- e) Verificar a efetividade do controle de qualidade do PCGQ (geométrico, tecnológico e desempenho físico) exercido pelo Construtor, de acordo com as especificações e projetos, bem como realizar a checagem destes para fins de certificação dos controles apresentados pelo construtor (geométrico e geotécnico). A avaliação dos controles de qualidade do Construtor, apresentada a necessidade, deverá se estender também aos laboratórios e outras



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

instalações utilizadas pelo mesmo. Deverá ainda possibilitar a elaboração do Relatório Mensal conforme modelo a ser adotado pela GVR/GCM;

- f) Verificar o atendimento às condicionantes ambientais;
- g) Verificar a efetividade dos controles ambientais das obras, os requisitos definidos pela legislação ambiental e pelo projeto de engenharia;
- h) Verificar o cumprimento dos programas ambientais contidos no projeto e estudos ambientais;
- i) Verificar o cumprimento do projeto ambiental contido no projeto de engenharia da obra;
- j) Verificar o cumprimento e atendimento dos cuidados com a segurança e higiene do trabalhador previstos na Lei e indicados no projeto;
- k) Verificar e validar os dados de serviços ambientais compostos nas planilhas de medição, responsável pelos requerimentos de supressão de vegetação necessárias às obras;
- l) Verificar a efetivação dos planos de compensação ambiental das obras.

3.32.7. A Contratada também deverá incluir no relatório proposições adequadas para resolução das intercorrências detectadas durante a execução das atividades listadas no item anterior.

3.32.8. Não serão consideradas inspeções técnicas nos trechos em que os contratos estejam paralisados ou sem efetiva movimentação de serviços, salvo por solicitação formal da GVR/GCM.

3.32.9. No caso de retomada de obras paralisadas, a supervisora deverá apontar, no seu primeiro relatório, as condições gerais do trecho, assim como qualquer condicionante que impeça o andamento regular dos serviços.

3.32.10. Em todos os casos, as amostragens deverão ser aleatórias, constituindo amostras com tamanhos de pelo menos 10% de uma mesma população de cada item que supera o índice de 0,80 na Curva ABC da planilha da obra.

3.32.11. Todas as inspeções deverão ser registradas nos diários da obra inspecionada, com o registro de todos os fatos relevantes verificados.

3.32.12. A frequência das inspeções técnicas no campo/instalações pelo engenheiro sênior da obra dependerá do tipo de obra, sendo no mínimo aquelas relacionadas no quadro abaixo:

Tipo de Obra	Frequência mensal por contrato
Implantação/Pavimentação em Pista Simples em Rodovias Rurais	2
Restauração com Melhoramentos Rodovias Rurais	2

3.32.13. Deverá a Contratada comprovar a sua frequência das inspeções técnicas através de assinatura em diário de obras, registro fotográfico datado, entre outros mediante comunicação/aceitação prévia da GVR/GCM.

3.32.14. A Contratada deverá se manifestar em até 5 dias úteis quanto às solicitações realizadas pela GVR/GCM.

Apresentação do Produto

3.32.15. As inspeções realizadas em cada trecho corresponderão a 1 (um) produto, que se materializará no **“Relatório de Inspeção Técnica de Engenharia em Serviços de**



Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais – ITEF.XX”.

3.32.16. Esse relatório deverá conter os elementos relativos às observações colhidas e entregues em formato digital com a respectiva assinatura digital.

3.32.17. Deverá ser apresentado para cada inspeção relatório contendo índice da divisão em capítulos ou títulos ou ainda em itens conforme o assunto abordado, indicando na capa a obra e o número sequencial do relatório.

3.32.18. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com a Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas, ou conforme estabelecido na Ordem de serviço.

3.32.19. Tendo em vista que o controle de qualidade (PCGQ) é de responsabilidade do Construtor, a Supervisora recolherá cópia de todos os elementos de verificação destes controles de qualidade dos serviços e os apresentará em planilhas de verificação de efetividade dos mesmos, com o devido tratamento estatístico (quando for o caso) com representação gráfica conforme determinado nas Especificações Gerais do DNIT.

3.32.20. Caso haja dúvida quanto à qualidade dos controles apresentados, a GVR poderá determinar à Supervisora a realização de novas verificações para validar ou não os resultados entregues pelo Construtor.

3.32.21. Deverá ainda constar os elementos necessários à elaboração do Relatório Mensal com o seguinte conteúdo:

- a) Definição do empreendimento rodoviário: localização da obra e sua natureza, número do edital, número do contrato, prazo contratual, licenças ambientais de competência da GVR ou da Construtora;
- b) Parecer técnico quanto à adequação do organograma geral do canteiro de obras, instalado no período, em função do avanço físico das frentes de serviço em execução;
- c) Informação técnica, clara e precisa, quanto ao cronograma físico, se as etapas executadas são compatíveis com aquelas previstas e se a obra ou serviço pode ser considerado “dentro do cronograma”, “acima do cronograma” ou “abaixo do cronograma”;
- d) No caso de avaliação física de obra ou serviço “abaixo do cronograma”, explicitar as razões que resultaram na baixa produção de serviços no período de referência;
- e) Croqui de localização das diversas frentes de serviço executados e em execução até o mês de referência, demonstrando que o avanço físico da obra é compatível com o prescrito no Plano de Trabalho;
- f) Projeto(s) de dosagem(ens) analisados pela Supervisora e aprovados pela GVR para todos os serviços requeridos indicados no PCGQ e nas Especificações de Serviços Rodoviários do DER-ES/DNIT;
- g) Controle mensal de quantidade de materiais, apresentando as taxas reais encontradas e os limites toleráveis prescritos nas especificações;



- h) Comprovação se há conformidade da quantidade de ensaios e verificações de responsabilidade da executante, em relação aos serviços produzidos no mês de referência;
- i) Comprovação se há conformidade dos resultados dos ensaios e verificações, de responsabilidade da executante com aqueles realizados pela GVR de forma aleatória;
- j) Registros de não conformidades e definição das correções necessárias, inclusive prazo limite de cumprimento destas obrigações;
- k) Apresentação dos recursos utilizados para verificação dos controles qualitativos, tais como equipes, aparelhos, instrumentos e outros;
- l) Modelos de quadros-resumo de controle geométrico, verificação por amostragem de controle tecnológico, controle estatístico, controle de dias operáveis e inoperáveis e outros aplicáveis, com os parâmetros utilizados para formar juízo da GVR quanto às etapas ou serviços implantados;
- m) Análise técnica quanto à aceitação ou rejeição dos serviços executados, conforme prescrito nas especificações de serviços correspondentes, inclusive a indicação dos serviços rejeitados e sua localização, os procedimentos definidos para sua correção ou refazimento e análise posterior comprovando sua aceitação;
- n) Registro se as ações desenvolvidas pela executante, quanto aos procedimentos ambientais, higiene e segurança no trabalho, a juízo da fiscalização, e em conformidade com as normas técnicas vigentes, podem ser consideradas ações adequadas, inadequadas ou parcialmente adequadas;
- o) No caso das ações ambientais, de higiene e segurança no trabalho serem consideradas pela fiscalização “inadequadas”, deve ser suspensa a execução do serviço com defeito ou vício até o completo saneamento das irregularidades;
- p) No caso das ações ambientais, de higiene e segurança no trabalho serem consideradas como “parcialmente adequadas”, após consulta aos profissionais habilitados da GVR, deve ser definido prazo limite para sua completa conformidade;
- q) Registro das ações desenvolvidas pela executante previstas para a sinalização e segurança na fase de obras, em relação a proteção e informação aos usuários da rodovia;
- r) Cópia das anotações consideradas relevantes firmadas no Livro de Registro de Ocorrências.
- s) Auxílio na avaliação de desempenho (FAD) das empresas executoras dos serviços.

Medição e Pagamento

3.32.22. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório Inspeção Técnica de Engenharia em Serviços de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais - ITEF.XX”**, que será realizado para cada inspeção.



3.32.23. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Inspeção ITEF, e a medição será efetuada em unidade de Inspeção ITEF.

3.32.24. Na composição de preço deste produto está incluso o serviço de laboratório de solo, portanto, a empresa não poderá reivindicar no “Serviços Eventuais de Apoio às Atividades de Supervisão de Obras e Projetos” os seguintes estudos e ensaios rotineiros, uma vez que já estão remunerados:

- Ensaio de Compressão Simples de solos coesivos (NBR 12770) – por amostra;
- Ensaio de Densidade “in situ”;
- Ensaio de Equivalente de Areia - por amostra;
- Ensaio de Granulometria por Peneiramento;
- Ensaio de Granulometria por Peneiramento e Sedimentação – por amostra;
- Ensaio de Compactação Proctor Modificado – por amostra;
- Ensaio do Índice de Suporte Califórnia – por CP;
- Ensaio de Limites de Liquidez e Plasticidade – por amostra;
- Ensaio de Compactação Proctor Intermediário – por amostra;
- Ensaio de Estabilidade de Concreto Asfáltico.

3.33. ITOP - Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais

3.33.1. Esse serviço refere-se aos levantamentos necessários aos procedimentos de medição dos serviços executados nas obras de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em contratos convencionais que estiverem em andamento.

3.33.2. Nesse tipo de obra, há uma diversidade de itens que demandam levantamentos topográficos e outros procedimentos de mensuração para fins de medição. Sobressaem, entretanto, os serviços de terraplenagem, que requerem uma maior dedicação da equipe de topografia.

3.33.3. As inspeções deverão ser procedidas de forma a possibilitar a confecção da consolidação das informações para fins de medição da obra. Dessa forma, os dados a serem coletados nessas inspeções deverão ser suficientes à obtenção dos seguintes elementos:

- a) Locação e levantamento de seções transversais primitivas e da plataforma de terraplenagem executada;
- b) Nivelamento de terraplenagem acabada;
- c) Nivelamento das camadas do pavimento;
- d) Comprimento, espessuras e larguras de todas as camadas executadas no pavimento;
- e) Áreas e volumes de todos os serviços executados;
- f) Taxas e densidades de todos os materiais empregados na obra;
- g) Distâncias de transporte dos materiais;
- h) Croquis, dimensões e coordenadas dos dispositivos de drenagem executados ou recuperados;
- i) Croquis e dimensões relativas aos serviços de sinalização rodoviária para fins de medição;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

j) Todos e quaisquer elementos requeridos para a consolidação dos elementos de medição da obra.

3.33.4. Dessa atividade deverá resultar informações adequadas ao atendimento às prescrições da Norma de Procedimento 003-SEAG.

3.33.5. Essa atividade também poderá ser utilizada de forma a subsidiar com dados topográficos para elaboração do LESP.

3.33.6. A frequência das inspeções técnica no campo dependerá do tipo de obra, sendo no mínimo aquelas relacionadas no quadro abaixo:

Tipo de Obra	Frequência mensal por contrato
Implantação/Pavimentação em Pista Simples em Rodovias Rurais	1
Restauração com Melhoramentos em Rodovias Rurais	1

3.33.7. Deverá a Contratada comprovar a sua frequência das inspeções técnicas através de assinatura em diário de obras, registro fotográfico datado, levantamentos/plantas topográficas geradas no período de medição, entre outros mediante comunicação/aceitação prévia da GVR.

Apresentação do Produto

3.33.8. As inspeções realizadas em cada trecho corresponderão a 1 (um) produto, que se materializará no **“Relatório Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais - ITOP.XX”**.

3.33.9. Esse relatório deverá conter os elementos relativos aos levantamentos topográficos e outras informações quantitativas, entregues em formato digital com a respectiva assinatura digital.

3.33.10. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com a Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas, ou conforme estabelecido na Ordem de Serviço.

Apresentação do Produto

3.33.11. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de Inspeção Topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais - ITOP.XX”**, que será elaborado para cada inspeção.

3.33.12. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Inspeção ITOP, e a medição será efetuada em unidade de Inspeção ITOP.

3.34. CMED - Consolidação de Elementos de Medição de Serviços de Implantação/Pavimentação, Reabilitação, Recuperação Funcional de Rodovias

3.34.1. A atuação da Supervisora neste produto envolve **elaboração, processamento e a consolidação das informações** obtidas nos Relatórios de Inspeções Técnicas de Engenharia “ITEF” e nos Relatórios de Inspeções Topográficas e Quantificação “ITOP”, ou nos Relatórios de Inspeções técnicas de Engenharia “ITAC” quando for o caso de serviços de conservação, para a produção dos elementos necessários a compor o corpo de medição propriamente dito, de cada obra, no formato padronizado pela SEAG.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

3.34.2. Deverá ser produzido no mínimo os seguintes elementos:

- a) Corpo de Medição conforme padronização da SEAG, contendo:
 - i. A quantificação e o orçamento dos serviços realizados no período, de acordo com a planilha orçamentária do contrato;
 - ii. Memória de cálculo de cada quantidade, através de folhas de cubação, listagem de drenagem, cálculos de volumes e distribuição de terraplenagem, sondagens e classificação de materiais escavados, etc.;
 - iii. Resultados de Ensaios geotécnicos demonstrando as densidades adotadas nos cálculos de empolamento etc.;
 - iv. Resultados de Ensaios demonstrando as taxas de imprimação/pintura de ligação;
 - v. Resultados de Ensaios demonstrando as taxas de britas e ligantes, adotadas nos cálculos do tratamento superficial;
 - vi. Resultados de Ensaios para determinação da densidade do concreto betuminoso, adotada nos cálculos da quantidade de CBUQ;
 - vii. Resultados de Ensaios dos elementos utilizados na drenagem profunda e superficial, concreto, tubos e etc.;
 - viii. Certificado dos elementos utilizados na proteção vegetal;
 - ix. Relatório fotográfico com registro georreferenciado e datado dos serviços executados no período da medição.
- b) Informações para aplicação de Norma para Avaliação de Desempenho na Execução de Obras e Serviços de Engenharia da SEAG;
- c) Informações tabuladas para alimentação do GEO-OBRS;
- d) Coletânea de documentos que devem acompanhar a medição de serviço, segundo instrução da GVR/GCM.

3.34.3. O formato e conteúdo mínimo do Relatório de Medição deverão ser ajustados com a GVR/GCM no início dos serviços.

3.34.4. No sentido de permitir a formulação de dados gráficos e numéricos, suficientes à avaliação quantitativa para fins de medição e pagamento dos serviços realizados no período de referência, deverão, quando couber, serem produzidos os seguintes elementos:

- a) Seções transversais detalhadas com as classificações dos materiais escavados;
- b) Planilhas contendo cálculo de volume e distribuição de terraplenagem;
- c) Lineares das intervenções de pavimentação, drenagem e OAC;
- d) Listagens e quantitativos dos serviços realizados no período.

3.34.5. Esse produto deverá ser desenvolvido mensalmente para cada contrato de obra ou serviço de engenharia rodoviária.

3.34.6. Deverá ser produzida a coletânea de documentos digitalizados e demais elementos tratados na forma especificada na Norma de Procedimento 003-SEAG.



Apresentação do Produto

3.34.7. Esse produto será materializado em forma de relatório denominado **“Relatório de Consolidação de Elementos para Medição e Pagamento de Serviços em Obras Rodoviárias CMED.XX”** e deverá ser apresentado para cada contrato de obra rodoviária.

3.34.8. Inicialmente prevê-se uma periodicidade mensal para a elaboração do produto. Entretanto, o mesmo poderá ser solicitado a qualquer momento pela GVR/GCM para fins de paralisação da obra ou outro procedimento administrativo que o demande.

3.34.9. O produto deverá ser entregue à GVR/GCM em formato digital com a respectiva assinatura digital, contendo todos os elementos que o compõem.

3.34.10. Deverá, também, ser observado o encaminhamento de documentos de medição digitalizados e demais formas especificadas na Norma de Procedimento 003-SEAG.

3.34.11. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com a Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas, ou conforme estabelecido na Ordem de serviço.

Medição e Pagamento

3.34.12. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR/GCM do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de Consolidação de Elementos para Medição e Pagamento de Serviços em Obras Rodoviárias CMED.XX”**, que será realizado para cada contrato.

3.34.13. Esse relatório conterá todos os elementos e informações relativos ao corpo de medição das obras de implantação, restauração ou reabilitação, em contratos convencionais.

3.34.14. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário mensal proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório CMED.XX, e a medição será efetuada em unidade de Relatório CMED.XX.

3.35. ITAC - Inspeções técnicas para avaliações de desempenho e quantificação para fins de medição de serviços de conservação rodoviária

3.35.1. Esse serviço refere-se aos levantamentos necessários aos procedimentos de elaboração de medição dos serviços executados em serviços de conservação rodoviária em contratos com a GCM.

3.35.2. Estes contratos possuem como critérios de medição dos serviços por quantificação realizada no período mensal, as inspeções aqui definidas irão objetivar coletar os seguintes dados:

- a) Áreas correspondentes à quadratura dos remendos superficiais e profundos executados;
- b) Áreas e volumes de todos os serviços executados nessa modalidade de medição;
- c) Taxas e densidades de todos os materiais empregados nos serviços;
- d) Distâncias de transporte dos materiais;
- e) Seções transversais primitivas e de projeto de eventual terraplenagem executada;
- f) Croquis e dimensões dos dispositivos de drenagem executados ou recuperados;
- g) Croquis e dimensões relativas aos serviços de sinalização rodoviária para fins de medição;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- h) Relatório fotográfico (antes e depois) de todos os serviços executados com suas respectivas coordenadas de localização;
- i) Todos e quaisquer elementos requeridos para a consolidação dos elementos para medição dos serviços.

3.35.3. Deverá, também, ser observado o encaminhamento de documentos de medição digitalizados e demais formas especificadas na Norma de Procedimento 003-SEAG.

3.35.4. Deverá a Contratada comprovar a sua frequência das inspeções técnicas através de assinatura em diário de obras, registro fotográfico datado, entre outros mediante comunicação/aceitação prévia da GCM.

3.35.5. A frequência das inspeções técnicas no campo será por DEMANDA e não se prevê a periodicidade deste serviço. Será solicitado conforme a necessidade definida pela GCM, e em função do estado de conservação dos trechos integrantes das 10 microrregiões estaduais (estabelecidas pela GCM) na época de realização dos serviços. As microrregiões estão definidas da seguinte forma:

Microrregiões	Extensão (km)	Nº de trechos
Metropolitana (Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão)	88,600	13
Central serrana (Santa Tereza, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Itarana e Itaguaçu)	75,070	14
Sudoeste serrana 1 (Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante)	102,380	23
Sudoeste serrana 2 (Afonso Cláudio, Brejetuba e Conceição do Castelo)	69,470	14
Litorânea Sul e Central Sul (Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul, Itapemirim, Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Muqui, Atílio Vivácqua, Mimoso do Sul, Apiacá e Bom Jesus do Norte)	137,320	18
Caparaó (Muniz Freire, Ibatiba, Irupí, Iúna, Ibitirama, Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí e Alegre e Bom Jesus do Norte)	148,140	20
Rio Doce (Ibiraçu, Aracruz, João Neiva, Sooretama, Rio Bananal)	67,004	13
Centro oeste (Pancas, Marilândia, São Domingos do Norte, Alto Rio Novo, Vila Valério e São Gabriel da Palha)	60,500	10
Nordeste (Jaguaré, Mucurici, Ponto Belo e Boa Esperança)	50,700	4
Noroeste (Ecoporanga, Vila Pavão, Mantenedópolis, Nova Venécia e Barra de São Francisco)	41,180	7
Total	840,364	136

3.35.6. Os serviços não se restringem somente aos municípios descritos acima, mas também aos municípios do Estado do Espírito Santo que possuírem estradas concluídas pelo Programa Caminhos do Campo até o final do contrato de supervisão. A descrição no quadro acima é de caráter informativo dos atuais municípios com rodovias em manutenção, porém outras localidades poderão ser acrescidas ao longo do contrato e à medida que forem concluídas a implantação/restauração/reabilitação de novas rodovias pela SEAG.

Apresentação do Produto

3.35.7. As inspeções realizadas para cada contrato corresponderão a 1 (um) produto, que se materializará no **“Relatório de Inspeções técnicas para avaliações de desempenho e**



quantificação para fins de medição de serviços de conservação rodoviária - ITAC.XX", elaborado para cada inspeção.

3.35.8. Esse relatório deverá conter os elementos relativos aos levantamentos topográficos e outras informações quantitativas, entregues formato digital com a respectiva assinatura digital.

3.35.9. Todos os elementos medidos deverão ser identificados e georreferenciados, e acompanhados de registro fotográfico das condições antes e depois.

3.35.10. Deverá ser apresentado para cada inspeção, relatório contendo índice da divisão em capítulos ou títulos ou ainda em itens conforme o assunto abordado, indicando na capa a obra e o número sequencial do relatório.

3.35.11. Caso haja dúvida quanto à acurácia das medidas apresentadas, a GCM poderá determinar, no interesse dos serviços de supervisão, que a Supervisora realize novas verificações.

3.35.12. Deverá, também, ser observado o encaminhamento de documentos de medição digitalizados e demais formas especificadas na Norma de Procedimento 003-SEAG.

Medição e Pagamento

3.35.13. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GCM, do produto consubstanciado no relatório intitulado **"Relatório de Inspeções técnicas para avaliações de desempenho e quantificação para fins de medição de serviços de conservação rodoviária - ITAC.XX"**, que será elaborado para cada inspeção.

3.35.14. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Inspeção ITAC, e a medição será efetuada em unidade de Inspeção ITAC.

3.36. LESP – Laudo Técnico de Especialistas em Obras, Projetos e Serviços de Engenharia Rodoviária

3.36.1. Esse serviço/produto refere-se a laudos técnicos realizados por especialistas em disciplinas específicas que envolvem obras, projetos e serviços rodoviários. Será solicitado pela GVR/GCM quando julgar-se necessário um parecer técnico especial, visando dirimir dúvidas técnicas ou solucionar problemas de obra cuja complexidade extrapole as expertises presentes no contrato da Supervisora.

3.36.2. Esses laudos deverão ser realizados com base em visita ao local da obra, análise em documentação técnica existente relacionada aos estudos e projetos realizados, e deverão apresentar pelo menos os seguintes elementos:

- a) Diagnóstico preliminar quanto à questão;
- b) Indicação e especificação das providências a serem tomadas, que poderão abranger:
 - i. Realização de estudos específicos;
 - ii. Indicação de intervenções construtivas imediatas;
 - iii. Concepção de alternativas com indicação e justificativa da mais vantajosa;
 - iv. Indicação dos quantitativos e custos aproximados das soluções indicadas;
 - v. Conclusão e recomendações através de planilhas, projetos ou projetos esquemáticos, documentação fotográfica, e outros.



3.36.3. Definida a disciplina, ou caracterizado o problema a ser investigado, caberá à Supervisora apresentar formalmente à GVR/GCM (fiscalização) pelo menos duas opções de especialistas no assunto, acompanhadas de currículos e atestados comprobatórios da experiência dos indicados, cabendo então à GVR/GCM a escolha do profissional.

3.36.4. Esse serviço/produto deverá ser desenvolvido mediante solicitação formal da GVR/GCM (Demanda), que deverá na formalização especificar a disciplina ou caracterizar o problema.

Apresentação do Produto

3.36.5. Esse produto, materializado em forma de relatório denominado **“Relatório de Laudo Técnico de Especialista em Obras, Projetos e Serviços de Engenharia Rodoviária - LESP.XX”**, deverá ser elaborado para cada caso solicitado.

3.36.6. O produto será entregue à GVR/GCM em formato digital com a respectiva assinatura digital, contendo todos os elementos que compõem o produto, incluindo todo o parecer técnico com as conclusões e recomendações, através de textos, planilhas, croquis esquemáticos, documentação fotográfica georreferenciada, etc.

3.36.7. Deverá, também, ser observado o encaminhamento de documentos de medição digitalizados e demais formas especificadas na Norma de Procedimento 003-SEAG.

Medição e Pagamento

3.36.8. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR/GCM do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de Laudo Técnico de Especialista em Obras, Projetos e Serviços de Engenharia Rodoviária - LESP. XX”**, que será realizado para cada laudo técnico.

3.36.9. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário mensal proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório LESP.XX, e a medição será efetuada em unidade de Relatório LESP.XX.

3.37. RPFO – Revisão de projeto em fase de obra

3.37.1. Este produto refere-se à revisão de projetos em fase de obra, mediante solicitação da fiscalização da GVR, visando a adequação em atendimento às condições de campo ou às outras demandas suscitadas durante a obra e ao processamento e consolidação de informações e elementos necessários à formalização de solicitação de termo de aditamento aos contratos de obras e serviços de engenharia. A Revisão de Projeto somente será executada mediante determinação formal da fiscalização.

3.37.2. Caberá à supervisora contratada avaliar as alternativas de solução, apresentar justificativas técnicas, quantificação, especificação e orçamento para as adequações necessárias e análise e decisão da GVR.

3.37.3. O prazo para entrega do produto será de 30 dias, contados a partir da data indicada na ordem de serviço, salvo justificativa validada pela fiscalização.

3.37.4. Trata-se das adequações que podem ocorrer durante a fase de execução de uma obra em andamento, obras paralisadas, obras de convênios ou projetos doados. Assim, quando se fizerem necessários levantamentos topográficos, realização de ensaios geotécnicos ou outros levantamentos, estes deverão ser elaborados pela supervisora.

3.37.5. Os dados para a elaboração da revisão poderão ser, também, obtidos nos Relatórios de Inspeção Técnica de Engenharia (ITEF), nos Relatórios de Inspeções topográficas e outros procedimentos de quantificação (ITOP) e no Projeto vigente.



3.37.6. Quanto ao projeto existente, este deverá ser fielmente obedecido em suas premissas técnicas. Qualquer alteração conceitual ou mudança de soluções técnicas deverá ser submetida ao autor do projeto original para conhecimento e manifestação, conforme Art. 18 da lei n.º 5.194/66, verbis:

“As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo Único. Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão por outro profissional habilitado, a que caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.”

3.37.7. No Relatório de Revisão de Projeto em Fase de Obras deverão constar todos os elementos requeridos para a análise e decisão da GVR. Nesse sentido, deverão ser apresentados no mínimo os seguintes elementos:

- a) Informações sobre o projeto original;
- b) Planilha de quantidades e preços, contendo as quantidades originais e as quantidades modificadas dos itens que sofrerão alterações;
- c) Justificativa técnica das alterações introduzidas, com todas as peças de projetos pertinentes, notas de serviços, desenhos, etc.;
- d) Quadro de verificação preliminar da vantajosidade resultante da alteração;
- e) Os produtos que visam as inspeções técnicas de engenharia, e demais produtos desenvolvidos, que também poderão subsidiar a supervisora contratada com dados e informações que auxiliem na formalização dos termos de aditamento;
- f) Arquivos de dados em meio eletrônico contendo informações do projeto e revisão, orçamento, atual e modificado, tais como: planilha de quantidades e preços, distâncias de transportes, especificações dos insumos, composições e produção de serviços novos, dentre outros, deverão ser entregues em formato a ser definido pela GVR.
- g) Elementos que demonstrem enquadramento/atendimento aos requisitos que constam no Enunciado CPGE nº 55 ou o que vier a substituir.

Apresentação do Produto

3.37.8. Essa atividade culminará com a elaboração e entrega à GVR, do **Relatório de Revisão de Projeto na Fase de Obra – RPFO** a ser emitido sempre que solicitado pela GVR, no formato digital com a respectiva assinatura digital.

3.37.9. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com a Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas, ou conforme estabelecido na Ordem de Serviço.

Medição e Pagamento

3.37.10. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de**



Revisão de Projeto na Fase de Obra – RPFO. XX”, que será realizado para cada Revisão de Projeto na Fase de Obra.

3.37.11. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário mensal proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório RPFO. XX, e a medição será efetuada em unidade de Relatório RPFO. XX.

3.37.12. Na composição de preço deste produto está incluso o levantamento topográfico e laboratório de solo, portanto, a empresa não poderá reivindicar no (Serviços Eventuais de Apoio às Atividades de Supervisão de Obras e projetos) os seguintes levantamentos, estudos e ensaios rotineiros, uma vez que já estão remunerados no levantamento topográfico e laboratório:

- Levantamento Planialtimétrico e Cadastral de áreas urbanas, inclusive cadastro de redes de utilidades, acessos a residências, etc. (1600 pontos/ha);
- Levantamento Planialtimétrico Cadastral em região ondulada (100 pontos/ha);
- Levantamento Planialtimétrico Cadastral em região plana (25 pontos/ha);
- Nivelamento geométrico em relevo ondulado, inclusive contranivelamento;
- Nivelamento geométrico em região de terreno plano, inclusive contranivelamento;
- Levantamento Cadastral de Dispositivos de Drenagem;
- Ensaio de Compressão Simples de solos coesivos (NBR 12770) – por amostra;
- Ensaio de Densidade “in situ”;
- Ensaio de Equivalente de Areia - por amostra;
- Ensaio de Granulometria por Peneiramento;
- Ensaio de Granulometria por Peneiramento e Sedimentação – por amostra;
- Ensaio de Compactação Proctor Modificado – por amostra;
- Ensaio do Índice de Suporte Califórnia – por CP;
- Ensaio de Limites de Liquidez e Plasticidade – por amostra;
- Ensaio de Compactação Proctor Intermediário – por amostra;
- Ensaio de Estabilidade de Concreto Asfáltico.

3.38. **RIEN - Relatório de Inspeção de Entrega de Obra**

3.38.1. Este produto refere-se às inspeções técnicas para validação da qualidade dos serviços de pavimentação nos trechos cujas obras foram finalizadas. Suas informações deverão subsidiar a GVR quanto ao recebimento provisório e definitivo da obra.

3.38.2. O objetivo deste relatório é reportar o atendimento dos parâmetros mínimos de aceitabilidade de obras rodoviárias, bem como nos procedimentos determinados pelo projetista, gestores e fiscais durante a execução dos serviços.

3.38.3. Dessa forma, será necessária a realização de vistorias, inspeção visual para recebimento e laudo técnico da supervisora, seguindo a norma DNIT 006/2003-PRO — Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos.

3.38.4. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos com as seguintes orientações:

- i. Indicar a aprovação ou não do recebimento provisório do objeto do contrato, apontando as medidas a serem adotadas pela executora dos serviços sobre os reparos necessários na obra;



- ii. Apresentação do exame final dos serviços executados/reparados do objeto do contrato para seu recebimento definitivo, através do seu relatório de inspeção conforme modelos disponíveis pelo DNIT ou outro mediante aprovação da GVR;
- iii. Relatório fotográfico;
- iv. Os resultados da inspeção dos dispositivos de drenagem;
- v. Os resultados da inspeção das obras complementares;
- vi. O levantamento da superfície do pavimento, conforme Norma DNIT 008/2003–PRO;
- vii. O conceito do pavimento obtido pelo IGGE por segmento homogêneo;
- viii. Deverá informar eventual ocorrência de ações externas que tenham afetado de forma inusual as condições das rodovias bem como constar as soluções a serem implementadas.

Apresentação do Produto

3.38.5. Esse produto materializado em forma de relatório denominado **“Relatório de Inspeção de Entrega de Obra - RIEN”** deverá ser apresentado ao final de cada obra Rodoviária.

3.38.6. Deverá ser apresentado em dois volumes, no formato digital e com a respectiva assinatura digital:

- a) Volume de Texto tamanho A4; e
- b) Volume de Plantas e Desenho, tamanho A3.

3.38.7. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com a Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas, ou conforme estabelecido na Ordem de serviço.

Medição e Pagamento

3.38.8. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de Inspeção de Entrega de Obra - RIEN”**, que será realizado no final de cada contrato.

3.38.9. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório de Inspeção de Entrega de Obra “RIEN”, e a medição será efetuada em unidade de Relatório de Inspeção de Entrega de Obra “RIEN”.

3.39. RFIN – Relatório Final do Projeto “As Built”

3.39.1. Essa atividade consiste na Elaboração do Relatório Final consolidado da Obra, contendo o “AS BUILT” de todas as intervenções realizadas no trecho/obra objeto do Contrato, além das modificações e revisões substanciais do Projeto, se houverem.

3.39.2. No relatório As Built deverá ser apresentada a versão final em Planta, Perfil e Seção Tipo de Terraplenagem e Pavimentação, com convenção dos principais elementos de Drenagem.

3.39.3. Esse relatório será resultado da consolidação das informações obtidas nos Relatórios de Inspeções Técnicas de Engenharia e nos Relatórios de Inspeções Topográficas e Quantificação, e em todos os demais relatórios produzidos pela Supervisora.



Apresentação do Produto

3.39.4. Esse produto materializado em forma de relatório denominado “Relatório Final do Projeto As Built – RFIN” deverá ser apresentado ao final de cada obra Rodoviária.

3.39.5. Deverá ser apresentado em dois volumes, no formato digital e com as respectivas assinaturas digitais:

- a) Volume de Texto tamanho A4; e
- b) Volume de Plantas e Desenho, tamanho A3.

3.39.6. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com a Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas, ou conforme estabelecido na Ordem de Serviço.

Medição e Pagamento

3.39.7. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado “Relatório Final do Projeto As Built - RFIN” que será realizado no final de cada contrato.

3.39.8. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório Final do Projeto “As Built”, e a medição será efetuada em unidade de Relatório Final do Projeto “As Built”.

3.40. RAEP 01 – Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto

3.40.1. Essa atividade será desenvolvida por uma equipe lotada no escritório de apoio da contratada, a ser estabelecido na Grande Vitória – ES, por questões de logística e para facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante, independentemente da localização da sede da pessoa jurídica, não dispensando as viagens a campo que forem necessárias.

3.40.2. A contratada deverá auxiliar na supervisão da elaboração dos estudos em desenvolvimento, devendo ser verificado no mínimo os seguintes conteúdos: Estudo de tráfego rodoviário, estudo geométrico, estudo topográfico, estudo hidrológico, estudo geológico, estudo geotécnico e estudos ambientais, conforme especificações do termo de referência da licitação do projeto.

3.40.3. Para a execução do “RAEP 01”, a GVR emitirá Ordem de Serviço para elaboração do relatório de análise dos Estudos para Anteprojeto, a análise deverá ser em comum entendimento com Projetistas e SEAG, deverão ser obtidos dados suficientes para verificar a consonância dos estudos em elaboração com as condições atuais do trecho, assim como a compatibilidade das características técnicas mínimas apresentada pelo projetista e, ainda, a verificação das condições locais de obtenção e fornecimento de materiais para todas as etapas de serviços, devendo todo material ser atestado como adequado para o serviço ao qual se destina.

3.40.4. O relatório deverá apresentar parecer conclusivo e indicando as correções a serem realizadas pela Projetista.

3.40.5. A Contratada supervisora deverá analisar as correções indicadas em seus relatórios pela Projetista até que os estudos estejam em conformidade com o termo de referência.

3.40.6. Deverá a Supervisora realizar ensaios de contraprova, por amostragens aleatórias, constituindo amostras com tamanhos de pelo menos 50% dos ensaios apresentados pela Projetista.



3.40.7. A supervisora deverá apresentar seu relatório final em consonância com a versão mais atual do GUIA DE ANÁLISE DE PROJETOS RODOVIÁRIOS do DNIT (Check list devidamente assinado e outros) e deverá ter como referência as diretrizes gerais (DNIT/IPR-739-2010).

Apresentação do Produto

3.40.8. Esse produto, materializado em forma de relatório denominado **“RAEP 01 - Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto”**, deverá ser apresentado após análise dos estudos e dos projetos a serem licitados pela SEAG.

3.40.9. O relatório deverá ser entregue em formato digital com a respectiva assinatura digital.

3.40.10. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com o estabelecido na Ordem de Serviço.

Medição e Pagamento

3.40.11. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“RAEP 01 - Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto”**, que será realizado no final da análise de cada projeto.

3.40.12. Apenas serão medidos produtos referentes à entrega da análise final dos Estudos. Não serão medidos serviços parciais.

3.40.13. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/RAEP 01 - Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto, e a medição será efetuada em unidade de Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto”.

3.40.14. Na composição de preço deste produto está incluso laboratório de solo, portanto, a empresa não poderá reivindicar no “Serviços Eventuais de Apoio às Atividades de Supervisão de Obras e Projetos” os seguintes estudos e ensaios rotineiros, uma vez que já estão remunerados no levantamento topográfico e laboratório:

- a) Ensaio de Compressão Simples de solos coesivos (NBR 12770) – por amostra;
- b) Ensaio de Densidade “in situ”;
- c) Ensaio de Equivalente de Areia - por amostra;
- d) Ensaio de Granulometria por Peneiramento;
- e) Ensaio de Granulometria por Peneiramento e Sedimentação – por amostra;
- f) Ensaio de Compactação Proctor Modificado – por amostra;
- g) Ensaio do Índice de Suporte Califórnia – por CP;
- h) Ensaio de Limites de Liquidez e Plasticidade – por amostra;
- i) Ensaio de Compactação Proctor Intermediário – por amostra;

3.41. RAEP 02 – Relatório de Análise de Anteprojeto

3.41.1. Essa atividade será desenvolvida por uma equipe lotada no escritório de apoio da contratada, a ser estabelecido na Grande Vitória – ES, por questões de logística e para facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante, independentemente da localização da sede da pessoa jurídica. A atividade será baseada na documentação dos **Anteprojeto existentes/doados ou em desenvolvimento**, envolvendo viagens a campo. Nos projetos em desenvolvimento, a contratada deverá auxiliar na supervisão da elaboração dos anteprojeto, e deverão ser verificados no mínimo os seguintes conteúdos:



- a) Anteprojeto geométrico (Análise dos perfis do terreno, curvas de nível, greide, inclinação de rampas, largura de pista, elementos de drenagem, seções transversais típicas, memoriais de notas de serviço e terraplanagem e pavimentação, interseções, etc.);
- b) Anteprojeto de terraplanagem (Análise do perfil geotécnico, seções transversais típicas, memoriais de cálculo estrutural e classificação dos materiais a escavar, cálculo dos volumes, diagrama de brukner, orientação de terraplanagem, cronograma físico, relação de equipamentos, layout do canteiro de obras, jazidas, fontes de materiais e acessos, especificação dos materiais e serviço, etc.);
- c) Anteprojeto de drenagem (Análise de desenhos-tipo e plantas dos diversos dispositivos de drenagem, das alternativas apresentadas, especificação dos materiais e serviço, análise de fundação, etc.);
- d) Anteprojeto de Pavimentação (Análise das seções transversais tipo das pistas de rolamentos, tangente e curva. Análise do esquema longitudinal das soluções de pavimento, da distribuição de materiais e espessuras das camadas. Análise de todos os serviços e distância de transporte. Análise do cálculo do dimensionamento do pavimento, do quadro resumo dos quantitativos e distâncias de transporte, do plano de execução, especificação dos materiais e serviço, etc.);
- e) Anteprojeto de Obras de Arte Especiais (Análise da geometria da estrutura, da fundação, da drenagem, dos aparelhos de apoio, da planta de sinalização, da justificativa, do dimensionamento da estrutura, especificação dos materiais e serviço, etc.);
- f) Anteprojeto de Sinalização e Segurança Viária (Análise da localização dos dispositivos de sinalização ao longo das vias, dos dispositivos, dos detalhes estruturais de montagem e fixação dos elementos, das notas de serviços, especificação dos materiais e serviço, etc.).

3.41.2. Para a execução do “RAEP 02”, a GVR emitirá Ordem de Serviço para elaboração do relatório de anteprojeto. A análise deverá ser em comum entendimento com Projetistas e SEAG, deverão ser obtidos dados suficientes para verificar a consonância do anteprojeto em elaboração com as condições atuais do trecho, assim como a compatibilidade das características técnicas mínimas apresentada pelo projetista e, ainda, a verificação das condições locais de obtenção e fornecimento de materiais para todas as etapas de serviços, devendo todo material ser atestado como adequado para o serviço ao qual se destina.

3.41.3. O relatório deverá apresentar parecer conclusivo e indicando as correções a serem realizadas pela Projetista.

3.41.4. A Contratada supervisora deverá analisar as correções indicadas em seus relatórios pela Projetista até que o projeto esteja em conformidade com o termo de referência.

3.41.5. A supervisora deverá apresentar seu relatório final em consonância com a versão mais atual do GUIA DE ANÁLISE DE PROJETOS RODOVIÁRIOS do DNIT (Check list devidamente assinado e outros) e deverá ter como referência as diretrizes gerais (DNIT/IPR-739-2010).

3.41.6. Os volumes deverão conter todas as informações necessárias para execução da obra, atendendo as recomendações do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas).

3.41.7. Na composição de preço deste produto não está incluso laboratório de solo. No entanto, se tratando de anteprojeto existente ou doado que necessidade de análise laboratorial, a empresa poderá solicitar no “Serviços Eventuais de Apoio às Atividades de Supervisão de Obras e Projetos”.



Apresentação do Produto

3.41.8. Esse produto, materializado em forma de relatório denominado “**RAEP 02 - Relatório de Análise de AnteProjeto**”, deverá ser apresentado após análise dos estudos e dos projetos a serem licitados pela SEAG.

3.41.9. Deverá ser apresentado em formato digital contendo todos os elementos que compõem o produto, conforme descritos no item 3.41.1, e com a respectiva assinatura digital.

3.41.10. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com estabelecido na Ordem de Serviço.

Medição e Pagamento

3.41.11. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado “**RAEP 02 - Relatório de Análise de AnteProjeto**”, que será realizado no final da análise de cada projeto.

3.41.12. Apenas serão medidos produtos referentes à entrega da análise final dos Estudos. Não serão medidos serviços parciais.

3.41.13. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/RAEP 02 - Relatório de Análise de Anteprojeto, e a medição será efetuada em unidade de Relatório de Análise de Anteprojeto.

3.42. RAEP 03 – Relatório de Análise ou Atualização de Estudos e Projetos

3.42.1. Essa atividade será desenvolvida por uma equipe lotada no escritório de apoio da contratada, a ser estabelecido na Grande Vitória – ES, por questões de logística e para facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante, independentemente da localização da sede da pessoa jurídica.

3.42.2. Deverão ser verificados no mínimo os seguintes conteúdos nessa atividade:

- a) Estudo de tráfego rodoviário, estudo topográfico, estudo hidrológico, estudo geológico, estudo geotécnico e estudos ambientais, conforme especificações do termo de referência da licitação do projeto.
- b) Projeto geométrico (Análise dos perfis do terreno, curvas de nível, greide, inclinação de rampas, largura de pista, elementos de drenagem, seções transversais típicas, memoriais de notas de serviço e terraplanagem e pavimentação, interseções, etc.);
- c) Projeto de terraplenagem (Análise do perfil geotécnico, seções transversais típicas, memoriais de cálculo estrutural e classificação dos materiais a escavar, cálculo dos volumes, diagrama de brukner, orientação de terraplanagem, cronograma físico, relação de equipamentos, layout do canteiro de obras, jazidas, fontes de materiais e acessos, especificação dos materiais e serviço, etc.);
- d) Projeto de drenagem (Análise de desenhos-tipo e plantas dos diversos dispositivos de drenagem, das alternativas apresentadas, especificação dos materiais e serviço, análise de fundação, etc.);
- e) Projeto de pavimentação (Análise das seções transversais tipo das pistas de rolamentos, tangente e curva. Análise do esquema longitudinal das soluções de pavimento, da distribuição de materiais e espessuras das camadas. Análise de todos os serviços e distância de transporte. Análise do cálculo do dimensionamento do pavimento, do quadro resumo dos quantitativos e distâncias de transporte, do plano de execução, especificação dos materiais e serviço, etc.);



- f) Projeto de Obras de Arte Especiais (Análise da geometria da estrutura, da fundação, da drenagem, dos aparelhos de apoio, da planta de sinalização, da justificativa, do dimensionamento da estrutura, especificação dos materiais e serviço, etc.);
- g) Projeto de Sinalização e Segurança Viária (Análise da localização dos dispositivos de sinalização ao longo das vias, dos dispositivos, dos detalhes estruturais de montagem e fixação dos elementos, das notas de serviços, especificação dos materiais e serviço, etc.).

3.42.3. O relatório “RAEP 03” é composto de dois volumes: relatório de análise de Estudos e relatório de análise de Projetos.

3.42.4. Para a execução do “RAEP 03”, a análise deverá ser em comum entendimento com Projetistas e a GVR, deverão ser obtidos dados suficientes para verificar a consonância do **projeto em elaboração ou concluído com as condições atuais do trecho**, assim como a compatibilidade das características técnicas mínimas apresentada pelo projetista e, ainda, a verificação das condições locais de obtenção e fornecimento de materiais para todas as etapas de serviços, devendo todo material ser atestado como adequado para o serviço ao qual se destina.

3.42.5. O relatório deverá apresentar parecer conclusivo e indicando as correções a serem realizadas pela Projetista.

3.42.6. A Contratada supervisora deverá analisar as correções indicadas em seus relatórios pela Projetista até que a mesma esteja em conformidade com o termo de referência do Projeto.

3.42.7. A supervisora deverá apresentar seu relatório final em consonância com a versão mais atual do GUIA DE ANÁLISE DE PROJETOS RODOVIÁRIOS do DNIT (Check list devidamente assinados e outros) e deverá ter como referência as diretrizes gerais (DNIT/IPR-739-2010).

3.42.8. Os volumes deverão conter todas informações necessárias para execução da obra, atendendo às recomendações do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas).

3.42.9. Esta atividade também será considerada para efeito de atualização e/ou revisão de projeto, naqueles itens passíveis de alteração em função do tempo decorrido entre a elaboração do projeto e a data provável para contratação e/ou licitação dos serviços, conforme planejamento da GVR.

3.42.10. A supervisora poderá montar um escopo dos serviços a serem utilizados e a respectivas quantidades no item “SEVT – Serviços Eventuais de apoio às atividades de supervisão de Obra” para a aprovação e autorização da fiscalização através da Ordem de Serviço dos trabalhos. Estes serviços deverão ser remunerados à parte.

3.42.11. No caso de atualização do projeto, resultará na produção do seguinte Volume:

- Volume 1 – Relatório do Projeto Atualizado, Orçamento e Informações para Licitação (A4) e Anexos.

3.42.12. Arquivos de dados em meio eletrônico contendo informações do projeto e revisão, orçamento, atual e modificado, tais como planilha de quantidades e preços, distancias de transportes, especificações dos insumos, composições e produção de serviços novos, dentre outros, deverão ser entregues em formato a ser definido pela (GVR).

Apresentação do Produto

3.42.13. Esse produto, materializado em forma de relatório denominado **“Relatório de Análise de Estudos e de Projeto – RAEP 03”**, deverá ser apresentado após análise dos Estudos e dos projetos a serem licitados pela SEAG.



3.42.14. O produto deverá ser entregue em formato digital com a respectiva assinatura digital, contendo todos os elementos que o compõem, conforme item 3.42.2.

3.42.15. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com estabelecido na Ordem de Serviço.

Medição e Pagamento

3.42.16. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório de Análise de Projeto – RAEP 03**”, que será realizado no final da análise de cada projeto.

3.42.17. Apenas serão medidos produtos referentes à entrega da análise final dos projetos (estudos e o projeto). Não serão medidos serviços parciais.

3.42.18. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório de Análise de Estudos e Projeto “RAEP 03”, e a medição será efetuada em unidade de Relatório de Análise de Estudos e Projeto “RAEP 03”.

3.43. Relatório de Diagnóstico do Pavimento (RDPA)

3.43.1. Este produto refere-se às inspeções técnicas para avaliação da qualidade dos serviços de pavimentação em trechos já existentes. Suas informações deverão subsidiar a GVR ou GCM quanto à intervenção a ser realizada na rodovia, inclusive instruindo o procedimento de acionamento da garantia quinquenal a ser cumprida pela empresa executora da obra.

3.43.2. O objetivo deste relatório será identificar a gravidade e a amplitude de defeitos, determinar quais ações devem ser tomadas para a manutenção de estruturas, estimar e prolongar a vida funcional do pavimento, evitar acentuadas deteriorações, antecipar eventuais problemas estruturais e dimensionar demandas para restaurações futuras.

3.43.3. Dessa forma, será necessária a realização de vistorias e levantamentos deflectométricos com FWD para elaboração de laudo técnico da supervisora mediante os seguintes Procedimentos Técnicos:

- a) DNER-PRO 273/96 - Determinação das deflexões utilizando o deflectômetro de impacto tipo “Falling Weight Deflectometer - FWD”;
- b) DNER-PRO 011/79 - Avaliação estrutural dos pavimentos flexíveis – Procedimento “B”.

3.43.4. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos com as seguintes orientações:

- i. Apresentação de todos os parâmetros funcionais, estruturais e de segurança obtidos em gráficos assim como seus resultados estatísticos, conforme modelos disponíveis pelo DNIT ou outro mediante aprovação da GVR ou GCM;
- ii. Cálculo e análises estatísticas dos parâmetros obtidos, tais como Dp e outros, deverão ser elaborados de acordo com as normas adotadas no projeto e/ou das recomendações da GVR ou GCM;
- iii. As deflexões serão apresentadas em gráfico onde a abcissa representa as estacas e a ordenada as deflexões. Para cada segmento inventariado serão calculados a deflexão de projeto – Dp e o Raio de curvatura – Rc, que serão representados nos gráficos dos modelos disponíveis pelo DNIT ou outro mediante aprovação da GVR ou GCM;



- iv. As áreas defeituosas serão apresentadas em perfil unifilar com indicação dos tipos de defeitos;
- v. Indicar a situação estrutural do pavimento, apontando as intervenções a serem adotadas sobre os reparos necessários no trecho, assim como a estimativa de custos;
- vi. Os levantamentos de irregularidades deverão obedecer, pelo menos, aos procedimentos da norma DNER PRO-159/85;

Apresentação do Produto

3.43.5. Esse produto, materializado em forma de relatório denominado **“Relatório de Diagnóstico do Pavimento - RDPA”**, deverá ser apresentado ao final de cada obra Rodoviária.

3.43.6. Deverá ser apresentado em dois volumes, no formato digital e com a respectiva assinatura digital:

- a) Volume de Texto, tamanho A4; e
- b) Volume de Plantas e Desenho, tamanho A3.

3.43.7. O prazo de apresentação deste produto deverá estar de acordo com a Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas, ou conforme estabelecido na Ordem de serviço.

Medição e Pagamento

3.43.8. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de Diagnóstico do Pavimento – RDPA”**, que será realizado no final de cada contrato.

3.43.9. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório de Diagnóstico do Pavimento – RDPA, e a medição será efetuada em unidade de Relatório de Diagnóstico do Pavimento – RDPA.

3.44. ITE-B – Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragens

3.44.1. Este serviço/produto consiste no acompanhamento permanente em cada obra em andamento.

3.44.2. O objetivo dessa inspeção de caráter permanente é manter um experiente Técnico de Nível Médio, diariamente na obra, de forma a se constituir num elemento avançado de informação e apoio à fiscalização.

3.44.3. Esse técnico emitirá à Fiscalização e à Supervisora diariamente, via correio eletrônico, uma ficha denominada RDO – Relatório Diário de Ocorrências constando as informações sintéticas, porém relevantes, dos fatos ocorridos no dia. Essa ficha será padronizada e constará todo o elenco das principais informações que deverão ser preenchidas e enviadas de acordo com as orientações da GHR.

3.44.4. O Técnico ficará alojado sempre próximo ao local da obra fiscalizada.

3.44.5. Além do técnico em tempo integral, esse serviço contará com a atuação de outros profissionais da supervisora que apoiarão a fiscalização da obra, quais sejam:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- a) Engenheiro sênior obra (5 dias previstos no orçamento) - profissional que avaliará as informações emitidas pelo técnico designado para a obra, realizando inspeções quando necessário e dando seu parecer técnico sobre os principais pontos do andamento da obra.
- b) Engenheiro sênior coordenador (1 dia previsto no orçamento) - profissional que validará o produto final a ser entregue.
- c) Laboratorista (2 dias previstos no orçamento) - profissional que fará as análises necessárias de forma a confrontar os dados do controle tecnológico da construtora.
- d) Auxiliar de laboratório (2 dias previstos no orçamento) - profissional que auxiliará o laboratorista na coleta de materiais/corpos de obras e outras atividades necessárias à avaliação do controle tecnológico da obra.

3.44.6. Dessa forma, no âmbito desse produto deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Verificação, por amostragem, da obediência às diretrizes gerais do projeto, por meio de dados emitidos pela construtora, ou seja, controle geométrico dos elementos relevantes, acionando, em caso de necessidade o levantamento topográfico previsto no produto correspondente para fins de contraprova ou levantamento mais detalhado;
- b) Acompanhamento da execução dos serviços, principalmente nos procedimentos de controles tecnológicos, em consonância com as diretrizes do projeto, planilha orçamentária e licenciamento da obra. A avaliação dos controles de qualidade do Construtor, apresentada a necessidade, deverá se estender também aos laboratórios e outras instalações utilizadas pelo mesmo, inclusive realizando análises independentes, com a utilização de laboratorista e auxiliar de laboratório previstos na composição do produto;
- c) Deverá ainda possibilitar a elaboração do Relatório Mensal conforme modelo a ser adotado pela GHR;
- d) Verificar o atendimento às condicionantes ambientais;
- e) Verificar a efetividade dos controles ambientais das obras, os requisitos definidos pela legislação ambiental e pelo projeto de engenharia;
- f) Verificar o cumprimento dos programas ambientais contidos no projeto e estudos ambientais;
- g) Verificar o cumprimento do projeto ambiental contido no projeto de engenharia da obra;
- h) Verificar o cumprimento e atendimento os cuidados com a segurança e higiene do trabalhador previstos na Lei e indicados no projeto;
- i) Verificar e validar os dados de serviços ambientais compostos nas planilhas de medição, responsável pelos requerimentos de supressão de vegetação necessárias as obras;
- j) Verificar a efetivação dos planos de compensação ambiental das obras, PRAD's das áreas de APP, empréstimos, bota foras e outros serviços ambientais especificados na licença da obra e nos normativos do órgão licenciador (IDAF).



Nota:

- i. Não serão consideradas inspeções técnicas nas obras em que os contratos estejam paralisados ou sem efetiva movimentação de serviços, salvo por solicitação formal da GHR. No caso de retomada de obras paralisadas, a supervisora deverá apontar, no seu primeiro relatório, as condições gerais da obra, assim como qualquer condicionante que impeça o andamento regular dos serviços.
- ii. Todas as inspeções deverão ser registradas nos Livros de Ocorrência Diários da Obra inspecionada, com o registro de todos os fatos relevantes verificados.
 - engenheiro sênior obra = 5 dias
 - engenheiro sênior coordenador = 1 dia
 - laboratorista = 2 dias
 - auxiliar de laboratório = 4 dias
 - técnico de campo = todos os dias

Apresentação do Produto

3.44.7. As inspeções realizadas em cada obra, corresponderão a 1 (um) produto, que se materializará no Relatório de Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragens ITE-B XX. Esse relatório deverá conter os elementos relativos às observações colhidas e entregues em registro em mídia digital editável.

3.44.8. Deverá ser apresentado para cada inspeção relatório contendo índice da divisão em capítulos ou títulos ou ainda em itens conforme o assunto abordado, indicando na capa a obra e o número sequencial do relatório.

3.44.9. Tendo em vista que o controle de qualidade é de responsabilidade do Construtor, a Supervisora recolherá cópia de todos os elementos de verificação destes controles de qualidade dos serviços e os apresentará em planilhas de verificação de efetividade dos mesmos, com o devido tratamento estatístico (quando for o caso) com representação gráfica.

3.44.10. Caso haja dúvida quanto à qualidade dos controles apresentados, a GHR poderá determinar à Supervisora a realização de novas verificações para validar ou não os resultados entregues pelo Construtor, inclusive com elaboração de contraprovas.

3.44.11. Deverá ainda constar os elementos necessários à elaboração do Relatório Mensal com o seguinte conteúdo:

- a) Localização da obra e sua natureza, número do edital, número do contrato, prazo contratual, licenças ambientais de competência da GHR ou da Construtora;
- b) Parecer técnico quanto à adequação do organograma geral do canteiro de obras, instalado no período, em função do avanço físico das frentes de serviço em execução;
- c) Informação técnica, clara e precisa, quanto ao cronograma físico, se as etapas executadas são compatíveis com aquelas previstas e se a obra ou serviço pode ser considerado “dentro do cronograma”, “acima do cronograma” ou “abaixo do cronograma”;
- d) No caso de avaliação física de obra ou serviço “abaixo do cronograma”, explicitar as razões que resultaram na baixa produção de serviços no período de referência;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- e) Controle mensal de quantidade de materiais, apresentando as taxas reais encontradas e os limites toleráveis prescritos nas especificações;
- f) Comprovação se há conformidade da quantidade de ensaios e verificações de responsabilidade da executante, em relação aos serviços produzidos no mês de referência;
- g) Comprovação se há conformidade dos resultados dos ensaios e verificações, de responsabilidade da executante com aqueles realizados pela GHR de forma aleatória;
- h) Registros de não conformidades e definição das correções necessárias, inclusive prazo limite de cumprimento destas obrigações;
- i) Apresentação dos recursos utilizados para verificação dos controles qualitativos, tais como: equipes, aparelhos, instrumentos e outros;
- j) Modelos de quadros-resumo de controle geométrico, verificação por amostragem de controle tecnológico, controle estatístico, controle de dias operáveis e inoperáveis e outros aplicáveis, com os parâmetros utilizados para formar juízo da GHR quanto às etapas ou serviços implantados;
- k) Análise técnica quanto à aceitação ou rejeição dos serviços executados, conforme prescrito nas especificações de serviços correspondentes, inclusive a indicação dos serviços rejeitados, os procedimentos definidos para sua correção ou refazimento e análise posterior comprovando sua aceitação;
- l) Registro se as ações desenvolvidas pela executante, quanto os procedimentos ambientais, higiene e segurança no trabalho, a juízo da fiscalização, e em conformidade com as normas técnicas vigentes, podem ser consideradas ações adequadas, inadequadas ou parcialmente adequadas;
- m) No caso das ações ambientais, de higiene e segurança no trabalho serem consideradas pela fiscalização “inadequadas”, deve ser suspensa a execução do serviço com defeito ou vício até o completo saneamento das irregularidades;
- n) No caso das ações ambientais, de higiene e segurança no trabalho serem consideradas como “parcialmente adequadas”, após consulta aos profissionais habilitados da GHR, deve ser definido prazo limite para sua completa conformidade;
- o) Registro das ações desenvolvidas pela executante previstas para a sinalização e segurança na fase de obras, em relação a proteção e informação à população do entorno;
- p) Cópia das anotações consideradas relevantes firmadas no Livro de Registro de Ocorrências.

Medição e Pagamento

3.44.12. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório **intitulado “Relatório de Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragens – ITE-B xx”**.

3.44.13. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.



3.45. ITOP-B – Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Barragens

3.45.1. Será realizada sempre que proposta pela gerenciadora e aprovada pela GHR ou solicitada por esta, para subsidiar a análise e soluções de eventuais problemas que possam ocorrer na obra, e que as análises constantes no (ITE-B) não sejam suficientes para atestar a qualidade da obra.

3.45.2. As inspeções deverão ser procedidas de forma a possibilitar a confecção da consolidação das informações para fins de medição da obra. Dessa forma, os dados a serem coletados nessas inspeções deverão ser suficientes à obtenção dos seguintes elementos:

- a) Áreas e volumes de todos os serviços executados;
- b) Taxas e densidades de todos os materiais empregados na obra;
- c) Distâncias de transporte dos materiais;
- d) Seções transversais primitivas e de projeto de eventual terraplenagem executada;
- e) Todos e quaisquer elementos requeridos para a consolidação dos elementos para medição da obra.

3.45.3. Dessa atividade deverão resultar informações adequadas ao atendimento às prescrições da Norma de Procedimento 003-SEAG.

Apresentação do Produto

3.45.4. As inspeções realizadas em cada obra, corresponderão a 1 (um) produto, que se materializará no Relatório de Inspeção Topográfica e Outros Procedimentos de Avaliação Quantitativa de Serviços Executados em Obras de Barragens – ITOP-B XX.

3.45.5. Esse relatório deverá conter os elementos relativos aos levantamentos topográficos e outras informações quantitativas, entregues em registro em mídia digital.

3.45.6. Todos os elementos medidos deverão ser identificados e georreferenciados, e sempre que cabível, serem acompanhados de registro fotográfico das condições antes e depois.

3.45.7. Deverá ser apresentado para cada inspeção, relatório contendo índice da divisão em capítulos ou títulos ou ainda em itens conforme o assunto abordado, indicando na capa a obra e o número sequencial do relatório.

3.45.8. Caso haja dúvida quanto a acurácia das medidas apresentadas, A GHR poderá determinar, no interesse dos serviços de supervisão, que a Supervisora realize novas verificações.

Medição e Pagamento

3.45.9. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório de Inspeção Topográfica e Outros Procedimentos de Avaliação Quantitativa de Serviços Executados em Obras de Barragens – ITOP-B XX**”, que será elaborado para cada inspeção.

3.45.10. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.



3.46. ITM-B – Inspeções técnicas para avaliações de desempenho, quantificação e consolidação de medição

3.46.1. A atuação da Supervisora neste produto envolve o processamento e a consolidação das informações obtidas nos Relatórios de Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragem (ITE-B) e nos Relatórios de Inspeções topográficas e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em obras de Barragens (ITOP-B), para a produção dos elementos necessários a compor o corpo de medição propriamente dito, de cada obra, no formato padronizado pela SEAG.

3.46.2. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos:

- a) Corpo de Medição conforme padronização da SEAG, contendo:
 - i. A quantificação e o orçamento dos serviços realizados no período, de acordo com a planilha orçamentária do contrato;
 - ii. Memória de cálculo de cada item medido na planilha;
 - iii. Controle tecnológico dos ensaios geotécnicos do mês (solos, concreto, etc.), de acordo com as especificações técnicas de serviços do DNIT-ES, ABNT e NBR;
 - iv. Seções transversais gabaritadas, formato em DWG dos volumes de corte e aterro (incluindo uma tabela resumo por estaqueamento) e folha de cubações, distribuição de terraplenagem;
 - v. Relatório fotográfico dos serviços (antes e depois) de cada item da planilha sendo medido;
 - vi. Histogramas de mão de obra e equipamentos atualizados;
 - vii. Relatório Diário de Obra do mês;
 - viii. Relatório Pluviometria do mês;
 - ix. Cronograma físico e financeiro atualizado;
- b) Informações para aplicação de Norma para Avaliação de Desempenho na Execução de Obras e Serviços de Engenharia da SEAG;
- c) Informações tabuladas para alimentação do GEO-OBRA;
- d) Coletânea de documentos que devem acompanhar a medição de serviço, segundo instrução da GHR.;

3.46.3. O formato e conteúdo mínimo do Relatório de Medição deverão ser ajustados com a GHR no início dos serviços.

3.46.4. Esse produto deverá ser desenvolvido mensalmente para cada contrato de obra.

3.46.5. Deverá ser produzida a coletânea de documentos digitalizados e demais elementos tratados na forma especificada na Norma de Procedimento 003-SEAG.



Apresentação do Produto

3.46.6. Esse produto materializado em forma de relatório denominado “Relatório de Inspeções técnicas para avaliações de desempenho, quantificação e consolidação de medição ITM-B XX” deverá ser apresentado para cada contrato.

3.46.7. Inicialmente prevê-se uma periodicidade mensal para a elaboração do produto. Entretanto, o mesmo poderá ser solicitado a qualquer momento pela GHR para fins de paralisação da obra ou outro procedimento administrativo que o demande.

3.46.8. Deverão ser entregues a GHR em mídia digital contendo todos os elementos que compõem o produto.

3.46.9. Deverá, também, ser observado o encaminhamento de documentos de medição digitalizados e demais formas especificadas na Norma de Procedimento 003-SEAG.

Medição e Pagamento

3.46.10. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório de Inspeções técnicas para avaliações de desempenho, quantificação e consolidação de medição ITM-B XX**”, que será realizado para cada contrato.

3.46.11. Esse relatório conterá todos os elementos e informações relativos ao corpo de medição das obras.

3.46.12. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.47. LESP-B – Laudo Técnico de Especialistas em Obras, Projetos e Serviços de Barragens

3.47.1. Esse serviço/produto refere-se a laudos técnicos realizados por especialistas em disciplinas específicas que envolvem obras, projetos e serviços de Barragens. Será solicitado pela GHR quando julgar necessário um parecer técnico especial, visando dirimir dúvidas técnicas ou solucionar problemas de obra cuja complexidade extrapole as expertises presentes no contrato da Supervisora.

3.47.2. Esses laudos deverão ser realizados com base em visita ao local da obra, análise em documentação técnica existente relacionada aos estudos e projetos realizados, e deverão apresentar pelo menos os seguintes elementos:

- a) Diagnóstico preliminar quanto à questão;
- b) Indicação e especificação das providências a serem tomadas, que poderão abranger:
 - i. Realização de estudos específicos;
 - ii. Indicação de intervenções construtivas imediatas;
 - iii. Concepção de alternativas com indicação e justificativa da mais vantajosa; e
 - iv. Orçamentos das soluções indicadas.

3.47.3. Definida a disciplina, ou caracterizado o problema a ser investigado, caberá a Supervisora apresentar formalmente a GHR (fiscalização), pelo menos duas opções de especialistas no assunto,



acompanhado de currículos e atestados comprobatórios da experiência dos indicados, cabendo então à GHR a opção de escolha do profissional.

3.47.4. Esse serviço/produto deverá ser desenvolvido mediante solicitação formal da GHR com especificação da disciplina ou caracterização do problema.

Apresentação do Produto

3.47.5. Esse produto materializado em forma de relatório denominado “**Relatório de Laudo Técnico de Especialista em Obras, Projetos e Serviços de Barragens – LESP-B XX**” deverá ser elaborado para cada caso solicitado.

3.47.6. Serão entregues à GHR em mídia digital contendo todos os elementos que compõem o produto, incluindo todo o parecer técnico com as conclusões e recomendações, através de textos, planilhas, croquis esquemáticos, documentação fotográfica georreferenciada, etc.

3.47.7. Deverá, também, ser observado o encaminhamento de documentos de medição digitalizados e demais formas especificadas na Norma de Procedimento 003-SEAG.

Medição e Pagamento

3.47.8. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório de Laudo Técnico de Especialista em Obras, Projetos e Serviços de Barragens – LESP-B XX**”, que será realizado para cada laudo técnico.

3.47.9. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.48. RPFO-B – Revisão de projeto em fase de obra para Barragens

3.48.1. Essa atividade consistirá, nesse caso, na revisão de projetos na fase de obra para adequações de pequena monta, e trata-se de promover pequenas adequações do projeto às condições de campo, ou a outras demandas suscitadas durante a obra.

3.48.2. A Revisão de Projeto somente será executada mediante determinação formal da GHR.

3.48.3. O prazo para entrega do produto será de 30 dias, contados a partir da data indicada na ordem de serviço.

3.48.4. Caberá a Supervisora, avaliar alternativas de solução, apresentar justificativa técnica, quantificá-las, especificá-las e orçá-las.

3.48.5. Os dados para a elaboração da revisão serão obtidos nos Relatórios de Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragem (ITE-B), nos Relatórios de Inspeções topográficas e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em obras de Barragens (ITOP-B) e no Projeto vigente.

3.48.6. No Relatório de Revisão de Projeto em Fase de Obras deverão constar todos os elementos requeridos para a análise e decisão da GHR. Nesse sentido, deverão ser apresentados no mínimo os seguintes elementos:

- a) Informações sobre o projeto original;



- b) Planilha de quantidades e preços, contendo as quantidades originais, e as quantidades modificadas de cada item que tenha sofrido alteração;
- c) Justificativa técnica das alterações introduzidas, com todas as peças de projetos pertinentes, notas de serviços, desenhos etc.;
- d) Quadro de verificação preliminar da vantajosidade resultante da alteração;
- e) Demais informações solicitadas pela GHR para fins de revisão de projeto.

3.48.7. O projeto existente deverá ser fielmente obedecido em suas premissas técnicas, e qualquer alteração conceitual ou mudança de soluções técnicas deverá ser submetida ao autor do projeto para conhecimento e manifestação.

Apresentação do Produto

3.48.8. Essa atividade culminará com a elaboração e entrega a GHR, do **Relatório de Revisão de Projeto na Fase de Obra para Barragens – RPFO-B** a ser emitido sempre que solicitado pela GHR, editado e entregue em mídia digital.

Medição e Pagamento

3.48.9. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório de Revisão de Projeto na Fase de Obra para Barragens – RPFO-B XX**”, que será realizado para cada Revisão de Projeto na Fase de Obra.

3.48.10. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.49. RCTA – Consolidação de Elementos para Celebração de Termos de Aditamento aos Contratos de Obras de Barragens

3.49.1. Essa atividade consistirá, na consolidação de dados e preparação dos elementos necessários a formalização de Termo Aditivo aos Contratos de Obras ou Serviços.

3.49.2. Com base na documentação gerada pelas inspeções, no Relatório de inspeções e no acompanhamento administrativo dos contratos das obras nos Relatórios de Revisão de Projeto na Fase de Obras para Barragens, e sempre que solicitado pela GHR, serão produzidas informações consolidadas necessárias e suficientes à confecção de Termos de Aditamento aos contratos de obras e serviços, por meio de Relatório abrangendo no mínimo:

- a) Parecer quanto às reais necessidades de aditamento de inclusão ou exclusão de itens da planilha da obra em resposta aos pleitos apresentados pela construtora;
- b) Justificativa técnica sobre cada item a ser aditado ou suprimido, inclusive manifestando-se sobre qual fato superveniente deu origem à necessidade de aditivo;
- c) Planilha de vantajosidade para administração, bem como memória de cálculo realizada com base nos normativos (leis, decretos, portarias e normas de procedimentos) que regulam tal questão no âmbito do Poder Executivo Estadual do Espírito Santo.
- d) Planilha dos itens do aditivo, com memória de cálculo e;



- e) Planilha geral final (itens do contrato inicial + itens do aditivo);
- f) Relatório fotográfico e/ou plantas e/ou pranchas de projeto e/ou demais evidências que comprovem a necessidade de celebração do aditivo;
- g) Minuta do aditivo contratual a ser celebrado, elaborada com base na minuta padrão atualizada retirada do site da PGE.

Apresentação do Produto

3.49.3. Essa atividade culminará com a elaboração e entrega a GHR, do **Relatório Consolidado de Elementos para Celebração de Termos de Aditamento ao Contrato - RCTA XX** a ser emitido sempre que solicitado pela GHR, em mídia digital.

3.49.4. Esse relatório deverá conter em seu corpo análises conclusivas que justifiquem a necessidade de elaboração dos Termos Aditivos aos contratos analisados, tanto nas prorrogações de prazo quanto aos de adequação de planilha.

Medição e Pagamento

3.49.5. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório Consolidado de Elementos para Celebração de Termos de Aditamento ao Contrato RCTA XX”**, que será realizado para cada Consolidação de Elementos para o Termo de Aditamento.

3.49.6. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.50. RFIN-B – Relatório Final do Projeto “As Built” para Obras de Barragens

3.50.1. Essa atividade consiste na Elaboração do Relatório Final consolidado da Obra, contendo o “AS BUILT” de todas as intervenções realizadas no trecho/obra objeto do Contrato, e as modificações e revisões substanciais do Projeto, se houverem.

3.50.2. Esse relatório será resultado da consolidação das informações obtidas nos Relatórios de Inspeções Técnicas de Engenharia e nos Relatórios de Inspeções Topográficas e Quantificação, e em todos os demais relatórios produzidos pela Supervisora, contendo, no mínimo:

- a) Relatório de As built, cujo conteúdo deve descrever todos os fatos relevantes e alterações de projeto ocorridos durante a execução da obra;
- b) Relatório Fotográfico dos serviços realizados durante a execução da obra;
- c) Relatórios e boletins de ensaios realizados durante a execução da obra;
- d) Diários de obra;
- e) Atas de reunião, Laudos técnicos, Anotações de Responsabilidade Técnica de todos os profissionais desde o projeto, construção, fiscalização e supervisão da obra.
- f) Relatório, Planilha e Anexos de Aditivos de Valor, caso existam;
- g) Planilha Final;
- h) Pranchas de projeto com as devidas alterações realizadas ao longo da obra.



Apresentação do Produto

3.50.3. Esse produto materializado em forma de relatório denominado “**Relatório Final do Projeto As Built para Obras de Barragens – RFIN-B**” deverá ser apresentado ao final de cada obra.

3.50.4. Deverão ser entregues a GHR, em mídia digital contendo todos os elementos que compõem o produto.

Medição e Pagamento

3.50.5. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório Final do Projeto As Built para Obras de Barragens – RFIN-B**” que será realizado no final de cada contrato.

3.50.6. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.51. RIEN-B – Relatório de Inspeção de Entrega de Obra de Barragem

3.51.1. Este produto refere-se às inspeções técnicas para validação da qualidade dos serviços das obras finalizadas. Suas informações deverão subsidiar a GHR quanto ao recebimento provisório e definitivo da obra.

3.51.2. O objetivo deste relatório é reportar o atendimento dos parâmetros mínimos de aceitabilidade da obra, bem como nos procedimentos determinados pelo projetista, gestores e fiscais durante a execução dos serviços.

3.51.3. As referidas inspeções deverão ser iniciadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após comunicação escrita pelo engenheiro fiscal da GHR, que informará a conclusão da obra por parte da construtora.

3.51.4. Dessa forma, será necessária a realização de vistorias, levantamentos, além da inspeção visual para recebimento e laudo técnico da supervisora.

3.51.5. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos com as seguintes orientações:

- a) Apresentação de todos os parâmetros funcionais, estruturais e de segurança obtidos em gráficos assim como seus resultados estatísticos;
- b) As áreas defeituosas serão apresentadas com indicação dos tipos de defeitos;
- c) Indicar a aprovação ou não do recebimento provisório do objeto do contrato, apontando as medidas a serem adotadas pela executora dos serviços sobre os reparos necessários na obra;
- d) Apresentação do Exame final dos serviços executado/reparados do objeto do contrato para seu recebimento definitivo, através do seu relatório de inspeção.

Apresentação do Produto

3.51.6. Esse produto materializado em forma de relatório denominado “**Relatório de Inspeção de Entrega de Obra de Barragem – RIEN-B**” deverá ser apresentado ao final de cada obra.

3.51.7. Deverão ser entregues a GHR em mídia digital contendo todos os elementos que compõem o produto, conforme descritos no item anterior.



Medição e Pagamento

3.51.8. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório de Inspeção de Entrega de Obra de Barragem – RIEN-B**” que será realizado no final de cada contrato.

3.51.9. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.52. **REV – Relatório de Elaboração de Estudos de Viabilidade - Etapa A**

3.52.1. Este produto refere-se aos trabalhos que constituem a etapa A do atual Termo de Referência para projetos de barragens e constitui os estudos preliminares que dão suporte à verificação da viabilidade de construção de barramento.

3.52.2. Nesses Estudos Preliminares são estudadas, sumariamente, alternativas de localização sendo observados os parâmetros de porte da barragem e do seu reservatório. São estimados, em primeira aproximação, os benefícios, os custos e os prazos de implantação das obras, bem como os impactos ambientais e os possíveis custos de mitigação desses impactos. O Estudo Preliminar / Viabilidade, fornecerá subsídios para a elaboração do Anteprojeto. Para isso, o relatório deve ser composto pelos seguintes subprodutos:

a) Estudos Preliminares (alternativas para a localização da barragem, dados cadastrais e interferências):

i. O licitante deverá realizar visita técnica aos locais definidos juntamente com os setores técnicos da SEAG, para o início dos estudos das alternativas da localização do corpo do barramento e seu reservatório, assim como, realizar os levantamentos e identificação de dados cadastrais, tais como: interferências (intercepção de vias de acesso, estradas, pontes e bueiros, cercas, postes, rede elétrica, tubulações), vegetação a ser suprimida (plantações e vegetações nativas), elementos construtivos (casas e benfeitorias), todo tipo de elemento que possa ser inundado/desapropriado e registro fotográfico da visita aos locais alternativos e dados cadastrais.

ii. O objetivo da inspeção é levantar dados de características de fundação, materiais de empréstimos, locais de bota-foras, acessos, vegetação, bacia hidráulica, alternativas de desvio do rio, jazidas (areia, argila e brita), usina de concreto, condições socioeconômicas-ambientais (jusante e montante) e levantamento de possíveis desapropriações.

iii. Após a visita, deve-se iniciar os estudos preliminares com a utilização de base cartográfica disponível do Geobases e/ou programas similares para definição das alternativas e delimitação prévia das bacias hidráulicas de acumulação. Deverão ser estudadas pelo menos 03 (três) alternativas contendo os estudos técnicos da posição do barramento, com indicação da posição mais adequada, levando em consideração todos os dados cadastrais levantados e realizar avaliação de custos das alternativas de forma sucinta e contemplando os principais itens e quantitativos de maior relevância para comparação entre valores / metro cúbico (R\$/m³) de água armazenada.

iv. Na fase de estudos preliminares, o cadastramento de interferências deve ser feito em função da obtenção de informações acerca de interferências de grande porte, como por exemplo: instalações de armazenamento gás, rede elétrica e adutoras. Os



levantamentos devem ser realizados através de consulta de mapas, plantas e fotos aéreas, complementada por visita à campo. Seu intuito principal deve ser o de fornecer subsídios para a escolha dentre as possíveis alternativas do local de execução do corpo do barramento.

v. Das alternativas examinadas deverá ser escolhida por meio de critérios qualitativos e quantitativos, a que melhor atenda aos objetivos da obra tendo em vista: custo estimativo, topografia local, condições geológicas e geotécnicas, rendimento hidrológico, aspectos sociais e ecológicos.

b) Estudos de Viabilidade (técnica, econômica e ambiental):

i. Esses estudos têm por objetivo a caracterização da viabilidade técnica, econômica e ambiental da implantação, bem como a operação da barragem e de seu reservatório. É a complementação dos estudos anteriores.

ii. Definida a melhor alternativa do eixo barrável, deverão ser analisadas para esse eixo as possíveis opções de concepção de barragem e estruturas extravasoras e apresentada aquela que se apresentar mais adequada de acordo com as características geotécnicas do local e da disponibilidade de material (areia, material terroso, disponibilidade de água e etc.).

iii. O estudo de viabilidade das alternativas consistirá no exame do modo como o custo, o rendimento hidrológico e os efeitos sociais e ecológicos serão afetados pela variação da altura e seção/tipo da barragem, cota da soleira, largura e tipo de vertedouro. Deverá também ser considerado os custos implicados na ampliação e redução dos espelhos d'água relativamente a possíveis áreas a serem desapropriadas ou doadas, bem como os custos de reassentamento das populações atingidas e outros aspectos socioambientais porventura existentes.

iv. Ao término de todo o estudo, identificação e levantamento, deverá ser elaborado um Relatório de Elaboração de Estudos de Viabilidade - Etapa A (REV), contemplando todas as informações estimadas as áreas alagadas, volumes armazenados, altura dos barramentos e o custo por metro cúbico (R\$/m³) de água armazenada, observando sempre os princípios de segurança. Também deverá ser feita descrição da região e dos locais das alternativas com apresentação de croquis das posições com as respectivas bacias hidráulicas e apresentação de fotos da visita técnica e tabelas com todos os dados cadastrais quantificados.

Apresentação do Produto

3.52.3. Esse produto materializado em forma de relatório denominado **“Relatório de Elaboração de Estudos de Viabilidade - Etapa A (REV)”** deverá ser apresentado após análise de projeto a ser licitado pela SEAG.

3.52.4. Deverão ser entregues a GHR, em mídia digital contendo todos os elementos que compõem o produto, conforme descritos no item anterior.

Medição e Pagamento

3.52.5. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de Elaboração de Estudos de Viabilidade - Etapa A (REV)”** que será realizado no final de cada contrato.



3.52.6. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.53. RAEP – Relatório de Análise de Estudos e Projetos

3.53.1. Essa atividade será desenvolvida com base na documentação dos projetos existentes, envolvendo viagens a campo e serviços de topografia. A equipe será lotada no escritório de apoio da contratada, a ser estabelecido na Grande Vitória – ES, por questões de logística e para facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante, independentemente da localização da sede da pessoa jurídica.

3.53.2. Deverão ser verificados os elementos de projeto, de comum entendimento com Projetistas e GHR/SIR/SEAG-ES, e deverão ser obtidos dados suficientes para verificar a consonância do projeto existente com as condições atuais locais, assim como a compatibilidade das características técnicas mínimas com o orçamento apresentado no projeto e ainda a verificação das condições locais de obtenção e fornecimento de materiais para todas as etapas de serviços. O relatório deverá ser elaborado de maneira objetiva e conclusiva acerca dos projetos analisados.

3.53.3. Toda a análise deverá ser em comum entendimento com Projetistas e SEAG, deverão ser obtidos dados suficientes para verificar a consonância do projeto existente com a localização da obra, volume de vazão e demais características pertinentes, assim como a compatibilidade das características técnicas mínimas com o orçamento apresentado pelo projetista e, ainda, a verificação das condições locais de obtenção e fornecimento de materiais para todas as etapas de serviços, devendo todo material ser atestado como adequado para o serviço ao qual se destina.

3.53.4. O Relatório deverá ser elaborado de maneira objetiva e conclusiva acerca dos projetos analisados, contendo sempre:

- a) Análise e sugestões de correção, com base na melhor técnica de engenharia, de cada documento ou prancha entrega pelo projetista, sempre referenciando os problemas encontrados.
- b) Análise quanto à adequação técnica dos projetos apresentados às normas de engenharia e ambientais aplicáveis às barragens do programa.
- c) Análise quanto à compatibilidade dos projetos apresentados a cada exigência contida no Termo de Referência para a contratação do referido projeto
- d) Análise quanto à compatibilidade dos projetos apresentados em relação ao orçamento elaborado pelo projetista, tanto no que diz respeito aos serviços e quantitativos apresentados, quanto ao preço obtido nas tabelas referenciais oficiais a serem utilizadas e/ou composições próprias.

3.53.5. Para tais análises constam na planilha orçamentária da supervisão 3 (três) produtos que deverão ser acionados de acordo com a necessidade de análise de cada etapa de projeto de barragem:

- a) Relatório de Análise da Etapa B - Estudos para Anteprojetos (RAEP-B)
- b) Relatório de Análise da Etapa C - Anteprojeto (RAEP - C)
- c) Relatório de Análise da Etapa D - Projeto Final (RAEP - D)

3.53.6. Ressalta-se que as verificações posteriores do mesmo projeto (reanálise) não serão objeto de nova medição, ficando a contratada responsável pelas análises subsequentes.



Apresentação do Produto

3.53.7. Esse produto materializado em forma de relatório denominado “**Relatório de Análise de Projeto - RAEP - X**” deverá ser apresentado após análise de projeto a ser licitado pela SEAG.

3.53.8. Deverão ser entregues a GHR, em mídia digital contendo todos os elementos que compõem o produto, conforme descritos no item anterior.

Medição e Pagamento

3.53.9. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado “**Relatório de Análise de Projeto - RAEP**” que será realizado no final de cada contrato.

3.53.10. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.54. RAO – Relatório de Acompanhamento de Obras de Infraestrutura Rural

3.54.1. A atuação da Supervisora neste produto envolve a inspeção técnica em obras de infraestrutura rural e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados, para a produção dos elementos necessários a compor o corpo de medição propriamente dito, de cada obra, no formato padronizado pela SEAG.

3.54.2. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos:

- a) Corpo de Medição conforme padronização da SEAG, contendo:
 - i. A quantificação e o orçamento dos serviços realizados no período, de acordo com a planilha orçamentária do contrato;
 - ii. Memória de cálculo de cada item medido na planilha;
 - iii. Relatório fotográfico dos serviços (antes e depois) de cada item da planilha sendo medido;
 - iv. Histogramas de mão de obra e equipamentos atualizados;
 - v. Relatório Diário de Obra do mês;
 - vi. Relatório Pluviometria do mês;
 - vii. Cronograma físico e financeiro atualizado.
- b) Informações para aplicação de Norma para Avaliação de Desempenho na Execução de Obras e Serviços de Engenharia da SEAG;
- c) Informações tabuladas para alimentação do GEO-OBRA;
- d) Coletânea de documentos que devem acompanhar a medição de serviço, segundo instrução da GHR.

3.54.3. O formato e conteúdo mínimo do Relatório de Medição deverão ser ajustados com a GHR no início dos serviços.



3.54.4. Esse produto deverá ser desenvolvido mensalmente para cada contrato de obra.

3.54.5. Deverá ser produzida a coletânea de documentos digitalizados e demais elementos tratados na forma especificada na Norma de Procedimento 003-SEAG.

Apresentação do Produto

3.54.6. Esse produto materializado em forma de relatório denominado **“Relatório de Acompanhamento de Obras de Infraestrutura Rural - RAO XX”** deverá ser apresentado para cada contrato.

3.54.7. Inicialmente prevê-se uma periodicidade mensal para a elaboração do produto. Entretanto, o mesmo poderá ser solicitado a qualquer momento pela GHR para fins de paralisação da obra ou outro procedimento administrativo que o demande.

3.54.8. Deverão ser entregues a GHR em mídia digital contendo todos os elementos que compõem o produto.

3.54.9. Deverá, também, ser observado o encaminhamento de documentos de medição digitalizados e demais formas especificadas na Norma de Procedimento 003-SEAG.

Medição e Pagamento

3.54.10. Os serviços relativos a essa especificação, serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GHR, do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Relatório de Acompanhamento de Obras de Infraestrutura Rural - RAO XX”**, que será realizado para cada contrato.

3.54.11. Esse relatório conterá todos os elementos e informações relativos ao corpo de medição das obras.

3.54.12. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto, sendo o mesmo proposto em R\$/Relatório, e a medição será efetuada em unidade de Relatório.

3.55. Serviços Eventuais de Apoio às Atividades de Supervisão de Obras

3.55.1. Esses serviços destinam-se a eventuais necessidades em casos de revisão de projetos em fase de obras, ou outra demanda devidamente autorizada pela GVR, GCM ou GHR, e determinada através de ordem de serviço específica.

- a) Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos - Procedimento PRO 06/2003 (inventário/levant. de flechas em trilha de rodas), inclusive análise estatística e mobilização.
- b) Ensaio - Esclerometria até 4 pontos com 16 perc;
- c) Deslocamento de equipe e equipamento de sondagem rotativa e SPT fora da Grande Vitória (Km);
- d) Sondagem à Percussão SPT - Instalação de Tubo de Revestimento
- e) Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT inclusive deslocamento local do equipamento até 500m



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- f) Sondagem rotativa em alteração de rocha, inclusive deslocamento local do equipamento até 500m;
- g) Sondagem rotativa em rocha sã ou fraturada inclusive deslocamento local do equipamento até 500m;
- h) Sondagem rotativa em solo, inclusive deslocamento local do equipamento até 500m;
- i) Instalação de cone "CPTU" e ensaio de dissipação de pressões neutras (até 2 horas), inclusive relatório;
- j) Ensaio de Penetração de cone CPTU;
- k) Perfuração para execução de ensaio de Palheta (Vane Test);
- l) Ensaio de Palheta (Vane test), até 4 determinações por furo, inclusive instalação por furo e relatório Ensaio de Penetração de cone CPTU;
- m) Coleta de amostra indeformada Shelby;
- n) Ensaio compressão triaxial NBR 12770 - não adensado, não drenado;
- o) Levantamento deflectométrico FWD, leitura em duas faixas de tráfego, espaçamento de 120 m por faixa (60m alternados), inclusive relatório;
- p) Determinação de deflexões no pavimento com aplicação de Viga Benkelman;
- q) Determinação da compressão simples DNER-IE 004/94 (NBR 12770);
- r) Análise granulométrica por peneiramento DNER-ME 080/94, inclusive análise estatística e mobilização;
- s) Conjunto de ensaios para caracterização de misturas p/ base: granulometria, LL, LP, Equiv. de areia, CBR e compact. PM, incl. análise estatística e mobilização;
- t) Determinação da compressão simples DNER-IE 004/94 (NBR 12770);
- u) Ensaio de Densidade "In Situ";
- v) Ensaios de resistência à compressão de concreto.

3.56. EVT 01 – Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Pavimento

3.56.1. Serão desenvolvidos todos os estudos necessários, objetivando a coleta de informações e dados que nortearão as decisões e definições importantes para escolha da solução de pavimentação, considerando os aspectos ambientais, geológicos, geotécnicos, urbanísticos, sociais, econômicos, de trafegabilidade e de segurança viária. Esses estudos deverão ser entregues em forma de Relatório contendo a solução de pavimentação mais adequada.

3.56.2. Ficará a cargo da Contratada definir a equipe técnica responsável pela elaboração do produto, devendo se atentar para que os serviços que exijam dedicação rotineira, como o acompanhamento e supervisão de obras e conservação, não tenha sua qualidade prejudicada pela eventual alocação de profissionais.

3.56.3. O prazo para entrega do produto completo será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data indicada na ordem de serviço.

- a) O referido prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa técnica apresentada pela Contratada e aceita pela Contratante.



3.56.4. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos:

A – Estudos de Tráfego

- a) Em face de sua importância na análise de viabilidade da rodovia, este estudo deve proporcionar a obtenção dos volumes e a classificação dos tráfegos ocorridos, atuais e futuros, com a máxima precisão possível, concluindo todas as pesquisas de campo necessárias.
- b) Os estudos de tráfego e segurança de trânsito deverão ser elaborados de acordo com as IS 201, IS 230, e IS 232 do DNIT, e instruções e orientações existentes no DER-ES.
- c) Deverão ser efetuadas correções de sazonalidade nas contagens realizadas com base nos dados disponíveis preexistentes. Os critérios e taxas para as projeções de tráfego serão fornecidos pela SEAG.

B – Estudos Geométricos

- a) O Estudo Geométrico deve atender às diretrizes básicas das normas e parâmetros do DNIT através das IS 207, IS 208, IS 213 e IS 241.
- b) A geometria da rodovia deverá apresentar segurança aos usuários da via, bem como melhorias no traçado e greide, tendo como base o estudo de tráfego. Assim deverá ser feita a análise dos locais com provável necessidade de correções geométricas na rodovia, uma vez que o Programa Caminhos do Campo tem como conceito básico o máximo aproveitamento do traçado da rodovia existente.

C – Estudos Topográficos

- a) Os Estudos Topográficos deverão ser elaborados de acordo com as orientações contidas nas IS 204 e IS 205 do DNIT, considerando-se a utilização de equipamentos topográficos digitais, exclusivamente estação total, associados aos softwares de microinformática.

D – Estudos Hidrológicos

- a) Os Estudos Hidrológicos serão desenvolvidos visando-se coletar e processar os dados pluviométricos e fluviométricos de maneira que seja possível a determinação das vazões das principais bacias que interferem com a área de estudo e o dimensionamento dos dispositivos de drenagem.
- b) Os estudos hidrológicos deverão ser elaborados em conformidade com a IS-203 do DNIT.

E – Estudos Geológicos

- a) Por suas características abrangentes, os Estudos Geológicos deverão ser efetuados em uma só etapa, tendo como objetivo principal a realização do mapeamento geológico das áreas e regiões de estudo do empreendimento proposto, bem como coletar e compilar os dados geotécnicos existentes das formações atingidas.
- b) Na elaboração dos Estudos Geológicos deverão ser seguidas as instruções contidas na IS-202, do DNIT.

F – Estudos Geotécnicos

- a) Seu objetivo principal é definir, com auxílio do Estudo Geológico e através de sondagens e ensaios, a perfeita caracterização e qualificação dos materiais a serem movimentados, definindo os que serão utilizados na estrutura do pavimento.



- b) Os Estudos Geotécnicos constarão basicamente dos seguintes serviços:
- Estudos de subleito: Conjunto de ensaios para caracterização de subleito: granulometria, LL, LP, CBR e compactação PI, inclusive análise estatística. Mínimo de um conjunto de ensaios a cada 100 metros de rodovia.
 - Estudos de ocorrências de materiais para terraplenagem: Conjunto de ensaios para caracterização de empréstimo para corpo de aterro: granulometria, LL, LP, CBR e compactação PI, inclusive análise. Mínimo de 10 conjuntos de ensaios.
- c) De uma maneira geral, na elaboração dos Estudos Geotécnicos deverão ser seguidas as instruções contidas na IS 206 do DNIT.
- d) Caso seja identificada a presença de rocha em sobreposição ao leito da via, situação que pode levar à necessidade de remoção do material natural, ou caso seja identificada a presença de solo mole, que pode requerer a sua futura substituição, a equipe técnica responsável deve destacar essas situações indicando os locais de ocorrência dessas significativas interferências.

G – Estudos Ambientais

- a) Os Estudos Ambientais devem caracterizar a situação ambiental da área de influência do empreendimento nos aspectos físicos, bióticos e antrópicos, objetivando um conhecimento da região antes da implantação do empreendimento, servindo de referência para avaliação dos impactos ambientais advindos das obras, da operação da rodovia e dos passivos ambientais.
- b) No Diagnóstico Ambiental serão levantados e analisados os seguintes itens minimamente:
- descrição geral do(s) município(s) por onde passa a via;
 - descrição dos aspectos físicos, bióticos e antrópicos no raio de 2 quilômetros de cada ponto da via;
 - caracterização da população beneficiada com a futura pavimentação (número de habitantes beneficiados, principais usos da via, frequência de uso, etc.);
 - bacia hidrográfica que tem interferência com a via;
 - mapeamento das áreas legalmente protegidas (Reservas Biológicas e Indígenas, Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento, Áreas de Preservação Permanente, etc.);
 - mapeamento da(s) poligonal(is) onde o projeto da via conflita com vegetação existente;
 - identificação de cursos d'água que margeiam a via ou que a atravessam;
 - identificação, a nível preliminar, dos possíveis impactos ambientais advindos das obras a serem realizadas na rodovia.
- c) Durante a elaboração dos estudos ambientais, serão desenvolvidas também as seguintes atividades:
- acompanhamento da elaboração dos estudos da engenharia rodoviária, verificando sua adequação ambiental e apresentando, se necessário, soluções destinadas a eliminar ou minimizar os impactos potenciais;



- elaboração de pareceres que subsidiem as decisões da equipe de projeto em relação às áreas indicadas como fontes de materiais de construção, bem como proposições de recuperação ambiental destas áreas;
 - verificação junto aos órgãos competentes da existência de fatores restritivos ao uso do solo (áreas urbanas e Unidades de Conservação);
 - verificação junto aos órgãos competentes sobre licenciamento ambiental das áreas de empréstimos;
 - proposição de medidas para evitar ou mitigar problemas ambientais identificados através dos estudos.
- d) Estes estudos serão desenvolvidos segundo as determinações da IS-246 – Componente Ambiental de Projetos de Engenharia Rodoviária – 3.2 Fase Preliminar.
- e) Os Estudos Ambientais deverão ser elaborados por profissional capacitado e competente para tal, e entregues acompanhados da ART e da carteira profissional do(s) responsável(is).

H – Solução de Pavimento

- a) Elaborar o traçado com as IS-207 e IS-208, em planta e perfil, do trecho, das travessias urbanas e interseções, definindo as seções tipo e verificando sua compatibilidade com o tráfego;
- b) Definir o geométrico horizontal, vertical e transversal;
- c) Planificar o movimento de materiais de terraplenagem, quantificando-os e determinando suas respectivas distâncias de transporte;
- d) Elaborar o dimensionamento e quantificação das obras de arte correntes e quantificação das drenagens superficial, subsuperficial, profunda e urbana;
- e) Propor, no mínimo, duas soluções estruturais de pavimento para a rodovia, comparando seus aspectos econômicos e técnicos. Deverá ser indicada a solução mais adequada para o desenvolvimento posterior dos projetos;
- f) Quantificar todos os serviços integrantes para execução da obra e elaborar o orçamento e a composição dos custos unitários.

I – Apresentação do Relatório EVT 01

- a) O Relatório contendo o Estudo de Viabilidade Técnica deverá apresentar os resultados de todos os estudos desenvolvidos, metodologias adotadas, as possíveis soluções alternativas indicadas, as conclusões, recomendações e justificativas.
- b) Deverá também conter fotos de particularidades encontradas no trecho, bem como dos marcos topográficos mencionados.
- c) Este relatório será apresentado de acordo às instruções contidas na EB-104 do DNIT e entregue em 01 (uma) via em meio digital (*pen drive*).
- d) O relatório deverá conter:
- Cópia da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica da empresa responsável pela elaboração do estudo devidamente assinada.



- Identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do estudo, com os nomes completos e respectivos números do CREA;
- Cópias das ART dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do estudo, devidamente assinada;
- Termo de cessão de direitos autorais e autorizações, firmados pelos autores dos estudos.

J – Formato de entrega do relatório

- a) Os documentos deverão ser apresentados em formato A4 com exceção das pranchas que deverão ser apresentadas em formato A3.
- b) Todos os Estudos e Desenhos deverão conter Assinatura Digital.
- c) Todos os desenhos deverão ser elaborados utilizando-se *software* tipo “CAD”.
- d) O produto deverá ser fornecido via E-Docs, em formato PDF, DOC e DWG e planilhas em formato PDF e XLS.
- e) Durante a execução do produto, a SEAG poderá exigir a elaboração, pela Contratada, de Relatórios de Andamento. Estes Relatórios de Andamento terão caráter informativo e referencial para acompanhamento pela GVR e seu conteúdo deverá abranger cada fase da elaboração do relatório final, indicando o estágio de desenvolvimento em que o relatório se encontra na data da solicitação. Conterá informações e fotografias ilustrativas dos trabalhos realizados ou em realização.
- f) Quando solicitado o Relatório de Andamento, será acordado com a GVR o prazo para a entrega.

Medição e Pagamento

3.56.5. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Pavimento – EVT 01”**, que será realizado no final da elaboração do produto.

3.56.6. Apenas serão medidos produtos referentes à entrega final e conjunta dos estudos. Não serão medidos serviços parciais.

3.56.7. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto (R\$/km), e a medição será efetuada em quilômetros de extensão viária.

3.57. EVT 02 – Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Barragem

3.57.1. Serão desenvolvidos todos os estudos necessários, objetivando a coleta de informações e dados que nortearão as decisões e definições importantes para uma futura elaboração de projeto, considerando os aspectos ambientais, urbanísticos, sociais. Esses estudos deverão ser entregues em forma de Relatório contendo o tipo de barragem mais adequado.

3.57.2. Ficará a cargo da Contratada definir a equipe técnica responsável pela elaboração do produto, devendo se atentar para que os serviços que exijam dedicação rotineira, como o acompanhamento e supervisão de obras e conservação, não tenha sua qualidade prejudicada pela eventual alocação de profissionais.

3.57.3. O prazo para entrega do produto completo será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data indicada na ordem de serviço.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- a) O referido prazo poderá ser prorrogado por mais 30 dias, mediante justificativa técnica apresentada pela Contratada e aceita pela Contratante.

3.57.4. Deverão ser realizadas, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) Visita técnica e reconhecimento de campo, com levantamento de condicionantes físicos, interferências, uso e ocupação do solo e registro fotográfico;
- b) Estudos técnicos básicos, em nível compatível com viabilidade:
- Geológico-geotécnicos (caracterização preliminar do subsolo e materiais disponíveis);
 - Hidrológicos e climatológicos (estimativas de vazões, cheias e capacidade de regularização);
 - Topográficos (levantamentos necessários à definição geométrica preliminar).
- c) Identificação de áreas potencialmente afetadas, incluindo interferências, desapropriações e aspectos socioambientais relevantes;
- d) Levantamento preliminar de fontes de materiais de construção e condições de acesso.

3.57.5. Deverão ser analisadas, no mínimo, 3 (três) alternativas de implantação, considerando:

- Diferentes localizações do eixo barrável;
- Variações de altura e capacidade de armazenamento;
- Tipologias construtivas da barragem e estruturas associadas.

3.57.6. As alternativas elencadas no item anterior deverão ser comparadas com base em critérios técnicos, econômicos, ambientais e operacionais.

3.57.7. Para a alternativa selecionada, deverá ser apresentada concepção, incluindo:

- Arranjo geral das estruturas (barramento, vertedouro, tomada d'água, etc.);
- Dimensões preliminares e parâmetros de projeto;
- Estimativa de quantitativos e custos;
- Avaliação preliminar de desempenho hidráulico e geotécnico.

3.57.8. Deverão ser realizadas análises de sensibilidade e otimização, incluindo:

- Variação de altura da barragem versus custo e volume armazenado;
- Impactos de desapropriações e formação do reservatório;
- Avaliação de riscos e condicionantes técnicos relevantes.

3.57.9. A alternativa recomendada deverá ser justificada por meio de análise comparativa estruturada (matriz multicritério), considerando, no mínimo:

- Custo de implantação;
- Viabilidade construtiva;
- Condições geotécnicas e topográficas;
- Desempenho hidrológico;
- Impactos socioambientais;
- Operação e manutenção.

3.57.10. O Estudo de Viabilidade deverá ser apresentado sob a forma de Relatório Técnico, contendo:

- Metodologia adotada;



- Descrição e análise das alternativas;
- Concepção da solução recomendada;
- Estimativas de custos, prazos e benefícios;
- Avaliação de impactos e condicionantes;
- Conclusões e recomendações.

3.57.11. O relatório deverá conter peças gráficas (plantas, perfis, croquis), registros fotográficos e quadros-síntese que permitam a adequada compreensão e comparação das alternativas.

Medição e Pagamento

3.57.12. A medição será realizada por produto final entregue e aprovado, correspondente ao Relatório de Estudo de Viabilidade Técnica (EVT 02), não sendo admitidas medições parciais.

3.58. EVT 03 – Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Obra de Arte Especial

3.58.1. Serão desenvolvidos levantamento topográfico, o estudo hidrológico e o estudo geotécnico do local onde será executada a OAE.

3.58.2. Ficará a cargo da Contratada definir a equipe técnica responsável pela elaboração do produto, devendo se atentar para que os serviços que exijam dedicação rotineira, como o acompanhamento e supervisão de obras e conservação, não tenha sua qualidade prejudicada pela eventual alocação de profissionais.

3.58.3. Caso necessário, a Contratante poderá emitir ordem para execução de serviços de apoio previstos no contrato, a exemplo da sondagem, visando complementar os levantamentos/estudos existentes com investigações específicas para o local de implantação da OAE.

3.58.4. Deverão ser observadas as seguintes normas técnicas:

- a) ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
- b) ABNT NBR 7187 – Projeto de pontes, viadutos e passarelas de concreto;
- c) ABNT NBR 7188 – Carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas.

3.58.5. O prazo para entrega do produto completo será de 60 dias, contados a partir da data indicada na ordem de serviço.

- a) O referido prazo poderá ser prorrogado por mais 30 dias, mediante justificativa técnica apresentada pela Contratada e aceita pela Contratante.

3.58.6. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos:

- a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;
- c) prazo de entrega;
- d) estética arquitetônica, traçado geométrico e/ou representação da área de influência, quando cabível;



- e) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;
- f) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;
- h) levantamento topográfico e cadastral;
- i) pareceres de sondagem;
- j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção.

3.58.7. A solução proposta deverá contemplar toda a estrutura da Obra de Arte Especial, inclusive fundação, cabeceiras, lajes de transição, dispositivos de segurança, sinalização e quaisquer outros dispositivos necessários, salvo o que já tiver sido adequadamente especificado em estudo/projeto de pavimentação do trecho.

A – Apresentação do Relatório EVT 03

- a) O Relatório contendo o Estudo de Viabilidade Técnica deverá apresentar os resultados de todos os estudos desenvolvidos, metodologias adotadas, as possíveis soluções alternativas indicadas, as conclusões, recomendações e justificativas..
- b) Deverá também conter fotos de particularidades encontradas no trecho, bem como dos marcos topográficos mencionados.
- c) Este relatório será apresentado de acordo às instruções contidas na EB-104 do DNIT e entregue em 01 (uma) via em meio digital (*pen drive*).
- d) O relatório deverá conter:
 - Cópia da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica da empresa responsável pela elaboração do estudo devidamente assinada;
 - Identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do estudo, com os nomes completos e respectivos números do CREA;
 - Cópias das ARTs dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do estudo, devidamente assinada;
 - Termo de cessão de direitos autorais e autorizações, firmados pelos autores dos estudos.

B – Formato de entrega dos estudos

- a) Os documentos deverão ser apresentados em formato A4, com exceção das pranchas que deverão ser apresentadas em formato A3.
- b) Todos os Estudos e Desenhos deverão conter Assinatura Digital.
- c) Todos os desenhos deverão ser elaborados utilizando-se software tipo “CAD”.
- d) O produto deverá ser fornecido via E-Docs, em formato PDF, DOC e DWG e planilhas em formato PDF e XLS.



- e) Durante a execução do produto, a SEAG poderá exigir a elaboração, pela Contratada, de Relatórios de Andamento. Estes Relatórios de Andamento terão caráter informativo e referencial para acompanhamento pela GVR e seu conteúdo deverá abranger cada fase da elaboração do estudo indicando o estágio de desenvolvimento em que se encontra na data da solicitação. Conterá informações e fotografias ilustrativas dos trabalhos realizados ou em realização.
- f) Quando solicitado o Relatório de Andamento, será acordado com a GVR o prazo para a entrega.

Medição e Pagamento

3.58.8. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Obra de Arte Especial – EVT 03”**, que será realizado no final da elaboração do produto.

3.58.9. Apenas serão medidos produtos referentes à entrega final e conjunta dos estudos. Não serão medidos serviços parciais.

3.58.10. **O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto (R\$/m²), e a medição será efetuada em metros quadrados de área da OAE, conforme quantitativo acordado entre as partes do Contrato.**

3.59. EVT 04 – Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Contenção

3.59.1. Serão desenvolvidos levantamentos e estudos no local do ponto crítico, que sejam pertinentes para a posterior elaboração do projeto da contenção, considerando os aspectos ambientais, urbanísticos, sociais, de trafegabilidade e de segurança viária.

3.59.2. Ficará a cargo da Contratada definir a equipe técnica responsável pela elaboração do produto, devendo se atentar para que os serviços que exijam dedicação rotineira, como o acompanhamento e supervisão de obras e conservação, não tenha sua qualidade prejudicada pela eventual alocação de profissionais.

3.59.3. O prazo para entrega do produto completo será de 60 dias, contados a partir da data indicada na ordem de serviço.

- a) O referido prazo poderá ser prorrogado por mais 30 dias, mediante justificativa técnica apresentada pela Contratada e aceita pela Contratante.

3.59.4. Deverão ser produzidos no mínimo os seguintes elementos:

- a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;
- c) prazo de entrega;
- d) estética arquitetônica, traçado geométrico e/ou representação da área de influência, quando cabível;
- e) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;



- f) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;
- h) levantamento topográfico e cadastral;
- i) pareceres de sondagem;
- j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção.

3.59.5. Caso necessário, a Contratante poderá emitir ordem para execução de serviços de apoio previstos no contrato, a exemplo da sondagem, visando complementar os levantamentos/estudos existentes com investigações específicas para o local de implantação da contenção.

3.59.6. A solução proposta deverá contemplar toda a estrutura da contenção, salvo o que já tiver sido adequadamente especificado em estudo/projeto de pavimentação do trecho.

A – Apresentação do Relatório EVT 04

- a) O estudo será apresentado em forma de relatório contendo todos os elementos levantados bem como planilhas de trabalho e conclusões da Contratada quanto aos critérios a serem adotados.
- b) O Relatório contendo o Estudo de Viabilidade Técnica deverá apresentar os resultados de todos os estudos desenvolvidos, metodologias adotadas, as possíveis soluções alternativas indicadas, as conclusões, recomendações e justificativas.
- c) Este relatório será apresentado de acordo às instruções contidas na EB-104 do DNIT e entregue em 01 (uma) via em meio digital (*pen drive*).
- d) O relatório deverá conter:
 - Cópia da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica da empresa responsável pela elaboração do estudo devidamente assinada;
 - Identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do estudo, com os nomes completos e respectivos números do CREA;
 - Cópias das ARTs dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do estudo, devidamente assinada.
 - Termo de cessão de direitos autorais e autorizações, firmados pelos autores dos estudos.

B – Formato de entrega do relatório

- a) Os documentos deverão ser apresentados em formato A4, com exceção das pranchas que deverão ser apresentadas em formato A3.
- b) Todos os Estudos e Desenhos deverão conter Assinatura Digital.
- c) Todos os desenhos deverão ser elaborados utilizando-se *software* tipo “CAD”.
- d) O produto deverá ser fornecido via E-Docs, em formato PDF, DOC e DWG e planilhas em formato PDF e XLS.
- e) Durante a execução do produto, a SEAG poderá exigir a elaboração, pela Contratada, de Relatórios de Andamento. Estes Relatórios de Andamento terão caráter informativo e referencial para acompanhamento pela GVR e seu conteúdo deverá abranger cada fase da elaboração do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

estudo indicando o estágio de desenvolvimento em que se encontra na data da solicitação. Conterá informações e fotografias ilustrativas dos trabalhos realizados ou em realização.

- f) Quando solicitado o Relatório de Andamento, será acordado com a GVR o prazo para a entrega.

Medição e Pagamento

3.59.7. Os serviços relativos a essa especificação serão medidos e pagos mediante a entrega e aprovação por parte da GVR do produto consubstanciado no relatório intitulado **“Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Contenção - EVT 04”**, que será realizado no final da elaboração do produto.

3.59.8. Apenas serão medidos produtos referentes à entrega final dos estudos. Não serão medidos serviços parciais.

3.59.9. O pagamento será efetuado mediante a aplicação do custo unitário proposto para o produto (R\$/Ud.), e a medição será efetuada em unidades de estudo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Consórcio

4.1. Será admitida a participação de consórcio, conforme art. 15 da Lei 14.133/2021, com o intuito de possibilitar a entrada de empresas que isoladamente não teriam condições de disputar o certame, seja por questões financeiras ou técnicas ou, ainda, por não deterem todo o *know-how* necessário às diversas atividades envolvidas na contratação.

4.1.1. O número máximo de integrantes de cada consórcio será de 3 (três) empresas.

4.1.2. Justifica-se a limitação do número máximo de participantes do consórcio devido ao risco de que a associação entre as empresas disponíveis no mercado restrinja ou exclua a competitividade do certame, uma vez que as empresas deixariam de concorrer entre si. Além disso, a limitação do número máximo de empresas consorciadas visa a evitar a pulverização de responsabilidades na execução do contrato, bem como a excessiva complexidade da gestão contratual em termos de comunicação, avaliação de desempenho e trâmites administrativos.

4.2. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

4.3. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

4.4. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação de forma isolada ou através de outro consórcio.

4.5. Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.

4.6. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão da licitação.

4.7. Na fase de execução contratual, a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de habilitação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

4.8. As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:

4.8.1. A designação do consórcio, a indicação da finalidade de participação nesta licitação e de execução do contrato dela decorrente como seu objeto, e o endereço em que está estabelecido.

4.8.2. A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

4.8.3. A indicação da empresa líder como representante do consórcio.

4.8.4. Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação.

4.8.5. O prazo do consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

4.9. Cada uma das empresas consorciadas deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no Edital.

4.10. A comprovação da habilitação técnica consistente nas capacidades técnico-operacional e técnico-profissional exigidas poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

4.10.1. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de habilitação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio, na forma do art. 15, III, da Lei 14.133/2021.

4.10.2. O registro ou inscrição no Conselho profissional deverá ser apresentado por todas as consorciadas.

4.10.3. As declarações exigidas no Edital deverão ser apresentadas por todas as consorciadas.

4.11. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de habilitação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

4.11.1. Para o consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma do art. 15, III, parte final, da Lei 14.133/2021.

4.11.2. O acréscimo previsto neste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 15, § 2º, da Lei 14.133/2021.

4.11.3. Justifica-se o percentual de acréscimo definido no item 4.11.1 devido à obrigatoriedade de se aplicar um valor entre 10% e 30% (art. 15, § 1º, da Lei 14.133/2021) e por esta Administração optar pelo menor percentual a fim de evitar maior restrição à participação dos interessados no certame.

4.12. O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes, observando o compromisso assumido, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

4.13. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no contrato de consórcio ou outra expressamente acordada pelas empresas.



4.14. Se exigida garantia de proposta ou garantia de contrato, será permitido que sejam apresentadas integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou por cada uma das empresas consorciadas, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

Subcontratação

4.15. Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, conforme termo de referência anexo deste instrumento, desde que previamente autorizado pela SEAG-ES.

4.15.1. Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características similares.

4.15.2. Será permitida a subcontratação para as atividades de laboratório e de campo.

4.15.3. Será permitida a subcontratação para as atividades até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do orçamento, conforme termo de referência anexo deste instrumento, desde que previamente autorizada pela SEAG.

4.16. A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

4.17. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

4.17.1. A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.

4.18. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.19. Não serão realizados pagamentos diretamente à subcontratadas.

4.20. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia de Execução

4.21. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

4.21.1. CAUÇÃO EM DINHEIRO ou TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ou TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO, conforme incisos I e IV do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

4.21.2. FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO (MODELO DO EDITAL): carta de fiança fornecida por



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

- a) Cópia autenticada do estatuto social do banco;
- b) Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- c) Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- d) Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

4.21.3. SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEAG, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

- a) A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/numercado/regapolices/pesquisa.asp>.
- b) O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.
- c) Na modalidade seguro-garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a faculdade de assumir a execução e concluir o objeto do contrato, observando o seguinte:
 - i. caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;
 - ii. caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

4.22. A SEAG restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

4.23. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEAG, nos termos da legislação vigente.

4.24. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando à administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

4.25. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

4.25.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

4.25.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

4.25.3. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.



4.26. Quando se tratar de consórcio, será permitido que seja apresentada a garantia integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou, ainda, por cada uma das empresas consorciadas com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

Seguros adicionais

4.27. Não serão exigidos seguros adicionais.

Sustentabilidade e meio-ambiente

4.28. Não serão definidos requisitos de sustentabilidade e meio-ambiente, por se tratar o objeto de serviço predominantemente intelectual.

Convocação para assinatura do contrato

4.29. Após a homologação da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

4.30. A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante adjudicatário durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

4.31. Antes da assinatura do contrato, o adjudicatário deverá comprovar a titularidade de Laboratório ou Contrato de Prestação de Serviço com Laboratório, podendo, a critério da SEAG, ser realizada diligência para sua comprovação.

4.31.1. Os instrumentos e equipamentos devem possuir certificado de calibração válido emitido por empresa credenciada ou acreditada por órgão oficial de metrologia.

4.31.2. O laboratório deverá dispor de todos os recursos necessários para a realização dos ensaios de solo, concreto e asfalto necessários para a plena execução do contrato.

4.32. Antes da assinatura do contrato, o adjudicatário deverá comprovar que detém em seu quadro permanente na condição de empregado ou de prestador de serviços, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso, os seguintes profissionais:

a) Engenheiro Civil.

4.33. Caso o adjudicatário opte pela modalidade de Seguro Garantia, este deverá apresentar a apólice antes da assinatura do Contrato, como requisito para assinatura deste, em atendimento ao Artigo 96, §3º da Lei Federal 14.133/2021 e à Norma de Procedimento – SCL N°025 da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos.

4.34. Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no presente documento, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Vigência contratual

5.1. O prazo de vigência contratual é de 42 (quarenta e dois) meses e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

5.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, quando não decorrer de culpa do contratado, ressalvado as providências cabíveis no caso de culpa do mesmo.

5.1.2. A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

5.1.3. Ao final do prazo de vigência, não se configura hipótese de prorrogação automática a remanescência em planilha de produtos passíveis de contratação por demanda, uma vez que a elaboração desses produtos pela Contratada depende de necessidades identificadas pela SEAG.

5.1.4. Além da possibilidade de prorrogação automática, poderão ser formalizados aditivos contratuais visando à prorrogação do prazo de vigência.

5.2. A Ordem de Início será emitida até 30 (trinta) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação, por igual período, registrada nos autos.

Condições de execução

5.3. O prazo para execução total do objeto será de 36 (trinta e seis) meses e terá início na data indicada na Ordem de Início emitida pela Contratante.

5.4. As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade em sítio eletrônico oficial.

5.5. A Contratada se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da GVR, GCM ou GHR para paralisar ou reiniciar os serviços, conforme cláusula contratual.

5.6. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender às exigências editalícias e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação.

5.6.1. Com base no cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução em comum acordo com a SIR/SEAG, obedecendo ao prazo total de execução definido neste Termo de Referência.

5.7. A Contratante poderá solicitar à Contratada atualização do cronograma físico-financeiro do serviço, em formato digital e impresso, quando houver necessidade de sua adequação em razão da ocorrência, dentre outras, das seguintes hipóteses:

5.7.1. Atraso na execução da(s) parcela(s) inicialmente estabelecida(s) pela Contratada que não ensejar a rescisão do contrato;

5.7.2. Necessidade de adequação do cronograma de desembolso;

5.7.3. Solicitação de prorrogação do prazo de execução.

5.8. O novo cronograma físico-financeiro será submetido à apreciação da fiscalização da GVR, GCM ou GHR e, quando aprovado pela autoridade competente, será parte integrante do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. Não serão exigidas garantia, manutenção ou assistência técnica para os serviços contratados, levando em conta a incompatibilidade desses mecanismos com o caráter predominantemente intelectual do objeto e a possibilidade de se corrigir eventuais vícios por meio do método de fiscalização adotado.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções, podendo ainda ser designado apoio a esta fiscalização, conforme art. 117 da Lei n.º 14.133/2021.

6.6. O instrumento de medição de resultados utilizado na fiscalização do contrato será o Formulário de Avaliação de Desempenho (FAD), instituído pela Norma de Procedimento SEAG nº 009 – Avaliação de desempenho na execução de obras, projetos, consultorias, supervisões, gerenciamentos e serviços de engenharia, disponível em <<https://seag.es.gov.br/normas-de-procedimento>>.

6.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Normativos e manuais

6.14. Será exigido o cumprimento integral do estabelecido nos manuais, normas, instruções de serviço e demais documentos aplicáveis aos serviços objetos do presente Termo de Referência.

6.15. Apresenta-se na sequência os normativos e manuais a serem seguidos pela Contratada, nas versões atuais e naquelas que vierem a substituí-las durante a vigência contratual.

6.15.1. Manuais:

- Manual de Pavimentação - IPR 719 - DNIT/2006;
- Manual de Conservação Rodoviária - IPR 710 - DNIT/2005;
- Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos - IPR 720 - DNIT/2006;
- Manual de Inspeção de Pontes Rodoviárias - IPR 709 - DNIT/2004;
- Manual de Projeto de Obras-de-Arte Especiais - DNER/1996;
- Manual de Construção de Obras-de-Arte Especiais - DNER/1995;
- Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias – IPR 730 – DNIT/2006;
- Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controle Ambiental – IPR 711 – DNIT/2005;
- Manual de Recuperação de Pavimentos Rígidos de 2010 – Publicação IPR – 737;
- Manual de Sinalização de Obras e Emergências (Publicação IPR-738 - DNIT, 2010), nos casos em que os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do CONTRAN forem omissos.

6.15.2. Normas:

- Norma DNIT 007/2003 - PRO - Levantamento para avaliação da condição de superfície de subtrecho homogêneo de rodovias de pavimentos flexíveis e semi-rígidos para gerência de pavimentos e estudos e projetos - Procedimento;
- Norma DNIT 010/2004-PRO - Inspeções em pontes e viadutos de concreto armado e protendido - Procedimento;
- Norma DNIT 011/2004-PRO - Gestão de Qualidade em Obras Rodoviárias - Procedimentos;
- Norma DNIT 013/2004-PRO - Requisitos para a qualidade em obras rodoviárias - Procedimento;
- Norma DNIT 014/2004-PRO - Requisitos para a qualidade em supervisão de obras rodoviárias - Procedimento;
- Norma DNIT 070/2006-PRO-Condicionantes Ambientais das Áreas de Uso de Obras – Procedimento;
- NBR 13.133/1994 – Levantamentos Topográficos – Procedimento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- NBR 7.187/2003 – Projeto de pontes de concreto armado e de concreto protendido – Procedimento;
- NBR 8.681/2003 - Ações e segurança nas estruturas - Procedimento;
- NBR 14.931/2004 - Execução de estruturas de concreto – Procedimento;
- NBR 7.480/2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – Especificação;
- NBR 7.211/2009 - Agregados para concreto – Especificação;
- NBR 6.970/2012 – Segurança no tráfego — Defensas metálicas zincadas por imersão a quente;
- NBR 6.971/2012 – Segurança no tráfego – Defensas metálicas – Implantação;
- NBR 7.188/2013 - Carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas;
- NBR 6.118/2014 – Projeto de estruturas de concreto - Procedimento;
- NBR 8.953/2015 - Concreto para fins estruturais - Classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência;
- NBR 12.655/2015 - Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento;
- NBR 15.486/2016 – Segurança no tráfego – Dispositivos de contenção viária – Diretrizes de projeto e ensaios de impacto;
- NBR 9.062/2017 – Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;
- NBR 15.577/2018 – Agregados – Reatividade álcali-agregado;
- NBR 6.122/2019 - Projeto e execução de fundações - Procedimento;
- NBR 9.452/2019 - Inspeção de pontes, viadutos e passarelas de concreto - Procedimento;
- NBR 11.768/2019 - Aditivos químicos para concreto de cimento Portland – Requisitos;
- NBR 7.482/2020 - Fios de aço para estruturas de concreto protendido – Especificação;
- NBR 7.484/2020 - Barras, cordoalhas e fios de aço destinados a armaduras de protensão – Método de ensaio de relaxação isotérmica;
- NBR 9.050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 15.692/2020 – Segurança no tráfego – Cilindro canalizador de tráfego;
- NBR 7.483/2021 - Cordoalhas de aço para estruturas de concreto protendido – Especificação;
- Norma ASTM E 867-82 - Índice de Irregularidade Longitudinal;
- Elementos de aço: caso sejam utilizados, pode-se considerar as normas estrangeiras para pontes metálicas, reconhecidas internacionalmente, como:
 - Norma AASHTO - Standard Specifications for Highway Bridges - 17ª Edition 2002.



- Normas Alemã, Inglesa e Canadense.

- NORMAN – 11/DPC/MARINHA DO BRASIL – Normas da Autoridade Marítima para obras, dragagens, pesquisas e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras.

6.15.3. Publicação IPR 726 – Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários:

- IS-201 – Estudos de Tráfego em Rodovias;
- IS-202 – Estudos Geológicos;
- IS-203 – Estudos Hidrológicos;
- IS-204 – Estudos Topográficos para Projetos Básicos de Engenharia para Construção de Rodovias Rurais;
- IS-206 – Estudos Geotécnicos;
- IS-207 – Estudos de Traçado;
- IS-208 – Projeto Geométrico;
- IS-209 – Projeto de Terraplenagem;
- IS-210 – Projeto de Drenagem;
- IS-211 – Projeto de Pavimentos Flexíveis;
- IS-213 – Projeto de Interseções, Retornos e Acessos;
- IS-214 – Projeto de Obras de Arte Especiais;
- IS-215 – Projeto de Sinalização;
- IS-216 – Projeto de Paisagismo;
- IS-217 – Projeto de Dispositivo de Proteção (Defensas e Barreiras);
- IS-218 – Projeto de Cercas;
- IS-219 – Projeto de Desapropriação;
- IS-220 – Orçamento da Obra;
- IS-225 – Projeto de Pavimentos Rígidos.

6.15.4. Demais documentos:

- Lei Federal nº 12.651/2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 140/2011 - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência



comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

- Lei Federal nº 11428/2008 – Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências;
- Lei nº 9.503/1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Decreto Federal nº 6.660/2008 – Regulamento dos dispositivos da Lei nº 11.428/2008;
- Resolução CONTRAN nº 600/2016 - Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas, disciplinada pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via pública;
- Resolução Conama nº 428/2010 – Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o art. 36, § 3º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências;
- Resolução Conama nº 369/2006 – Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos serviços executados mensalmente se processará na forma de Empreitada por Preço Unitário, sendo medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no Orçamento e os respectivos preços unitários propostos pela empresa vencedora da licitação, dentro dos limites previstos no Cronograma Físico-Financeiro, conforme disposto nos respectivos produtos e mediante apresentação e aceite pela fiscalização dos respectivos relatórios.

7.2. Os pagamentos à contratada se darão em conformidade com os preços unitários ofertados para cada produto e com seu respectivo critério de pagamento. Fica expressamente estabelecido que nos preços unitários estejam inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

7.3. A SEAG pagará à contratada pelos serviços executados os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.

7.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.4.1. não produziu os resultados acordados;
- 7.4.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.4.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

7.5. A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Mensal de Andamento das Atividades, com a indicação da parcela do cronograma físico-financeiro adimplida e, por conseguinte, a solicitação de medição desta parcela.

7.5.1. O CONTRATANTE, por meio de sua fiscalização, deverá confirmar as informações constantes do Relatório Mensal de Andamento das Atividades para proceder com a medição.

7.5.2. O fechamento da medição somente ocorrerá quando da comprovação, pela fiscalização, do cumprimento da parcela do cronograma físico-financeiro, na forma apresentada no Relatório Mensal de Andamento das Atividades.

7.6. A CONTRATADA deverá apresentar a fatura somente após o fechamento da medição por parte da fiscalização da SEAG.

7.7. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do segundo faturamento e assim sucessivamente até o último, apresentar comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao faturamento do mês imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado, ficando a liberação do pagamento vinculada à apresentação dos citados documentos, devidamente autenticados.

7.7.1. A documentação acima referida deverá vir acompanhada de relatório especificado e de declaração da CONTRATADA, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais no período.

7.8. Nas guias de recolhimento dos tributos deve constar o número da nota fiscal correspondente. Em se tratando de ISS, deverá constar na guia de recolhimento:

- a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- b) Número, data e valor total das notas fiscais de serviços as quais se vincularem;
- c) Número do contrato.

7.9. A SEAG exigirá, para liberação da fatura, a partir do segundo mês de execução dos serviços e assim sucessivamente, cópias autenticadas das Guias de Recolhimento do INSS e FGTS relativas ao mês imediatamente anterior, ficando a liberação do processo de pagamento, condicionado à efetiva comprovação da quitação.

7.10. As Guias de Recolhimento do INSS e FGTS deverão demonstrar o recolhimento individualizado, especificamente para o presente contrato, acompanhadas da relação dos empregados envolvidos na execução dos serviços no mês de referência.

7.11. Quanto ao INSS, na GPS deverão constar do campo outras informações, os seguintes dados:

- a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- b) Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços as quais se vincularem;
- c) Número do contrato;
- d) Número efetivo de empregados.

7.12. A SEAG poderá solicitar, a qualquer tempo, folhas de pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado.

7.13. Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ao término do contrato, deverá a CONTRATADA apresentar a Certidão Negativa emitida pelos órgãos e entidades competentes, a fim de comprovar a quitação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos à execução do objeto contratual bem como declaração, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os referidos encargos.

7.14. A CONTRATADA deverá apresentar a documentação prevista nessa cláusula das suas subcontratadas, para efeito de comprovação da regularidade trabalhista e fiscal.

Do recebimento

7.15. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(s) fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.16. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.17. Ao final de cada período mensal:

7.17.1. A equipe de fiscalização do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.17.2. A equipe de fiscalização do contrato deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.18. Será considerada como ocorrida a execução do produto quando realizado o ateste da nota fiscal pela fiscalização.

7.19. O Contratado fica obrigado a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar os serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências.

7.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.21. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Das condições de pagamento e da superveniente irregularidade fiscal ou trabalhista

7.22. A SEAG pagará à CONTRATADA pela etapa efetivamente executada no mês de referência, em conformidade com o cronograma de execução físico financeiro, após a medição pelo gestor e fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

7.23. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pela SEAG.

7.24. Serão acrescidos desse prazo para pagamento constante do item anterior, os dias em que a CONTRATADA concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEAG.

7.25. Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar multa financeira, nos seguintes termos:



$$VM = VF * \frac{12}{100} * \frac{ND}{360}$$

Em que:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.26. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEAG, APÓS ACEITE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO.

7.27. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.27.1. o prazo de validade;

7.27.2. a data da emissão;

7.27.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.27.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.27.5. o valor a pagar; e

7.27.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.28. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.29. O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

7.30. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

7.31. Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

7.32. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

7.33. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

7.34. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.



7.35. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

7.36. A falta de comprovação de regularidade quanto às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, seja no momento da apresentação da fatura mensal ou em qualquer oportunidade na qual a comprovação seja demandada, obriga a CONTRATANTE a adotar as seguintes medidas, imediata e cronologicamente:

7.36.1. Executar a garantia contratual, os valores das multas e as eventuais indenizações devidas à Administração, bem como reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos que lhe forem causados, especialmente, aqueles decorrentes de responsabilização subsidiária por inadimplemento de obrigações trabalhistas, observando-se, para tanto, os critérios da compensação;

7.36.2. Efetuar o pagamento de eventual saldo remanescente em favor da CONTRATADA ou adotar as diligências necessárias à cobrança judicial de saldo remanescente em favor da Administração, conforme o caso.

7.37. A CONTRATADA declara sua anuência com a possibilidade de retenção de créditos advindos deste contrato até que seja comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.38. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.39. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.40. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.41. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.42. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.43. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no contrato de consórcio ou outra expressamente acordada pelas empresas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor dos serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, modo de disputa FECHADO, com adoção do critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, na proporção de 70% de valoração da proposta técnica e 30% de valoração da proposta de preço.

8.1.1. As justificativas para adoção desses critérios estão pormenorizadas a seguir:

- a) Trata-se o objeto de **serviço especial de engenharia** (Lei 14.133/2021, Art. 6, XXI, b), pois sua heterogeneidade e sua complexidade afastam o enquadramento como serviço comum de engenharia. Afinal, o papel de supervisão e apoio na fiscalização de diversas obras públicas por todo o estado, bem como a elaboração de documentos solicitados por demanda, a exemplo da emissão de laudos técnicos específicos ou da atualização de projetos



defasados, não podem ser consideradas ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade.

b) Conforme Decreto Estadual 5352-R/2023, art. 59, serviços especiais de engenharia devem ser licitados pela modalidade de **concorrência**, utilizando-se qualquer um dos critérios de julgamento previstos nos incisos I, II, III, IV e VI do art. 33 da Lei 14.133/2021.

c) O objeto do contrato se enquadra como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e, por ter valor estimado acima de R\$ 392.952,63 e ser realizado em trabalhos relativos às alíneas *a*, *d* e *h* do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, os critérios de julgamento admitidos pela mesma lei no art. 37, § 2º, seriam os seguintes: I) melhor técnica; ou II) técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica. A escolha entre os dois critérios de julgamento decorre do art. 36, § 1º, I, que manifesta a preferência pela técnica e preço no caso de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Dessa forma, o critério de julgamento não poderia ser outro senão **técnica e preço**, respeitando a proporção de **70% de valoração da proposta técnica**.

d) Nos termos do art. 66 do Decreto Estadual 5352-R/2023, o modo de disputa da licitação será **fechado**, devendo as propostas permanecerem em sigilo até a data e hora designadas para a divulgação, dada a proibição da aplicação do modo de disputa aberto para o critério de julgamento de técnica e preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento dos serviços será parcelado, medido mês a mês, sob o regime de empreitada por preço unitário.

8.2.1. A referida forma de fornecimento e o regime de execução se devem à conveniente compatibilização com a periodicidade das medições dos contratos objetos da supervisão.

Critérios de aceitabilidade de quantitativos e preços

8.3. A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para a contratação.

8.4. A licitante não poderá oferecer preço unitário maior do que o estimado para o item no Termo de Referência.

Critérios e notas relativos à proposta técnica

8.5. A Lei 14.133, em seu art. 37, preceitua que o julgamento por técnica e preço deve ser realizado por:

I. Verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II. Atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III. Atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8.5.1. A nota da proposta técnica será o resultado do somatório das notas parciais relativas à capacitação e experiência do licitante, além da demonstração de conhecimento do objeto, à



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

metodologia e programa de trabalho e à qualificação das equipes técnicas, conforme art. 37, incisos I e II, da referida lei.

- a) Justifica-se a aplicação do critério do art. 37, I, com o peso fixado na Tabela 5, devido à objetividade proporcionada pela atribuição de notas aos quantitativos comprovados em atestados. Por esse critério, a avaliação tende a classificar melhor os licitantes mais bem capacitados e experientes, o que pressupõe maior eficiência e qualidade nos serviços a serem prestados à Administração.
- b) Já a aplicação do critério do art. 37, II, se justifica pela preferência da Administração por empresas ou consórcios que tenham estudado previamente e acumulado conhecimento sobre as especificidades dos programas de governo desenvolvidos pela Contratante e que serão objeto de consultoria e supervisão por parte da Contratada. Esse conhecimento, associado à composição de uma equipe técnica qualificada, permite que a Contratada coloque sua metodologia em prática mais rapidamente e entregue um melhor desempenho logo no início do contrato. Esses aspectos são desejados sob o princípio da continuidade do serviço público, uma vez que as ações dos programas de governo não devem ser interrompidas, ser desaceleradas ou perder qualidade durante a transição entre os antigos contratos de consultoria/supervisão e o novo contrato que Administração necessita firmar.
- c) Considerando que os produtos a serem entregues pela Contratada já estão detalhados neste Termo de Referência, não se mostra compatível a avaliação da relação dos produtos que serão entregues. Sendo assim, este critério do art. 37, II, não será adotado no processo licitatório.

8.5.2. Não serão atribuídas notas conforme o inciso III do art. 37 porque ainda não há regulamentação do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, uma condição estabelecida no art. 88, § 4º, que torna a obrigatoriedade da avaliação do desempenho pretérito em contratos públicos uma norma de eficácia limitada, no entendimento deste setor requisitante e da Segunda Câmara do TCU (Acórdão nº 7695/2024).

8.6. Em observância à Lei 14.133, art. 37, § 1º, a banca que avaliará os quesitos de natureza qualitativa aos quais se refere o item 8.5, II, terá no mínimo 3 (três) membros e será composta de servidores efetivos da SEAG detentores de conhecimento suficiente para a avaliação.

8.6.1. A banca deverá fundamentar adequadamente as avaliações das propostas técnicas deixando-as consignadas em relatório circunstanciado nos autos do processo, não se limitando a meramente expressar as notas ou os conceitos.

8.7. A proposta técnica das proponentes será avaliada e pontuada de acordo com os critérios objetivos constantes neste Termo de Referência, sendo a Nota da Proposta Técnica de cada proponente obtida por meio da seguinte equação:

$$NPT = NC + NO + NM + NQ$$

Em que:

NPT = Nota da Proposta Técnica

NC = Nota da capacitação e experiência

NO = Nota do conhecimento do objeto

NM = Nota da metodologia e programa de trabalho

NQ = Nota da qualificação das equipes técnicas

8.8. As pontuações máximas da Nota da Proposta Técnica (NPT) e das notas parciais que a compõem (NC, NO, NM e NQ) estão definidas na tabela a seguir.



ITEM	PONTUAÇÃO MÁXIMA
<i>NC – Nota da capacitação e experiência</i>	40,00
<i>NO – Nota do conhecimento do objeto</i>	20,00
<i>NM – Nota da metodologia e programa de trabalho</i>	20,00
<i>NQ – Nota da qualificação das equipes técnicas</i>	20,00
<i>NPT – Nota da Proposta Técnica</i>	100,00

Tabela 5: Itens que compõem a Nota da Proposta Técnica

8.9. NC – NOTA DA CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA

8.9.1. A experiência da licitante deverá ser comprovada por meio de apresentação de Atestados de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

a) Será permitida a soma de atestados e/ou certidões para o fim de atingir maiores pontuações na avaliação.

8.9.2. A empresa deverá apresentar, antes dos documentos, um quadro resumo das atividades executadas anteriormente, de modo a organizar as informações.

8.9.3. Os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes do contratante, que possuam habilitação no correspondente conselho profissional.

8.9.4. No caso de comprovação por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso no referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante.

8.9.5. Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou CAT os seguintes dados: nome do CONTRATANTE e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos serviços definidos neste Termo de Referência, e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

8.9.6. Juntamente com os atestados e certidões, a empresa interessada deverá apresentar, de forma sintetizada no formato de tabela, a relação dos serviços executados pelo proponente e compatíveis com o objeto da licitação.

8.9.7. Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada.

8.9.8. A licitante receberá pontuação conforme quantitativo apresentado na tabela a seguir.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	10,00 PONTOS PARA A QUANTIDADE MÍNIMA DE	20,00 PONTOS PARA A QUANTIDADE MÍNIMA DE	30,00 PONTOS PARA A QUANTIDADE MÍNIMA DE	40,00 PONTOS PARA A QUANTIDADE MÍNIMA DE
NC ₁	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS RODOVIÁRIAS	168,75 km	225,00 km	281,25 km	337,50 km
NC ₂	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	630,27 km	840,36 km	1050,45 km	1260,54 km
NC ₃	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS DE BARRAGENS	13 obras	17 obras	21 obras	25 obras

Tabela 6: Valoração de pontos por atestados ou CAT apresentados



8.9.9. A nota referente à capacitação e experiência da licitante (NC) será a média das pontuações obtidas nos itens apresentados na Tabela 6, conforme a seguinte equação:

$$NC = \frac{NC_1 + NC_2 + NC_3}{3}$$

8.9.10. Na contabilização dos quantitativos dos atestados/certidões apresentados pela proponente, a pontuação de cada item (NC_1 , NC_2 e NC_3) assumirá somente um dos seguintes valores: 0,00; 10,00, 20,00; 30,00 ou 40,00.

8.9.11. Será atribuída nota zero (0,00) aos itens para os quais a proponente não comprovar o quantitativo mínimo estabelecido na Tabela 6.

8.9.12. A nota zero em qualquer item da Tabela 6 ou na nota NC não implicará eliminação do proponente, visto que a proposta técnica tem caráter apenas classificatório.

8.10. NO – NOTA DO CONHECIMENTO DO OBJETO

8.10.1. Neste quesito, a nota será atribuída em função do conhecimento do objeto a ser demonstrado pela proponente por meio da abordagem, em relatório técnico, dos itens listados a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
NO_1	Conhecimento sobre as atribuições técnicas e administrativas de cada gerência subordinada à Subsecretaria de Estado de Infraestrutura Rural.	4,00
NO_2	Conhecimento sobre as premissas e objetivos do Programa Caminhos do Campo.	4,00
NO_3	Conhecimento sobre as premissas e objetivos do Programa Estadual de Barragens Públicas.	4,00
NO_4	Conhecimento sobre medição de obras e serviços de engenharia contratados sob os regimes de empreitada por preço unitário, empreitada por preço global, contratação integrada e contratação semi-integrada.	4,00
NO_5	Conhecimento sobre ensaios necessários para a verificação da qualidade dos serviços realizados por empreiteiras na execução de obras viárias e de construção de barragens.	4,00
TOTAL		20,00

Tabela 7: Tópicos a serem abordados na demonstração do conhecimento do objeto

8.10.2. A nota referente ao conhecimento do objeto (NO) será composta pela soma das pontuações obtidas nos itens apresentados na Tabela 7, conforme equação a seguir:

$$NO = NO_1 + NO_2 + NO_3 + NO_4 + NO_5$$

8.10.3. Cada um dos itens, de NO_1 até NO_5 , receberá pontuação entre 0,00 e 4,00, de acordo com os seguintes critérios:

- Pontuação 0,00 – Não Abordado / Inaceitável:** São enquadrados nessa pontuação os itens de avaliação para os quais a proponente não demonstra seu conhecimento, seja por omissão ou por fuga ao tema. Também recebem nota zero itens que desrespeitem regras do edital ou do termo de referência.
- Pontuação 1,30 – Ruim:** São enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação que tangenciem o tema proposto pela SEAG, abordando os assuntos de forma superficial ou



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

citando tópicos, palavras-chaves e normas sem o devido desenvolvimento. Também se enquadram nessa qualificação os itens que contêm diversos erros ou omissões, ou se tais falhas, mesmo em pequeno número, são relevantes ao ponto de indicar desconhecimento parcial da proponente sobre o assunto.

c) **Pontuação 2,60 – Médio:** Enquadram-se nesta categoria os itens de avaliação que abordem o tema proposto com desenvolvimento suficiente e com erros/omissões inexistentes ou irrelevantes, de modo a demonstrar o conhecimento mínimo esperado da proponente a respeito do objeto da licitação.

d) **Pontuação 4,00 – Bom:** São enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação que abordam o tema proposto com profundidade, com erros/omissões inexistentes ou irrelevantes, de modo a demonstrar conhecimento diferencial da proponente a respeito do objeto da licitação.

8.11. NM – NOTA DA METODOLOGIA E PROGRAMA DE TRABALHO

8.11.1. Neste quesito, a nota será atribuída em função da forma como a licitante pretende executar as atividades previstas, recorrendo em relatório técnico sobre os itens a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
NM_1	Demonstrar que domina as normas técnicas de engenharia referentes à execução de obras viárias e obras de barragens	4,00
NM_2	Descrever a metodologia da empresa para supervisão de contratos de obras viárias	4,00
NM_3	Descrever a metodologia da empresa para supervisão de contratos de conservação viária	4,00
NM_4	Descrever a metodologia da empresa para supervisão de contratos de obras de barragens	4,00
NM_5	Descrever o plano de trabalho, contemplando recursos humanos, instalações, equipamentos e veículos, apresentando inclusive organograma das equipes e suas funções	4,00
TOTAL		20,00

Tabela 8: Tópicos a serem abordados na apresentação da metodologia e programa de trabalho

8.11.2. A nota referente à metodologia e programa de trabalho (NM) será composta pela soma das pontuações obtidas nos itens apresentados na Tabela 8, conforme equação a seguir:

$$NM = NM_1 + NM_2 + NM_3 + NM_4 + NM_5$$

8.11.3. Cada um dos itens, de NM_1 até NM_5 , receberá pontuação entre 0,00 e 4,00, de acordo com os seguintes critérios:

a) **Pontuação 0,00 – Não Abordado / Inaceitável:** São enquadrados nessa pontuação os itens de avaliação para os quais a proponente não discorre sobre o tópico proposto, seja por omissão ou por fuga ao tema. Também recebem nota zero itens que desrespeitem regras do edital ou do termo de referência.

b) **Pontuação 1,30 – Ruim:** São enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação que tangenciem o tema proposto pela SEAG, abordando os assuntos de forma superficial ou citando tópicos, palavras-chaves e normas sem o devido desenvolvimento. Também se enquadram nessa qualificação os itens que contêm diversos erros ou omissões, ou se tais falhas, mesmo em pequeno número, são relevantes ao ponto de indicar incapacidade parcial da proponente para a realização das atividades.



c) **Pontuação 2,60 – Médio:** Enquadram-se nesta categoria os itens de avaliação que abordem o tema proposto com desenvolvimento suficiente e com erros/omissões inexistentes ou irrelevantes, de modo a demonstrar a capacidade mínima esperada da proponente para a execução das atividades.

d) **Pontuação 4,00 – Bom:** São enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação que abordam o tema proposto com profundidade, com erros/omissões inexistentes ou irrelevantes, de modo a demonstrar que a metodologia e o programa de trabalho da proponente são diferenciais ou inovadores.

8.12. NQ – NOTA DA QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS

8.12.1. Neste quesito, a nota será atribuída em função da qualificação das equipes técnicas, devendo a proponente demonstrar o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
NQ_1	Demonstrar, por meio de diplomas, certificados, declarações de conclusão de curso ou anotações no CREA, qual a formação do engenheiro coordenador na área de infraestrutura	5,00
NQ_2	Demonstrar, por meio de diplomas, certificados, declarações de conclusão de curso ou anotações no CREA, qual a formação do engenheiro civil sênior na área de infraestrutura	5,00
NQ_3	Demonstrar, por meio de atestados ou acervo técnico, qual a experiência do engenheiro coordenador na área de infraestrutura	5,00
NQ_4	Demonstrar, por meio de atestados ou acervo técnico, qual a experiência do engenheiro civil sênior na área de infraestrutura	5,00
TOTAL		20,00

Tabela 9: Tópicos a serem abordados na demonstração da qualificação das equipes técnicas

8.12.2. A nota referente à qualificação das equipes técnicas (NQ) será composta pela soma das pontuações obtidas nos itens apresentados na Tabela 9, conforme equação a seguir:

$$NQ = NQ_1 + NQ_2 + NQ_3 + NQ_4$$

8.12.3. Cada um dos itens NQ_1 e NQ_2 receberá pontuação limitada a, no máximo, 5,00 pontos, e obedecerá aos seguintes critérios:

a) Como o curso de nível superior é obrigatório para o registro profissional e consequente exercício da profissão do engenheiro, e considerando que tal análise caberia à fase de habilitação e não de julgamento, então só será atribuída pontuação aos documentos que comprovem conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.

b) Só serão considerados os cursos relacionados ao objeto desta licitação, ou seja, pós-graduações nas áreas de gerenciamento, fiscalização, consultoria, elaboração de projetos ou execução de obras viárias, de serviços de conservação de rodovias ou de construção de barragens.

c) A comprovação da conclusão dos cursos de pós-graduação poderá ser feita por apresentação de diploma/certificado ou por declaração de conclusão de curso válida expedida pela instituição de ensino, bem como será suficiente a apresentação de documento expedido pelo CREA atestando a anotação do curso.

d) Será atribuído **1,00 ponto** para cada curso de **pós-graduação lato sensu**, com carga horária mínima de 360 horas e devidamente registrado no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, concluído pelo profissional.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

- e) Serão atribuídos **2,00 pontos** para cada programa de **pós-graduação *stricto sensu* do tipo *mestrado***, devidamente registrado no Sistema Nacional de Pós-Graduação, concluído pelo profissional.
- f) Serão atribuídos **3,00 pontos** para cada programa de **pós-graduação *stricto sensu* do tipo *doutorado***, devidamente registrado no Sistema Nacional de Pós-Graduação, concluído pelo profissional.

8.12.4. Cada um dos itens **NQ₃** e **NQ₄** receberá pontuação limitada a, no máximo, 5,00 pontos, e obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Na contagem dos tempos, não serão considerados os períodos cumulativos, isto é, caso o profissional tenha exercido a função correspondente em mais de um contrato simultaneamente, será considerado apenas o período relativo a um dos contratos.
- b) A comprovação dos períodos de experiência deverá ser feita por meio da apresentação de atestados de responsabilidade técnica ou certidões de acervo técnico.
- c) Só serão considerados os tempos em que o profissional atuou em áreas relacionadas ao objeto desta licitação, ou seja, em áreas relacionadas ao gerenciamento, fiscalização, consultoria, elaboração de projetos ou execução de obras viárias, de serviços de conservação de rodovias ou de construção de barragens.
- d) Serão atribuídos **1,25 pontos** para o profissional cujos documentos comprovarem experiência total **menor do que 4 anos**.
- e) Serão atribuídos **2,50 pontos** para o profissional cujos documentos comprovarem experiência total **igual ou maior que 4 anos**, mas **menor do que 8 anos**.
- f) Serão atribuídos **3,75 pontos** para o profissional cujos documentos comprovarem experiência total **igual ou maior que 8 anos**, mas **menor do que 10 anos**.
- g) Serão atribuídos **5,00 pontos** para o profissional cujos documentos comprovarem experiência total **igual ou maior que 10 anos**.

8.12.5. Os profissionais indicados pela proponente para fins de pontuação na etapa de julgamento deverão acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se a substituição por profissionais de qualificação equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato.

8.13. As notas finais das propostas técnicas (NPT) terão até duas casas decimais. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos, consoantes à Norma da ABNT NBR 5891.

Apresentação da proposta técnica

8.14. A Proposta Técnica deverá ser apresentada em via digital, com a seguinte formatação geral:

- a) Fonte e paginação:
- Fonte: Arial 12
 - Folhas: A4 e A3, no caso de apresentação de planilhas, desenhos, gráficos e figuras;
 - Espaçamento simples.
- b) Capa:
- Nome da empresa, sendo que, em caso de consórcio, deve-se apresentar o nome do consórcio e das empresas vinculadas a ele;
 - Número do edital;
 - Objeto da licitação.



- c) Sumário:
- Número da página do início de cada item, sendo que os itens deverão estar sequencialmente relacionados com o apresentado no Termo de Referência.
- d) Proposta Técnica:
- Capacitação e experiência;
 - Conhecimento do objeto;
 - Metodologia e programa de trabalho;
 - Qualificação das equipes técnicas;
 - Informações básicas nas declarações, atestados e certidões que deverão receber marca texto na COR AMARELA: nome do contratado e do contratante, identificação do objeto do contrato, nome do profissional, localização do serviço e serviço executado.

Proposta de preço

8.15. A proposta de preço receberá pontuação conforme fórmula abaixo, sendo que a empresa ou consórcio que apresentar menor valor obterá nota 100 (cem).

$$NPP = \frac{100 \times MPVO}{P}$$

Em que:

NPP = Nota da Proposta de Preço

MPVO = Menor Preço Válido Ofertado

P = Preço em Exame

8.16. As notas finais das propostas de preços (NPP) terão até duas casas decimais. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos, consoantes à Norma da ABNT NBR 5891.

8.17. No orçamento proposto não poderá haver preço unitário com valor superior aos constantes do Orçamento Referencial.

Análise das Propostas de Preço

8.18. A análise das propostas de preço deverá considerar critérios claros e objetivos, garantindo transparência e equidade no processo de contratação.

8.19. O que é **permitido** ser alterado pela proponente nas composições:

8.19.1. **Pessoal:** É permitido alterar a remuneração, desde que sejam respeitados os seguintes critérios:

- a) **Piso da Convenção Trabalhista e Salário Mínimo:** Os valores de mão de obra devem obedecer, no mínimo, pisos salariais estabelecidos em lei, definidos pelos Conselhos de Classes, bem como às convenções coletivas de cada categoria profissional do local/região a que estiver vinculada ou salário mínimo no Brasil vigente, caso este seja maior, na data-base do orçamento;
- b) **Encargos Sociais:** É obrigatória a apresentação das composições dos encargos sociais, que podem ser ajustados conforme a realidade da empresa, desde que devidamente comprovados.

8.19.2. **Custos Administrativos:** Os custos administrativos podem ser alterados, desde que justificados e condizentes com as práticas de mercado e a estrutura da empresa. O custo



administrativo não pode ser diferente entre as composições, pois incide igualmente em todas os serviços orçados, por se tratar de uma taxa calculada para o contrato como um todo.

8.19.3. **Remuneração da Empresa:** A remuneração da empresa pode ser ajustada, considerando a margem de lucro e os riscos associados à execução dos serviços.

8.19.4. **Despesas Financeiras:** As despesas financeiras podem ser modificadas, desde que estejam alinhadas com as políticas financeiras da empresa e sejam devidamente comprovadas.

8.19.5. **Alíquotas de Impostos:** As alíquotas de impostos podem ser alteradas, desde que apresentem demonstrativo das despesas fiscais e estejam de acordo com os impostos efetivamente pagos no último balanço da empresa.

8.19.6. **Custo Unitário dos Serviços:** O custo unitário dos serviços pode ser ajustado, desde que respeitadas as quantidades e os consumos estabelecidos no termo de referência.

8.20. O que é **vedado** de ser alterado pela proponente nas composições:

8.20.1. **Quantidades/Consumo de Mão de Obra e de Serviços:** É vedada qualquer alteração nas quantidades ou no consumo de mão de obra e de serviços previstos no Termo de Referência. As quantidades devem ser mantidas conforme estabelecido, garantindo a fiel execução do objeto contratual. Em suma, em relação aos coeficientes das composições, a licitante deve elaborar sua proposta atendendo as especificações e premissas estabelecidas no Termo de Referência. Os CONSUMOS DAS COMPOSIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DEVEM SER MANTIDOS, como recurso mínimo, para formulação dos preços dos serviços. Somente as taxas inerentes à empresa é que podem ser alteradas mediante justificativa/comprovação, tais como: encargos sociais, custos administrativos, remuneração da empresa, despesas financeiras e fiscais.

8.21. Os resultados de cada parcela da composição devem ser truncados em duas casas decimais, e não arredondados.

8.22. Um mesmo item (insumo/serviço/mão de obra) deve ter o valor unitário igual em todas as composições que o utilizam, mantendo a paridade dos preços dos itens entre os produtos.

8.23. Caso a proposta não atenda às especificações apresentadas nos itens 8.19 a 8.22, poderá ser considerada inexecutável.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

8.24. Produtos entregues com padrão abaixo do esperado e/ou em desconformidade com as exigências relativas a cada um poderão não ser remunerados.

8.25. As ações de manutenção abrangidas pela presente contratação ocorrerão de maneira simultânea por diversas vias da malha rodoviária apresentada neste Termo de Referência e deverão ser acompanhadas *in loco* diariamente pela supervisora contratada. Para isso, a licitante vencedora deverá disponibilizar todos os recursos humanos e materiais necessários, não se restringindo às quantidades previstas nas composições do orçamento referencial.

8.26. Os riscos inerentes à eventual improdutividade no desempenho e execução das atividades dos produtos são do contratado e a remuneração se dará tão somente em conformidade com os valores constante da sua proposta de preço, não cabendo remuneração extra ou aditivo ao contrato por esse motivo.

8.27. As quantidades atribuídas aos produtos por demanda são estimadas e não serão, necessariamente, totalmente consumidas ao longo da execução do contrato.

8.28. Não caberá pagamento à contratada pelo acompanhamento de serviços que apresentarem inconformidades por questões executivas ou de materiais empregados. O acompanhamento realizado só



estará apto a ser medido nos casos em que a solução tenha sido executada em conformidade com os normativos e padrões exigidos.

8.29. Para que seja mantida a isonomia na licitação, as quantidades previstas de profissionais, equipamentos e demais itens constantes das composições do Orçamento Referencial da SEAG deverão ser integralmente mantidos nas planilhas que comporão o orçamento a ser proposto pelas licitantes.

8.30. O percentual de alíquota de ISSQN a ser considerado no BDI proposto deverá ser aquele referente ao município onde está localizada a sede da SEAG, ou seja, Vitória/ES.

8.31. O desconto ofertado, por produto, deverá ser estendido aos eventuais futuros termos aditivos.

8.32. Os quantitativos de serviço estimados pela SEAG para os produtos por demanda guardam imprecisão intrínseca à natureza dos serviços de manutenção rodoviária, o que deve ser levado em consideração pelas licitantes para elaboração das propostas de preço.

8.33. Nos preços unitários deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

Nota final e classificação

8.34. A Nota Final da proponente será obtida conforme equação a seguir:

$$NF = \frac{(70 \times NPT) + (30 \times NPP)}{100}$$

Em que:

NF = *Nota Final*

NPT = *Nota da Proposta Técnica*

NPP = *Nota da Proposta de Preço*

8.35. As notas finais (NF) terão até duas casas decimais. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos, consoante à Norma da ABNT NBR 5891.

8.36. A classificação das proponentes será em ordem decrescente dos valores das Notas Finais (NF), sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior nota final.

8.36.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, será obedecido o disposto no art. 60 da Lei 14.133/21.

8.36.2. Em caso de persistência do empate, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

Exigências de habilitação

8.37. Na fase de habilitação, será exigido do Licitante o cumprimento dos requisitos de **Habilitação Jurídica**, de **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista** e de **Habilitação Econômico-Financeira** conforme os termos da minuta padrão da PGE, os quais serão transcritos no Edital.

8.38. Na fase de habilitação, também será exigido do Licitante o cumprimento dos requisitos de **Habilitação Técnica**, que se subdivide em Capacidade Técnico-Operacional e Capacidade Técnico-Profissional, conforme disposto nos itens 8.39 e 8.40 deste Termo de Referência.

8.39. Os requisitos de **Capacidade Técnico-Operacional** a serem comprovados pelo Licitante são os seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

8.39.1. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei 14.133/2021).

- a) No caso de Consórcio, todas as empresas devem apresentar o registro no CREA, considerando os serviços de sua responsabilidade.

8.39.2. Comprovação de que o licitante executou, sem restrição, serviço/obra de características similares aos indicados neste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância técnica e valor financeiro e quantitativos mínimos definidos adiante.

- a) A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.
- b) Os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes do contratante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.
- c) No caso de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante.
- d) Deverão constar no atestado de capacidade técnica e/ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.
- e) Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada, para fins de capacidade técnico-operacional.
- f) As características similares para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços	Quantitativo estimado para a contratação	Quantitativo mínimo a ser comprovado
1	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS RODOVIÁRIAS	225,00 km	112,50 km
2	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	840,36 km	420,18 km
3	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS DE BARRAGENS	18 obras	9 obras

8.39.3. Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles, caso em que o licitante apresentará tabela contendo: a descrição sucinta da experiência anterior em comprovação, explicitação do somatório de quantidades e a indicação dos atestados correspondentes.

8.39.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.39.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

8.39.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.40. Os requisitos de **Capacidade Técnico-Profissional** a serem comprovados pelo Licitante são os seguintes:

8.40.1. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e que seja detentor de no mínimo 1 (um) Atestado de responsabilidade técnica ou Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características similares aos indicados no Termo de Referência.

- a) Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.
- b) Havendo exigência legal, os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes da licitante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.
- c) As características similares para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços
1	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS RODOVIÁRIAS
2	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA
3	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS DE BARRAGENS

8.40.2. Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se como pertencente ao quadro permanente o profissional vinculado por relação jurídica comprovada por qualquer destas formas:

Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em sendo sociedade anônima;

Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial do Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Ficha de registro do empregado - RE, registrada no Ministério do Trabalho; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

Profissional contratado: Contrato de prestação de serviço ou Declaração de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

8.40.3. O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

8.40.4. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados.

8.40.5. No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

8.40.6. Declaração do licitante de que no início da execução do contrato terá em seu quadro permanente profissionais de Segurança do Trabalho nos termos da NR-04 do SESMT.

8.41. Justificam-se os requisitos de Habilitação Técnica pelas seguintes razões:

a) Considerando que o principal objetivo da contratação é obter o apoio de empresa especializada de engenharia, com expertise e equipamentos adequados para a supervisão das obras e dos serviços de engenharia contratados pela SEAG, torna-se imprescindível verificar se a licitante possui experiência na execução de serviços similares àqueles que são objeto deste Termo de Referência. Caso contrário, aumentar-se-ia o risco de que a empresa contratada se revelasse incapaz de atender às demandas da SEAG, tanto pela quantidade de produtos solicitados quanto pela qualidade exigida sobre os serviços.

b) Há de se considerar, ainda, o impacto que uma contratação dessa natureza pode causar à população rural do estado, haja vista a finalidade socioeconômica do Programa Caminhos do Campo. A economicidade, o desempenho e a vida útil das obras entregues pelo Programa estão relacionados à qualidade dos serviços prestados pela empresa supervisora, uma vez que seus produtos instruem os processos de medição e subsidiam a tomada de decisão dos servidores da SEAG designados para a fiscalização e gestão dos contratos.

c) Conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 67, a comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional será exigida somente com relação às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto. No primeiro caso estão os itens com determinado grau de complexidade técnica que nem toda empresa de engenharia pode cumprir de forma satisfatória. Quanto ao valor significativo, são assim enquadrados aqueles itens que tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado para a contratação.

d) Foi definida como exigência de habilitação a experiência nas três grandes frentes de trabalho da SIR: Obras Rodoviárias, Conservação Rodoviária e Obras de Barragens. O produto ITEF, relacionado à supervisão de obras rodoviárias, e também o produto ITAC, relacionado à supervisão de conservação rodoviária, ultrapassam, cada um, 4% do valor total do orçamento estimado pela Administração. Já a experiência na terceira frente de trabalho da SIR, referente às obras de barragens, embora não se enquadre no critério de valor significativo a partir da análise isolada de itens da planilha orçamentária, representa, indubitavelmente, uma parcela de grande relevância técnica, uma vez que a construção de barragens exige a observância rigorosa de normas técnicas para garantir a segurança das comunidades locais.



- e) Ficou definido que a experiência na supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de obras rodoviárias e de conservação rodoviária deve ser quantificada em quilômetros de extensão das rodovias. O uso de outras unidades, como quantidade de obras supervisionadas ou quantidade de relatórios entregues, não poderiam expressar a experiência da licitante de forma mais justa, visto que o tamanho das obras e a complexidade dos relatórios podem variar demasiadamente.
- f) Já com relação às barragens, a qualificação técnica será aferida por unidade de barragem, e não por volume, uma vez que a complexidade da execução está relacionada ao tipo de estrutura e às técnicas construtivas empregadas, independentemente do porte do empreendimento. Cada unidade executada evidencia, de forma mais adequada, a experiência do licitante na execução integral de empreendimentos de natureza similar.
- g) Quanto aos quantitativos exigidos dessas parcelas, fica estabelecido neste Termo de Referência o mínimo de 50% do quantitativo total de cada item, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, obedecendo ao limite máximo da Lei nº 14.133/2021, art. 67, § 2º.
- h) Os quantitativos estimados para a contratação foram baseados nas memórias de cálculo (anexo) e na malha rodoviária de conservação (3.35.5), que representam as previsões da SIR para as obras a serem realizadas durante o prazo de execução do contrato.
- i) O quantitativo estimado de obras viárias a serem concluídas durante o período do contrato da empresa supervisora é de 30 unidades. Considerando a média de 7,5 km de extensão por trecho apurada no histórico de 5 anos do Programa Caminhos do Campo, chega-se à quantidade total de $30 \times 7,5 = 225$ km. Sendo assim, a exigência de 50% desse quantitativo corresponde a 112,5 km de extensão a serem comprovados na fase de habilitação.
- j) O quantitativo total da malha rodoviária a ser conservada pela SEAG é de 840,36 km. Nesse caso, 50% corresponde à quantidade de 420,18 km a ser comprovada na fase habilitação.
- k) No que se refere ao número de obras de construção de barragem, estima-se o total de 18 unidades a serem concluídas durante a vigência do contrato de supervisão. 50% dessas unidades corresponde ao quantitativo de 9 obras a serem comprovadas na fase de habilitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 70.578.738,08 (setenta milhões e quinhentos e setenta e oito mil e setecentos e trinta e oito reais e oito centavos)**, conforme planilha anexa a este Termo de Referência.

9.1.1. Nos valores estimados estão incluídas todas as espécies de tributo, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à execução do contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, devidamente previstos no Plano de Contratações Anual da SEAG para o exercício de 2026.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 310101 - SEAG
- II) Fonte de Recursos: 501 - Outros Recursos não Vinculados
- III) Programas de Trabalho:



- 10.31.101.20.782. 0062. 3362 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS - CAMINHOS DO CAMPO
- 10.31.101.20.782. 0062. 2136 - GESTÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS INTEGRANTES DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO
- 10.31.101.20.544. 0062. 2027 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE BARRAGENS DE USO MÚLTIPLO NO MEIO RURAL

IV) Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

V) Plano Interno:

- 001870 - Obras e Supervisão do Caminhos do Campo

11. REAJUSTAMENTO

11.1. No valor estimado para a contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.2. A SEAG pagará à CONTRATADA os serviços contratados e efetivamente executados, na forma constante da Planilha Orçamentária (empregada por preço unitário) apresentada pela CONTRATADA e que, independentemente de transcrição, passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

11.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, considerando a data-base do orçamento elaborado pela SEAG **janeiro/2026**.

11.4. O equilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

11.5. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} * V$$

Em que:

R = Valor do Reajustamento.

I₀ = Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV do mês da data-base do orçamento elaborado pela SEAG.

I₁ = Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV referente ao mês em que o contratado fará jus ao reajuste.

V = Valor a ser reajustado.

11.6. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento.

11.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

11.9. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.10. Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no contrato não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à CONTRATADA, conforme apurado em procedimento próprio, assegurada ampla defesa e contraditório, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

11.11. A análise de eventual pedido de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, considerará:

11.11.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

11.11.2. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis de evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados.

11.11.3. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

11.11.4. Não será concedida a revisão também nos seguintes casos:

- a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato;
- c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e) houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal;
- f) divergências entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na planilha e normas técnicas vigentes.

11.12. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

11.13. A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Unidade Executiva de Controle Interno (UECI) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).



12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Licitante ou Adjudicatário

12.1. As sanções previstas na legislação vigente serão aplicadas conforme descrito no Capítulo IV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL, da Lei 14.133/2021 e regulamentações.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o **LICITANTE** ou **ADJUDICATÁRIO** que, com dolo ou culpa:

12.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente/Comissão de contratação durante o certame.

12.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

12.2.3. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.2.5. Fraudar a licitação.

12.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2.7. Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

12.3. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

12.3.1. multa de 0,5% sobre o valor estimado para a contratação;

12.3.2. impedimento de licitar e contratar; e

12.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



12.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

12.6. As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

Contratado

12.7. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao disposto na Norma de Procedimento SEAG nº 009, que trata da avaliação de desempenho na execução de obras, projetos, consultorias, supervisões, gerenciamentos e serviços de engenharia.

12.8. À CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades previstas na norma de avaliação de desempenho mencionada no item anterior, por decisão da SEAG.

12.9. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Multa:
 - i. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias.



- ii. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato ou instrumento equivalente por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
- iii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.9, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- iv. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.9, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- v. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.9, a multa será de 5% (cinco por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato ou instrumento equivalente.
- vi. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.9, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou instrumento equivalente.
- vii. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.9, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou instrumento equivalente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

12.12. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 12.10 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.13. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

12.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.15. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

12.16.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

12.16.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

12.16.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 12.10 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

12.16.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

12.16.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.17. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

12.17.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.17.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.17.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.17.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.17.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.19. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.22. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

12.23. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

12.24. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.25. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.



13. DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. Competirá à Contratada:

13.1.1. Executar os serviços nos termos das especificações contidas no Edital e seus Anexos;

13.1.2. Dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto aos encargos e obrigações de ordem trabalhista e previdenciária;

13.1.3. Dotar seus empregados de equipamentos de proteção individual quando necessários, conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;

13.1.4. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada à CONTRATANTE a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados;

13.1.5. Elaboração de material contemplando a proposta de trabalho, que, de forma didática, possa dar conhecimento e informar sobre a metodologia utilizada para a execução dos serviços da supervisora, considerando principalmente o formato de remuneração por produto;

13.1.6. Orientação à fiscalização da GVR, GCM ou GHR, em procedimentos usuais, através de reuniões de monitoramento;

13.1.7. Participação em reuniões com eventuais terceiros envolvidos diretamente ou indiretamente com a obra supervisionada;

13.1.8. Participação em reuniões com as equipes internas da SIR, ou demais setores, envolvidos diretamente ou indiretamente com a obra supervisionada;

13.1.9. Cercar seus empregados das garantias e proteção legais nos termos da Legislação Trabalhista, inclusive em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de segurança e proteção individual a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços;

13.1.10. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à SEAG, respondendo integralmente por sua omissão;

13.1.11. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho;

13.1.12. Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.13. Manter permanentemente equipe exigida no Termo de Referência responsável ou corresponsável pelo acompanhamento dos serviços nos termos da Lei nº 6.496/77, com poderes para representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados;

13.1.14. Obedecer ao disposto na Portaria SEGER/PGE/SECONT nº 49-R/2010.

13.1.15. Atender aos prazos estabelecidos pela GVR, GCM ou GHR para entrega dos relatórios conforme Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas;

13.1.16. Reforçar sua equipe de técnicos nos serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

13.1.17. Afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas o engenheiro credenciado ou qualquer outro elemento de seu quadro de funcionários, cuja permanência no serviço for, de forma motivada, julgada inconveniente pela CONTRATANTE;

13.1.18. Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à prestação do serviço, sejam eles industriais ou domésticos, os quais deverão ser de qualidade comprovada;

13.1.19. Executar correção das inconformidades dos serviços rejeitados pela fiscalização, por não atender os procedimentos técnicos e de apresentação previamente acordados, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas;

13.1.20. Permitir e facilitar à CONTRATANTE a inspeção ao local dos serviços em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados;

13.1.21. A CONTRATADA deverá fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do respectivo Contrato e Orçamento no CREA-ES, conforme determinam as Leis nºs 5.194, de 24.12.66, e 6.496, de 07.12.87, e as Resoluções nºs 194, de 22.05.70, e 302, de 23.11.84, do CONFEA. A comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica será feita pelo encaminhamento à SEAG da via da A.R.T. destinada ao CONTRATANTE;

13.1.22. A CONTRATADA assumirá, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houver;

13.1.23. A CONTRATADA ficará obrigada a comunicar imediatamente à administração contratante qualquer alteração de sua condição no processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

13.1.24. Encaminhar os relatórios conforme estabelecidos nas normas de procedimentos da SEAG ou de acordo estabelecido na Ordem de Serviço;

13.1.25. Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente às normas abaixo, dentre outras:

- a) Normas e especificações constantes deste termo;
- b) Normas da ABNT;
- c) Normas do DNIT;
- d) Disposições legais da União e do Governo Estado;
- e) Regulamentos das empresas concessionárias;
- f) Prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos;
- g) Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

13.2. Competirá ao órgão ou entidade contratante:

13.2.1. Pagar à CONTRATADA, nos termos ajustados em tópico específico deste Termo de Referência;

13.2.2. Conferir o relatório apresentado pela Contratada com o constante da Ordem de Serviço emitida pela SEAG, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do relatório pela SEAG;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

13.2.3. Efetuar o pagamento após a apresentação da nota fiscal referente aos serviços realizados no mês;

13.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, designando o(s) servidor(es) responsável(is).

Vitória, 12 de maio de 2026.

RENÉE LAURET COSME
Gerente de Obras Viárias
(Assinado eletronicamente)

PATRICK RIOS DE SOUZA
Analista do Executivo
(Assinado eletronicamente)



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

SERVIÇO:	Apoio às Atividades Técnicas da GVR, GCM e GHR, por meio de prestação de serviços de Supervisão das Obras e Projetos no âmbito dos Programas de Infraestrutura Rural da SEAG				
DATA-BASE:	Jan/2026				
REFERENCIAL:	SICRO-ES Jan/2026 e DER-ES Nov/2025				
Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Sub Total (R\$)
1	SERVIÇOS DE SUPERVISÃO - OBRAS VIÁRIAS E CONSERVAÇÃO				
1.1	Inspeção Técnica de Engenharia em Serviços de Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais	Ud.	600,00	32.269,25	19.361.550,00
1.2	Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras Implantação/Pavimentação, com ou sem Restauração ou Reabilitação ou Recuperação Funcional de Rodovias em Contratos Convencionais	Ud.	600,00	22.235,17	13.341.102,00
1.3	Consolidação de Elementos de Medição de Serviços de Reabilitação, Recuperação Funcional, Implantação/Pavimentação, Restauração, Conservação e de Rodovias em Contratos Convencionais	Ud.	600,00	11.166,61	6.699.966,00
1.4	Inspeções técnicas para avaliações de desempenho e quantificação para fins de medição de serviços de conservação rodoviária	Ud.	360,00	19.707,27	7.094.617,20
1.5	Laudo Técnico de Especialista em Obras, Projetos e Serviços de Engenharia Rodoviária	Ud.	10,00	45.011,33	450.113,30
1.6	Revisão de Projetos na Fase de Obra	Ud.	30,00	63.127,11	1.893.813,30
1.7	Relatório de Inspeção de entrega de obra (RIEN)	Ud.	30,00	10.264,15	307.924,50
1.8	Relatório de Diagnóstico do Pavimento (RDPA)	Ud.	136,00	18.540,15	2.521.460,40
1.9	Relatório Final do Projeto “As Built” (RFIN)	Ud.	30,00	44.483,92	1.334.517,60
1.10	RAEP 01 - Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto	Ud.	30,00	27.592,06	827.761,80
1.11	RAEP 02 - Relatório de Análise de Anteprojeto	Ud.	30,00	25.395,87	761.876,10
1.12	RAEP 03 - Relatório de Análise de Estudos e Projetos	Ud.	30,00	30.056,62	901.698,60
	Subtotal 1			R\$	55.496.400,80
2	SERVIÇOS DE SUPERVISÃO - OBRAS HÍDRICAS E RURAIS				
2.1	Inspeção Técnica de Engenharia em Obras de Barragem (ITE-B)	Ud.	108,00	24.590,92	2.655.819,36
2.2	Inspeção topográfica e outros procedimentos de avaliação quantitativa de serviços executados em Obras de Barragens (ITOP -B)	Ud.	32,00	13.763,16	440.421,12
2.3	Inspeções técnicas para avaliações de desempenho, quantificação e consolidação de medição de Obras de Barragens (ITM - B)	Ud.	108,00	5.939,85	641.503,80
2.4	Laudo Técnico de Especialista em Obras, Projetos e Serviços de Barragens (LESP - B)	Ud.	16,00	43.358,73	693.739,68
2.5	Revisão de Projetos na Fase de Obra para Barragens (RPFO - B)	Ud.	16,00	33.331,49	533.303,84
2.6	Consolidação de Elementos para Celebração de Termos de Aditamento aos Contratos de Obras de Barragens (RCTA)	Ud.	16,00	9.449,37	151.189,92
2.7	Relatório Final do Projeto “As Built” para Obras de Barragens (RFIN - B)	Ud.	18,00	6.428,92	115.720,56
2.8	Relatório de Inspeção de entrega de obra de barragem (RIEN - B)	Ud.	18,00	6.334,88	114.027,84
2.9	Relatório de Elaboração de Estudos de Viabilidade - Etapa A (REV)	Ud.	14,00	9.753,89	136.554,46
2.10	Relatório de Análise da Etapa B - Estudos para Anteprojetos (RAEP - B)	Ud.	14,00	26.116,90	365.636,60
2.11	Relatório de Análise da Etapa C - Anteprojeto (RAEP - C)	Ud.	14,00	15.794,40	221.121,60
2.12	Relatório de Análise da Etapa D - Estudos para Anteprojetos (RAEP-D)	Ud.	14,00	16.655,77	233.180,78
2.13	Relatório de Acompanhamento de Obras de Infraestrutura Rural (RAO)	Ud.	24,00	3.101,42	74.434,08
	Subtotal 2			R\$	6.376.653,64

SERVIÇO:	Apoio às Atividades Técnicas da GVR, GCM e GHR, por meio de prestação de serviços de Supervisão das Obras e Projetos no âmbito dos Programas de Infraestrutura Rural da SEAG				
DATA-BASE:	Jan/2026				
REFERENCIAL:	SICRO-ES Jan/2026 e DER-ES Nov/2025				
Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Sub Total (R\$)
3	SERVIÇOS DE APOIO À SUPERVISÃO				
3.1	Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semi rígidos - Procedimento PRO 06/2003 (inventário/levant. de flechas em trilha de rodas)	km	300,00	404,57	121.371,00
3.2	Ensaio - Esclerometria até 4 pontos com 16 perc.	Ud.	22,00	1.419,58	31.230,76
3.3	Deslocamento de equipe e equipamento de sondagem rotativa e SPT fora da Grande Vitória (Km)	km	3900,00	7,45	29.055,00
3.4	Sondagem à Percussão SPT - Instalação de tubo de revestimento	m	1000,00	80,48	80.480,00
3.5	Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT inclusive deslocamento local do equipamento até 500m	m	1800,00	173,99	313.182,00
3.6	Sondagem rotativa em alteração de rocha, inclusive deslocamento local do equipamento até 500m	m	300,00	1.095,69	328.707,00
3.7	Sondagem rotativa em rocha sã ou fraturada inclusive deslocamento local do equipamento até 500m	m	300,00	1.546,86	464.058,00
3.8	Sondagem rotativa em solo, inclusive deslocamento local do equipamento até 500m	m	300,00	451,15	135.345,00
3.9	Instalação de cone "CPTU" e ensaio de dissipação de pressões neutras (até 2 horas), inclusive relatório	Ud.	10,00	42.829,70	428.297,00
3.10	Ensaio de Penetração de cone CPTU	m	10,00	1.482,41	14.824,10
3.11	Perfuração para execução de ensaio de Palheta (Vane Test)	m	150,00	200,03	30.004,50
3.12	Ensaio de Palheta (Vane test), até 4 determinações por furo, inclusive instalação por furo e relatório Ensaio de Penetração de cone CPTU	Ud.	10,00	41.024,98	410.249,80
3.13	Coleta de amostra indeformada Shelby	Ud.	30,00	3.867,22	116.016,60
3.14	Ensaio compressão triaxial NBR 12770 - não adensado, não drenado	Ud.	30,00	1.970,98	59.129,40
3.15	Levantamento deflectométrico FWD, leitura em duas faixas de tráfego, espaçamento de 120 m por faixa (60m alternados), inclusive relatório	km	183,81	1.095,17	201.303,19
3.16	Determinação de deflexões no pavimento com aplicação de Viga Benkelman	km	225,00	1.435,86	323.068,50
3.17	Análise Granulométrica por Peneiramento DNER-ME 080/94	Ud.	15,00	243,62	3.654,30
3.18	Conjunto de Ensaios para caracterização de misturas p/ base granulométrica LL, LP, Equiv. de areia, CBR e compact. PM, Incl. análise estatística e mobilização.	Ud.	15,00	1.368,95	20.534,25
3.19	Determinação da Compressão Simples DNER-IE 004/94 (NBR 12770)	Ud.	15,00	362,22	5.433,30
3.20	Ensaio de Densidade "In Situ"	Ud.	15,00	131,46	1.971,90
3.21	Ensaio de Resistência à Compressão de Concreto	Ud.	15,00	64,44	966,60
3.22	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Pavimento (EVT 01)	km	112,50	31.615,01	3.556.688,62
3.23	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Barragem (EVT 02)	Ud.	2,00	871.569,00	1.743.138,00
3.24	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Obra de Arte Especial (EVT 03)	m²	1440,00	155,83	224.395,20
3.25	Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica para Contenção (EVT 04)	Ud.	7,50	8.343,95	62.579,62
	Subtotal 3			R\$	8.705.683,64
TOTAL				R\$	70.578.738,08



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

ANEXO II – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.3 - **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.4 - **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.6 - **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.

1.7 - **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

2.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

3.1 - Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei 14.133/2021).

3.1.1 - No caso de Consórcio, todas as empresas devem apresentar o registro no CREA, considerando os serviços de sua responsabilidade.

3.2 - Comprovação de que o licitante executou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados neste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância técnica e valor financeiro e quantitativos mínimos definidos adiante.

3.2.1 - A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

3.2.2 - Os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes do contratante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.

3.2.3 - No caso de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante.

3.2.4 - Deverão constar no atestado de capacidade técnica e/ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

3.2.5 - Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada, para fins de capacidade técnico-operacional.

3.2.6 - As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços	Quant. de planilha	Quant. Mínima a ser comprovada
01	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS RODOVIÁRIAS	225,00 km	112,50 km
02	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	840,36 km	420,18 km
03	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS DE BARRAGENS	18 obras	9 obras

3.3 - Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles, caso em que o licitante apresentará tabela contendo: a descrição sucinta da experiência anterior em comprovação, explicitação do somatório de quantidades e a indicação dos atestados correspondentes.

3.4 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.5 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

3.7 - Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e que seja detentor de no mínimo 1 (um) Atestado de responsabilidade técnica ou Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes aos indicados no Anexo I deste Edital.

3.7.1 - Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

3.7.2 - Havendo exigência legal, os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes da licitante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.

3.7.3 - As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços
01	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS RODOVIÁRIAS
02	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA
03	Execução de serviços de supervisão ou gerenciamento ou coordenação técnica de OBRAS DE BARRAGENS

3.8 - Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se como pertencente ao quadro permanente o profissional vinculado por relação jurídica comprovada por qualquer destas formas:

Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em sendo sociedade anônima;

Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial do Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:
a) Ficha de registro do empregado - RE, registrada no Ministério do Trabalho; ou



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.

Profissional contratado: Contrato de prestação de serviço ou Declaração de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

3.9 - O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

3.10 - Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados.

3.11 - No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

3.12 - Declaração do licitante de que no início da execução do contrato terá em seu quadro permanente profissionais de Segurança do Trabalho nos termos da NR-04 do SESMT.

APRESENTAR TODAS AS DECLARAÇÕES, OBSERVANDO OS MODELOS E ORIENTAÇÕES DO EDITAL

3.13 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Anexo III);

3.13.1 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.14 - Termo de indicação do pessoal técnico qualificado, no qual os profissionais indicados pelo Licitante, para fins de comprovação de capacidade técnica, declarem que participarão, a serviço do Licitante, das obras ou serviços. Este termo deverá ser firmado pelo representante do Licitante e pelo profissional.

3.15 - Declaração formal emitida pelo Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização, conforme modelo deste edital (Anexo III), em atenção ao disposto no Termo de Referência.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

3.16 - Declaração de Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais, a ser assinada por cada membro da equipe técnica indicada (Anexo III).

4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 - **Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**

4.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

4.4.2 - Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

4.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

4.7 - Declaração do licitante (art. 69, § 3º, da Lei 14.133/2021), indicando a relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, especialmente das obras contratadas, indicando o status do contrato, se em execução ou paralisado, demonstrando que o Patrimônio Líquido do licitante é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados (considerando-se o saldo a executar pendente, excluindo-se as parcelas já executadas e os contratos paralisados) pelo licitante com entidades públicas e privadas, vigentes na data da sessão pública de abertura desta licitação.

4.7.1 - A declaração deverá ser analisada em relação à receita bruta apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

4.7.2 - Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas para tal diferença.

4.8 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.10 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

4.11 - Os valores constantes do Balanço poderão ser atualizados pelos licitantes, para a data-base do orçamento, estimado pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, para fins de cálculo do Patrimônio Líquido mínimo.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

ANEXO III – MODELOS DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX

Declaramos que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executada os serviços de _____, conforme estipulado no edital Nº ____/_____, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

Declaro ainda conhecer o teor dos Documentos, Normas e Instruções de Serviços da SEAG-ES, que regem a execução do futuro contrato

Nome do Município /UF, ____ de _____ de 20__.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/20xx

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de Nosso preço para execução dos serviços é de R\$, o qual alcançamos após a aplicação do **desconto de XX,XX%** (.....), conforme descrito em nosso orçamento, para execução em (.....) dias consecutivos, conforme descrito em nosso orçamento.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a SEAG-ES.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do fiscal da SEAG-ES, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as diretrizes.

Informamos que o **prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (.....) dias corridos**, a contar da data de abertura da licitação.

O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de _____(Lucro Real ou Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr., Carteira de Identidade nº. expedida em/..../....., Órgão Expedidor, e CPF nº, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

Xxxxxxxxxx/xx, xxx de xxxxx de 2026

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
FIRMA LICITANTE - CNPJ



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

**MINUTA DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DO
CONTRATO**

A

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Carta de Fiança - R\$

Pela presente, o Banco, com sede à Rua, da Cidade de, do Estado, por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador da Empresa....., sediada à Rua..... da Cidade..... do Estado, até o limite de R\$ (.....), para efeito de garantia para a execução do Contrato de Empreitada nº / , objeto do Edital de nº

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado, a atender, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela SEAG, sem qualquer reclamação, retenção ou, ainda, embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito a SEAG.

Obriga-se ainda este Banco ao pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser esse Estado compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida na presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita por esse Departamento.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro nº ou outro registro usado por este Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza, por força do disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em do ano, tendo sido eleitos (ou designados) pela Assembleia, realizada em



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras pela SEAG-ES.

Xxxxxxxxxx/xx, de de 202.....

Banco



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

A

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xx/20xx

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos do presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, E-mail: _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de ____.

FIRMA LICITANTE – CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

DEMONSTRATIVO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA		
OBRA:	Nº. DO EDITAL: DATA BASE DA LICITAÇÃO: EXTENSÃO:	EMPRESA: LOTE: PRAZO:
AC = ATIVO CIRCULANTE RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PC = PASSIVO CIRCULANTE PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE AT = ATIVO TOTAL AC = RLP = PC = PNC = AT =	(Apresentar todas fórmulas e contas detalhadas neste quadro)	



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

LOCAL E DATA

A

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação para o edital em referência.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do representante legal da proponente



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

LOCAL E DATA

A

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Eu, (nome do profissional), portador da carteira do CREA n.º, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa (razão social) para integrar a equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos objeto da licitação em referência.

_____, ____ de _____ de _____.

1) Nome e assinatura do profissional responsável técnico do licitante

2) Empresa (representante legal/nome/cargo e assinatura)



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS e SEGURANÇA
DO TRABALHO**

A

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na, por seu representante legal abaixo identificado, DECLARA para os fins de direito e sob as penas da lei, que os equipamentos necessários para a execução das OBRAS e/ou dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA objeto dessa licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da sua contratação, de tal modo a não comprometer o bom andamento dos serviços a serem executados.

Declaro ainda que no início da execução do contrato teremos no quadro permanente profissionais de Segurança do Trabalho, nos termos da NR-04 do SESMT.

Nome do Município/UF, ____ de _____ de _____.

Identificação e Assinatura do Responsável do Licitante



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA DO CONTRATO

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

A

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Prezados Senhores:

(nome da empresa), CNPJ nº, com sede à Rua, da Cidade de, do Estado, para a habilitação a (tipo da licitação) nº xxxxxxx/202X, e em cumprimento ao disposto no Edital, vem declarar a modalidade da garantia a ser escolhida será: (01 – Caução em dinheiro, 02 – Caução Título da Dívida Pública, 03 – Fiança Bancária ou 04 – Seguro Garantia).

....., de de 202X.

LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

**MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE
CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS**

Em conformidade com o disposto no Edital, declaramos que executaremos os serviços objeto desta licitação a serviço da [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE], inscrita no CNPJ / MF sob o nº.....

Outrossim, declaramos que, em obediência ao artigo 93 da Lei nº 14.133/2021, cedemos a SEAG, por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que viermos a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas da SEAG em relação aos citados serviços:

1 – A SEAG poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos nossos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional, independentemente de autorização específica, na forma prevista no artigo 29 da Lei nº 9.610/1998 c/c o artigo 18 da Lei nº 5.194/1966 e o artigo 16 da Lei nº 12.378/2010.

2 – A SEAG poderá indicar ou anunciar o(s) nome(s) do(s) autor(es) dos planos ou projetos da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos planos ou projetos, em cada evento deste tipo, ou mesmo não indicá-los ou anunciá-los se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos e de elaboração de planos ou projetos derivados – estes, conforme conceito da Lei nº 9.610/1998, artigo 5º, inciso VIII, alínea “g”.

3 – A SEAG poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que a SEAG-ES não nos remunerará por essa reutilização.

Declaramos, ainda, que faremos constar em todos os documentos que venham a compor os planos ou projetos, ou em parte deles, a critério da SEAG:

- O teor da cessão de direitos autorais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição “PROPRIEDADE DA SEAG-ES”; e
- Se for o caso, os nomes de títulos e registros profissionais dos autores dos estudos anteriores aos planos ou projetos objeto do contrato, se tais estudos definirem a concepção dos trabalhos a serem feitos pela CONTRATADA, sejam tais autores empregados da SEAG ou não.

Finalmente, comprometemo-nos a não fazer o aproveitamento substancial dos nossos projetos em outros projetos que venhamos a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.

_____, ____ de _____ de _____.

[NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL] [IDENTIDADE] – [CPF / MF]



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL

ATOS CONSTITUTIVOS

DATA DA CONSTITUIÇÃO	DATA E NÚMERO DO REGISTRO
ÓRGÃO EM QUE FOI REGISTRADA	DATA DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO
N.º DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO SOCIAL	ÓRGÃO EM QUE FOI REGISTRADO

DIRETORES E PRINCIPAIS SÓCIOS

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	CARGO/FUNÇÃO

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	ÓRGÃO REG. PROFISSIONAL	REGIÃO	NÚMERO REGISTRO

SEDE

ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	FONE	NOME SUPERINTENDENTE

FILIAIS

ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	FONE	NOME GERENTE

DATA	NOME DO INFORMANTE	ASSINATURA



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

CONTINUAÇÃO ANEXO III

Quadro 01: Relação dos Serviços Executados pelo proponente compatível com o objeto da licitação – Técnica Operacional

Quadro 02: Relação dos Serviços Executados por Profissional(is) detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica por Execução de Serviço(s) compatíveis com o objeto da licitação. – Técnica Profissional

Quadro 03: Relação e vinculação da equipe técnica.

Quadro 04: Identificação, formação e experiência da equipe técnica.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

QUADRO 01		RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO PROPONENTE COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO					
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/CERTIDÃO Nº	CAT Nº	EMPRESA CONTRATADA	EMPRESA CONTRATANTE PRINCIPAL	SERVIÇO EXECUTADO A COMPROVAR (1)	QUANTIDADE
Data:	Nome da Empresa Licitante:			Identificação, Qualificação e Assinatura do Representante Legal:			
(1) Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, e, quando couber, acompanhados pelo registro no Conselho Regional competente							



(1) Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, e, quando couber, acompanhados pelo registro no Conselho Regional competente



2026-FFSP0H - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 29/05/2026 16:13 PÁGINA 142 / 172



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

QUADRO 04		IDENTIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA					
Nome da Empresa Licitante:			Nome do Técnico:				
Data de Admissão:	Especialização:	Data de Nascimento:	Nacionalidade:	Endereço:			
INSTRUÇÃO (APENAS 3º GRAU), CURSOS DE EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, PÓS GRADUAÇÃO, ETC.							
Nº	Discriminação		Esclarecimento de Ensino ou Entidade	Localidade:	Duração:	Ano de Conclusão:	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL							
Atestado/Certidão nº	CAT nº	Página	Identificação dos serviços executados		Função Desempenhada	Período de Execução	
Indicado para a Função:				Assinatura do Técnico:			
Nome do Informante:		Qualificação:		Assinatura do Informante:			
<div>(I) ASSINATURA DO TÉCNICO REPRESENTANTE: 1 - Seu conhecimento e anuência sobre os dados fornecidos. 2 - Sua concordância para ser incluído na equipe, nas atividades e níveis definidos. 3 - Seu compromisso de estar disponível no período proposto.</div> <div>(II) Informações adicionais devem constar no verso do quadro. (III) O DNIT se reserva o direito de exigir, para fins de verificação, documentos, em original, comprobatórios das informações fornecidas.</div>							



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO REFERENTE AO
PROCESSO SEAG Nº 2025-
KZW2T, RELATIVO AO EDITAL
CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 003/2026.**

**TERMO DE CONTRATO Nº
XXX/20XX, QUE ENTRE SI FAZEM,
DE UM LADO, A SECRETARIA DE
ESTADO DA AGRICULTURA,
ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E
PESCA E, DO OUTRO, A
EMPRESA, NA
FORMA ABAIXO:**

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA**, doravante simplesmente denominado SEAG, inscrito no CNPJ sob o nº 27.080.555/0001-47, com sede na Rua Raimundo Nonato, nº 116, Forte São João, na Cidade de Vitória/ES, representada legalmente pelo seu Subsecretário de Infraestrutura Rural – Rodrigo José Costa Nóbrega, nomeado através do Decreto nº 2337-S de 30/12/2022, publicada no DIO de 02 de janeiro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 2801159, e a **empresa** _____, doravante denominada CONTRATADA, registrada no CNPJ / MF sob o nº _____, com sede à _____(endereço completo)_____, neste ato representada por _____(condição jurídica do representante)_____, o Sr. _____(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)_____, ajustam o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, tendo em vista o que consta no Processo nº 2025-KZW2T e o resultado final da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 003/2026, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com a proposta apresentada pela CONTRATADA, que se regerá pelas cláusulas seguintes.

FUNDAMENTO DO CONTRATO - Este Contrato decorre de autorização da Subsecretaria de Infraestrutura Rural – SIR - SEAG, conforme Processo SEAG nº 2025-KZW2T e tem fundamento legal na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 - O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS, CONVÊNIO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL (SIR)** conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e estabelecidas neste Edital, seus anexos e na proposta da Contratada.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência Eletrônica e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 - A obra/serviço será administrada pela CONTRATADA, que assumirá integralmente a responsabilidade pela sua execução, ficando sujeita à fiscalização da SEAG durante todas as fases e etapas do trabalho.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços objeto deste Contrato serão executados pelo regime de empreitada por preço unitário.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O valor total da contratação é de R\$ (.....), sendo a data base janeiro/2026.

3.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2 - A SEAG pagará à CONTRATADA os serviços contratados e efetivamente executados, na forma constante da Planilha Orçamentária (CRITÉRIO DE PAGAMENTO) apresentada pela CONTRATADA e que, independente de transcrição, passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

3.3 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano considerando a data-base do orçamento elaborado pela SEAG Janeiro/2026.

3.4 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste e a repactuação, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

3.4.1 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{l1 - l0}{l0} \times V$$

em que:



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

R = Valor do Reajustamento procurado.

Io = É o Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV (conforme atividade no orçamento sintético) do mês da data-base do orçamento elaborado pela SEAG.

I1 = É o Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV (conforme atividade no orçamento sintético) referente ao mês que a contratada fará jus ao reajuste.

V = Valor a ser reajustado.

3.4.2 - O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento.

3.4.3 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

3.6 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 - Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no contrato não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à CONTRATADA, conforme apurado em procedimento próprio, assegurada ampla defesa e contraditório, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

3.8 - A análise de eventual pedido de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, considerará:

3.9 - Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

3.9.1 - Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis de evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados;

3.9.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

3.9.3 - Não será concedida a revisão também nos seguintes casos:

3.9.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.9.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato;

3.9.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.9.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

3.9.3.5 - houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

3.9.3.6 - divergências entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na Planilha e normas técnicas vigentes.

3.10 - Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

3.11 - A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Unidade Executiva de Controle Interno (UECI) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO FATURAMENTO

4.1 - A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Mensal de Andamento das Atividades, com a indicação da parcela do cronograma físico-financeiro adimplida e, por conseguinte, a solicitação de medição desta parcela.

4.1.1 - O CONTRATANTE, por meio de sua fiscalização, deverá confirmar as informações constantes do Relatório Mensal de Andamento das Atividades para proceder com a medição.

4.1.2 - O fechamento da medição somente ocorrerá quando da comprovação, pela fiscalização, do cumprimento da parcela do cronograma físico-financeiro, na forma apresentada no Relatório Mensal de Andamento das Atividades.

4.2 - A CONTRATADA deverá apresentar a fatura somente após o fechamento da medição por parte da fiscalização da SEAG.

4.3 - A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do segundo faturamento e assim sucessivamente até o último, apresentar comprovante de recolhimento dos encargos



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao faturamento do mês imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado, ficando a liberação do pagamento vinculada à apresentação dos citados documentos, devidamente autenticados.

4.3.1 - A documentação acima referida deverá vir acompanhada de relatório especificado e de declaração da CONTRATADA, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais no período.

4.4 - Nas guias de recolhimento dos tributos deve constar o número da nota fiscal correspondente. Em se tratando de ISS, deverá constar na guia de recolhimento:

- a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- b) Número, data e valor total das notas fiscais de serviços as quais se vincularem;
- c) Número do contrato.

4.5 - A SEAG exigirá, para liberação da fatura, a partir do segundo mês de execução dos serviços e assim sucessivamente, cópias autenticadas das Guias de Recolhimento do INSS e FGTS relativas ao mês imediatamente anterior, ficando a liberação do processo de pagamento, condicionado à efetiva comprovação da quitação.

4.6 - As Guias de Recolhimento do INSS e FGTS deverão demonstrar o recolhimento individualizado, especificamente para o presente contrato, acompanhadas da relação dos empregados envolvidos na execução dos serviços no mês de referência.

4.7 - Quanto ao INSS, na GPS deverão constar do campo outras informações, os seguintes dados:

- a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- b) Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços as quais se vincularem;
- c) Número do contrato;
- d) Número efetivo de empregados.

4.8 - A SEAG poderá solicitar, a qualquer tempo, folhas de pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado.

4.9 - Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ao término do contrato, deverá a CONTRATADA apresentar a Certidão Negativa emitida pelos órgãos e entidades competentes, a fim de comprovar a quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos à execução do objeto contratual bem como declaração, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os referidos encargos.

4.10 - A CONTRATADA deverá apresentar a documentação prevista nessa cláusula das suas subcontratadas, para efeito de comprovação da regularidade trabalhista e fiscal.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

5.1 - A SEAG pagará à CONTRATADA pela etapa efetivamente executada no mês de referência, em conformidade com o cronograma de execução físico financeiro, após a medição pelo gestor e fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

5.2 - Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pela SEAG.

5.3 - Serão acrescidos desse prazo para pagamento constante do item anterior, os dias em que a CONTRATADA concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEAG.

5.4 - Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar multa financeira, nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEAG-ES, APÓS ACEITE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO.

5.6 - Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.1 - o prazo de validade;

5.6.2 - a data da emissão;

5.6.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

5.6.4 - o período respectivo de execução do contrato;

5.6.5 - o valor a pagar; e

5.6.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

5.7 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

5.8 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

5.9 - A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

5.10 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

5.11 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

5.12 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

5.13 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

5.14 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

5.15 - A falta de comprovação de regularidade quanto às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, seja no momento da apresentação da fatura mensal ou em qualquer oportunidade na qual a comprovação seja demandada, obriga a CONTRATANTE a adotar as seguintes medidas, imediata e cronologicamente:

- a) executar a garantia contratual, os valores das multas e as eventuais indenizações devidas à Administração, bem como reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos que lhe forem causados, especialmente, aqueles decorrentes de responsabilização subsidiária por inadimplemento de obrigações trabalhistas, observando-se, para tanto, os critérios da compensação;
- b) efetuar o pagamento de eventual saldo remanescente em favor da CONTRATADA ou adotar as diligências necessárias à cobrança judicial de saldo remanescente em favor da Administração, conforme o caso.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

5.16 - A CONTRATADA declara sua anuência com a possibilidade de retenção de créditos advindos deste contrato até que seja comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista.

5.17 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.18 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.19 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.20 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.21 - Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no contrato de consórcio ou outra expressamente acordada pelas empresas.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS MEDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO.

6.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(s) fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.2 - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3 - Ao final de cada período mensal:

6.3.1 - A equipe de fiscalização do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

6.3.2 - A equipe de fiscalização do contrato deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.4 - Será considerada como ocorrida a execução do produto quando realizado o ateste da nota fiscal pela fiscalização.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

6.5 - O Contratado fica obrigado a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar os serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências.

6.6 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DOS ADITAMENTOS

7.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos normativos da Administração Estadual, considerando-se seu específico regime de execução, especialmente as condições da contratação integrada e semi-integrada estabelecidas no art. 133.

7.2 - Os acréscimos que se fizerem necessários, em conformidade aos art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, serão circunstanciadamente justificados e autorizados, desde que comprovada a disponibilidade de recursos para cobertura dos correspondentes acréscimos, e respeitado o limite de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), adotando os seguintes critérios para fixação do preço, observado o disposto na Lei:

- a) Quando os serviços a serem executados constarem da Planilha apresentada pela CONTRATADA na proposta, os preços a serem seguidos serão aqueles nela previstos.
- b) Quando os serviços a serem executados não constarem da Planilha apresentada pela CONTRATADA na proposta, serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites legais.

7.3 - É vedada a compensação dos acréscimos com os decréscimos efetuados, devendo, em regra, ser considerados separadamente, nos termos da Portaria SECONT / PGE N.º 01/2013, com suas alterações, ou outro normativo que a substituir.

7.4 - Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, devendo ser mantida a vantagem obtida na proposta vencedora, observado ainda o disposto na Lei Estadual nº 10.577/2016.

7.5 - Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

7.6 - As adequações dos projetos e execução dos serviços sempre deverão atender aos requisitos e normas técnico-legais pertinentes, acompanhadas dos devidos registros nos Conselhos profissionais competentes, e submetidas a aprovação prévia da SEAG.

7.7 - A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8 - CLÁUSULA OITAVA: MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções, podendo ainda ser designado apoio a esta fiscalização, conforme art. 117 da Lei n.º 14.133/2021.

8.6 - É vedado a SEAG e a seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

9 - CLÁUSULA NONA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 - O prazo de vigência da contratação é de 42 (quarenta e dois) meses e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, recebimento e pagamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, quando não decorrer de culpa do contratado, ressalvado as providências cabíveis no caso de culpa do mesmo.

9.1.2 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

9.2 - A Ordem de Início será emitida até 30 (trinta) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação, por igual período, registrada nos autos.

9.3 - As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade em sítio eletrônico oficial.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: _____;
- b) Fonte de Recursos: _____;
- c) Programa de Trabalho: _____;
- d) Elemento de Despesa: _____;
- e) Plano Interno: _____.

10.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

11.1.1 - CAUÇÃO EM DINHEIRO ou TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ou TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO, conforme incisos I e IV do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

11.1.2 - FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO (MODELO DO EDITAL): carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

11.1.2.1 - Cópia autenticada do estatuto social do banco;

11.1.2.2 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

11.1.2.3 - Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

11.1.2.4 - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

11.1.3 - SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEAG, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

11.1.3.1 - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site

<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp> .

11.1.3.2 - O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

11.1.3.3 - Na modalidade seguro-garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a faculdade de assumir a execução e concluir o objeto do contrato, observando o seguinte:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.2 - A SEAG restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

11.3 - Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEAG, nos termos da legislação vigente.

11.4 - Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

11.5 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

11.5.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

11.5.2 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

11.5.3 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

11.6 - Quando se tratar de consórcio, será permitido que seja apresentada a garantia integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou, ainda, por cada uma das empresas consorciadas com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

COMPETE À CONTRATADA:

12.1 - Executar os serviços nos termos das especificações contidas no Edital e seus anexos.

12.2 - Dirigir, sob sua inteira responsabilidade, e reforçar, caso necessário para cumprimento do cronograma, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária, efetuando o pagamento de seus empregados no prazo legal, independentemente do recebimento das faturas.

12.3 - A CONTRATADA estará obrigada a destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (equipamento de proteção individual), conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

12.4 - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada a SEAG, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados, respondendo, do mesmo modo, pelas obrigações não cumpridas pelas subcontratadas.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

12.5 - A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscais, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houver.

12.6 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

12.7 - Registrar as ocorrências relacionadas com a execução das obras sob sua fiscalização e supervisão durante a execução do presente contrato, em um “Livro de Ocorrências” ou “Diário de Obras”, permanentemente disponível, respondendo integralmente por sua omissão.

12.8 - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Estado, em especial a SEAG e de terceiros, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho.

12.9 - Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive, o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

12.10 - Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do respectivo Contrato e alterações. Manter permanentemente nos serviços um engenheiro residente responsável ou corresponsável pela execução, com poderes para representar a CONTRATADA junto a SEAG, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados.

12.11 - Executar as revisões/alterações que se fizerem necessários nos produtos de sua responsabilidade, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas

12.12 - A CONTRATADA deverá conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo;

12.13 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à Administração Contratante qualquer alteração de sua condição no processo de Recuperação judicial ou extrajudicial.

12.14 - Da Proteção de Dados Pessoais.

12.14.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

12.14.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

12.14.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

12.14.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

12.14.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

12.14.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

12.14.4 - Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

12.14.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

12.14.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

12.14.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.14.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

12.14.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

12.14.10 - Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

12.14.11 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

12.14.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

12.14.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

12.14.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

12.14.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

12.14.16 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

12.15 - Outras Obrigações

12.15.1 - Elaboração de material contemplando a proposta de trabalho, que, de forma didática, possa dar conhecimento e informar sobre a metodologia utilizada para a execução dos serviços da supervisora, considerando principalmente o formato de remuneração por produto;

12.15.2 - Orientação à fiscalização da GVR, GCM ou GHR, em procedimentos usuais, através de reuniões de monitoramento;

12.15.3 - Participação em reuniões com eventuais terceiros envolvidos diretamente ou indiretamente com a obra supervisionada;



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

12.15.4 - Participação em reuniões com as equipes internas da SIR, ou demais setores, envolvidos diretamente ou indiretamente com a obra supervisionada;

12.15.5 - Cercar seus empregados das garantias e proteção legais nos termos da Legislação Trabalhista, inclusive em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de segurança e proteção individual a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços;

12.15.6 - Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à SEAG, respondendo integralmente por sua omissão;

12.15.7 - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho;

12.15.8 - Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.15.9 - Manter permanentemente equipe exigida no Termo de Referência responsável ou corresponsável pelo acompanhamento dos serviços nos termos da Lei nº 6.496/77, com poderes para representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados;

12.15.10 - Obedecer ao disposto na Portaria SEGER/PGE/SECONT nº 49-R/2010;

12.15.11 - Atender aos prazos estabelecidos pela GVR, GCM ou GHR para entrega dos relatórios conforme Norma de Procedimento SEAG 003 - Medição de Obras Públicas – disponível em < <https://seag.es.gov.br/normas-de-procedimento>>;

12.15.12 - Reforçar sua equipe de técnicos nos serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

12.15.13 - Afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas o engenheiro credenciado ou qualquer outro elemento de seu quadro de funcionários, cuja permanência no serviço for, de forma motivada, julgada inconveniente pela CONTRATANTE;

12.15.14 - Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à prestação do serviço, sejam eles industriais ou domésticos, os quais deverão ser de qualidade comprovada;

12.15.15 - Executar correção das inconformidades dos serviços rejeitados pela fiscalização, por não atender os procedimentos técnicos e de apresentação previamente acordados, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas;

12.15.16 - Permitir e facilitar à CONTRATANTE a inspeção ao local dos serviços em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados;

12.15.17 - A CONTRATADA deverá fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do respectivo Contrato e Orçamento no CREA-ES, conforme determinam as Leis nºs 5.194, de 24.12.66, e 6.496, de 07.12.87, e as Resoluções nºs 194, de 22.05.70,



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

e 302, de 23.11.84, do CONFEA. A comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica será feita pelo encaminhamento à SEAG da via da A.R.T. destinada ao CONTRATANTE;

12.15.18 - A CONTRATADA assumirá, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houver;

12.15.19 - A CONTRATADA ficará obrigada a comunicar imediatamente à administração contratante qualquer alteração de sua condição no processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

12.15.20 - Encaminhar os relatórios conforme estabelecidos nas normas de procedimentos da SEAG ou de acordo estabelecido na Ordem de Serviço;

12.15.21 - Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente às normas abaixo, dentre outras:

- a) Normas e especificações constantes deste termo;
- b) Normas da ABNT;
- c) Normas do DNIT;
- d) Disposições legais da União e do Governo Estado;
- e) Regulamentos das empresas concessionárias;
- f) Prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos;
- g) Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

COMPETE À CONTRATANTE

12.16 - Pagar a CONTRATADA, nos termos ajustados em tópico específico deste Termo de Referência;

12.17 - Conferir o relatório apresentado pela Contratada com o constante da Ordem de Serviço emitida pela SEAG, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do relatório pela SEAG;

12.18 - Efetuar o pagamento após a apresentação da nota fiscal referente aos serviços realizados no mês;

12.19 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, designando o(s) servidor(es) responsável(is).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES E SANÇÕES

13.1 - Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao disposto na Norma de Procedimento SEAG nº 009, que trata da avaliação de desempenho na execução de obras, projetos,



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

consultorias, supervisões, gerenciamentos e serviços de engenharia – disponível em < <https://seag.es.gov.br/normas-de-procedimento>>.

13.2 - À CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Norma para Avaliação de Desempenho mencionada, por decisão da SEAG.

13.3 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.4 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Multa:
 - d.1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 07 (sete) dias;
 - d.2) O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas,



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

d.3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.3, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

d.4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.3, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

d.5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.3, a multa será de 5% (cinco por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

d.6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.3, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

d.7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.3, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato,

13.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 13.4 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5.2 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

13.5.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

13.6.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

13.6.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

13.6.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 13.4 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

13.6.4 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

13.6.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;

13.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

13.10 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

13.13 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

13.14 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

13.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

14.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

14.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3 - Indenizações e multas.

14.4 - Em caso algum a SEAG pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS RECURSOS



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

15.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

15.2 - A comunicação e o procedimento de aplicação das penalidades observarão o disposto neste contrato.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1 - A execução do presente contrato será acompanhada pelo gestor e fiscal do contrato designados pela SEAG, permitida a assistência de terceiros para subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverá atestar a realização de seu objeto, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

16.2 - A Subsecretaria responsável pelo contrato designará formalmente, fiscal e gestor do contrato entre o(s) servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento "in loco" da execução do objeto e das medições.

16.3 - O preposto da CONTRATADA deverá estabelecer, de comum acordo com o gestor e fiscal do contrato, horários e datas regulares para tomarem decisões necessárias à execução do objeto contratado.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

17.1 - Representará a CONTRATADA na execução do ajuste, como preposto, os profissionais indicados na sua HABILITAÇÃO.

17.2 - O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta da empresa deverá efetivamente trabalhar na execução do serviço.

17.3 - A eventual substituição de profissional só será possível mediante comunicação por escrito a SEAG, devidamente justificada. Do técnico substituto deverão ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo Conselho Regional da categoria, comprovando ter o mesmo a qualificação técnica compatível com a do substituído. As Certidões de Acervo Técnico – CAT a serem apresentadas terão as mesmas exigências do Edital para o profissional substituto.

17.4 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais – E-DOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 - Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do orçamento, conforme termo de referência anexo deste instrumento, desde que previamente autorizada pela SEAG.

19.2 - Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.

19.3 - Será permitida a subcontratação para as atividades de laboratório e de campo.

19.4 - A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

19.5 - A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

19.6 - A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.

19.7 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

19.8 - Não serão realizados pagamentos diretamente à subcontratadas.

19.9 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa,



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO,
AQUICULTURA E PESCA

Vitória, em ____ de _____ de ____.

Nome da Contratante
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

Relatório de comprovação de adimplência de encargos – RECAE

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

1.1	CONTRATANTE:		CNPJ Nº	
1.2	CONTRATADO:		CNPJ Nº	
1.3	OBJETO:			
1.4	MES – REFERENCIA DO FATURAMENTO			
1.5	MES – REFERENCIA DA DOCUMENTAÇÃO			

2 – DOCUMENTOS ANEXOS (encargos trabalhistas/sociais/previdenciários/fiscais)

- ☐ Controle de ponto dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- ☐ Folha de pagamento mensal, inclusive 13º salário, quando couber, do pessoal alocado na prestação dos serviços, por contrato;
- ☐ Relatório de movimentação funcional dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- ☐ Comprovantes dos pagamentos dos salários, inclusive 13º salário, quando couber, dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- ☐ Guia de Recolhimento do FGTS – GRF com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- ☐ Guia da Previdência Social – GPS com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- ☐ Relação dos Trabalhadores – RE;
- ☐ Relação de Tomadores/Obras – RET;
- ☐ Comprovante de Declaração à Previdência;
- ☐ Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;
- ☐ Recibo de Férias, com o Aviso de Férias dos empregados da contratada vinculados ao contrato e comprovantes de seu pagamento;
- ☐ Aviso Prévio ou Pedido de demissão dos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- ☐ Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT, com Termo de quitação ou de Homologação dos empregados da contratada vinculados ao contrato e comprovantes de seu pagamento;



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

- ☐ Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF, com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento do FGTS Rescisório, dos empregados da contratada vinculados ao contrato, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- ☐ Comprovantes de fornecimento do Vale Transporte aos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- ☐ Comprovantes de fornecimento do Auxílio refeição/alimentação aos empregados da contratada vinculados ao contrato;
- ☐ Demais comprovantes dos pagamentos dos encargos trabalhistas, bem como demais benefícios previstos em legislação específica, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;
- ☐ Nota Fiscal do Mês – Referência do Faturamento.

Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa:

- ☐ Certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- ☐ Certidão da Fazenda Estadual onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado;
- ☐ Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- ☐ Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- ☐ Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

3 – OUTROS DOCUMENTOS

4 – DECLARAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Declaro sob as penas da Lei, que a empresa encontra-se em situação de adimplência em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, incidentes



Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

sobre o contrato acima referido conforme determinação contida na Lei Estadual nº 5.383/97 E Decreto nº 1.938-R e cópia dos comprovantes de pagamentos em anexo.

_____, ____/____/____

Nome/Cargo e Assinatura do Representante
Legal da Empresa

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARJORYE BOLDRINI DA SILVA
PRESIDENTE (COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 2025-KZW2T - SEAG)
SEAG - SEAG - GOVES
assinado em 29/05/2026 16:13:41 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 29/05/2026 16:13:41 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARJORYE BOLDRINI DA SILVA (PRESIDENTE (COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 2025-KZW2T - SEAG) - SEAG - SEAG - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-FFSP0H>